

**Amanda Alves Fecury
Elizabeth Viana Moraes da Costa
(organizadoras)**

**Coletânea dos trabalhos premiados na
9ª Mostra de TCC's e 1ª Exposição
de Dissertações e Teses da UNIFAP**

**Amanda Alves Fecury
Elizabeth Viana Moraes da Costa
(organizadoras)**

**Coletânea dos trabalhos premiados na
9ª Mostra de TCC's e 1ª Exposição
de Dissertações e Teses da UNIFAP**

**Macapá
UNIFAP
2021**

Copyright © 2021, Autores

Reitor: Prof. Dr. Júlio César Sá de Oliveira
Vice-Reitora: Prof.^a Dr.^a Simone de Almeida Delphim Leal
Pró-Reitor de Administração: Msc. Seloniel Barroso dos Reis
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Isan da Costa Oliveira Junior
Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Prof. Dr. Almiro Alves Abreu
Pró-Reitor de Planejamento: Prof. Msc. Erick Frank Nogueira da Paixão
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.^a Dr.^a Amanda Alves Fecury
Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. Msc. Steve Wanderson Calheiros

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá
Madson Ralide Fonseca Gomes

Editor-chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá
Fernando Castro Amoras

Conselho Editorial

Madson Ralide Fonseca Gomes (Presidente), Ana Flávia de Albuquerque, Ana Rita Pinheiro Barcessat, Cláudia Maria Arantes de Assis Saar, Daize Fernanda Wagner, Danielle Costa Guimarães, Elizabeth Machado Barbosa, Elza Caroline Alves Muller, Janielle da Silva Melo da Cunha, João Paulo da Conceição Alves, João Wilson Savino de Carvalho, Jose Walter Cárdenas Sotil, Norma Iracema de Barros Ferreira, Pâmela Nunes Sá, Rodrigo Reis Lastra Cid, Romualdo Rodrigues Palhano, Rosivaldo Gomes, Tiago Luedy Silva e Tiago Silva da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F291c

Coletânea dos trabalhos premiados na 9^a Mostra de TCCs e 1^a Exposição de Dissertações e Teses da UNIFAP / Amanda Alves Fecury e Elizabeth Viana Moraes da Costa (organizadoras). – Macapá : UNIFAP , 2021.
146 p. il.

ISBN: 978-65-89517-22-1

1. Algoritmo. 2. Saúde. 3. Ensino. I. Amanda Alves Fecury. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 607

Capa e Diagramação: Fernando Castro Amoras



Editora da Universidade Federal do Amapá
www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br
Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, s/n, Universidade,
Campus Marco Zero do Equador, Macapá-AP, CEP: 68.903-419

Editora afiliada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem permissão das Organizadoras.
É permitida a reprodução parcial dos textos desta obra desde que seja citada a fonte.
As opiniões, ideias e textos emitidos nesta obra são de inteira e exclusiva responsabilidade dos autores dos respectivos textos.

Prefácio	5
Algoritmo da divisibilidade por congruências Denilson Pontes Barbosa Amanajas José Walter Cárdenas Sotil	7
Assistência técnica e acessibilidade aplicada em HIS: o projeto de reforma da casa do Lucas Jhosefy Viana de Oliveira Melissa Kikumi Matsunaga	27
Distribuição da malária autóctone em crianças e adolescentes nos municípios do Estado do Amapá de 2010 a 2015 Olinda Consuelo Lima Araújo Rosemary Ferreira de Andrade	65
História indígena e a utilização de fontes do século XVIII na pesquisa e no ensino de história: uma experiência em aulas-oficina com estudantes do Ensino Fundamental de Macapá (Amapá) Laís Cristiane Martins Freitas Cecília Maria Chaves Brito Bastos	77
<i>O Twitter de Donald Trump. análise do discurso à luz dos novos estudos de Segurança Internacional</i> Ana Beatriz Santos Ayres de Mira Lourrene de Cássia Alexandre Maffra	95
“Somos a nova MPA”: a autoafirmação da identidade periférica do rap amapaense como gênero musical Wesley Vaz Oliveira Gláucia Maria Tinoco Barbosa	123

PREFÁCIO

A 9ª Mostra de TCC's e 1ª Exposição de Dissertações e Teses da UNIFAP é uma ação de divulgação, disseminação e acesso das pesquisas desenvolvidas na Instituição que, ao dar visibilidade dos resultados de pesquisas realizadas como trabalhos de conclusão de curso, monografias e teses desenvolvidas por alunos da graduação e pós graduação, incentiva e estimula a produção científica no Estado do Amapá e a qualificação dos acadêmicos.

No ano de 2019 a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAP, através de seu Departamento de pesquisa, buscou promover e incentivar os cursos de graduação e pós graduação da UNIFAP, visando fortalecer as pesquisas científicas desenvolvidas na instituição e dar visibilidade destas pesquisas a comunidade acadêmica e a sociedade amapaense.

Desta forma a 9ª Mostra de TCC's e 1ª Exposição de Dissertações e Teses da UNIFAP teve por objetivo divulgar as produções científicas dos alunos concluintes dos cursos de Graduação de todos os Campi da UNIFAP e dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu. Entretanto, o evento não foi somente um espaço de divulgação de resultados, mas também de troca de experiências e conhecimentos.

Agradecemos a todos acadêmicos e orientadores, que mesmo frente às adversidades, introduziram nossos alunos de graduação e pós graduação no surpreendente e instigante mundo da pesquisa. Nesta Coletânea apresentamos 06 capítulos de trabalhos premiados durante o evento.

Elizabeth Viana Moraes da Costa
Diretora do Departamento de Pesquisa da UNIFAP

ALGORITMO DA DIVISIBILIDADE POR CONGRUÊNCIAS

Denilson Pontes Barbosa Amanajas
José Walter Cárdenas Sotil

INTRODUÇÃO

Os indícios relacionados a ideia da concepção de números surgiram a partir da necessidade de registrar quantidades em relações de contagem provenientes de insumos, dos quais, os povos utilizavam para sua sobrevivência.

Com o passar do tempo a necessidade de contar e estabelecer correspondência entre quantidades proporcionou ao homem a possibilidade de desenvolver símbolos capazes de expressar inúmeras situações. Estes símbolos seriam a origem dos números, que posteriormente, serviram para a construção de sistemas de numeração.

Esses sistemas foram criados, ao longo do tempo, em várias partes do mundo, oriundos do Antigo Egito e Babilônia. Segundo Tatiana Roque (2012):

... a referência às necessidades práticas de cada um desses povos não basta para explicar a criação de diferentes sistemas de numeração, com regras próprias e bem distintas uma das outras. É preciso relativizar, portanto, a interpretação frequente de que a Matemática nesta época era construída somente por procedimentos de cálculo voltados para a resolução de problemas cotidianos. (p.8).

A divisão representa uma das quatro operações fundamentais da aritmética. Este processo ocorre através do ato de dividir, ou separar, uma determinada quantidade em partes iguais.

Em relação as aplicações de congruência, se menciona que:

...A congruência módulo m possui muitas aplicações importantes. Dentre elas, a justificativa para critérios de divisibilidade, exemplificação de conceitos que envolvem as propriedades das operações,

construção de códigos e no estudo e modelagem de fenômenos periódicos que envolvem diferentes campos do conhecimento como: matemática (teoria dos jogos, teoria dos grafos), física, artes, música e etc...(DA SILVA, p.1)

Nos livros didáticos o estudo da divisibilidade é realizado por regras específicas para cada caso. Por exemplo, um número é divisível por 2 se termina em número par, é divisível por 3 se a soma de seus algarismos é divisível por 3, é divisível por 11 se a soma de seus dígitos nas posições pares menos a soma de seus dígitos nas suas posições ímpares é divisível por 11. A divisão por 7 e por 13 por exemplo são mais complexas para o aluno assimilar, em pouco tempo muitos alunos esquecerão ou confundirão estas regras.

Aqui desenvolvemos um algoritmo que permite analisar a divisibilidade sem regras específicas para cada caso, somente serão usadas as propriedades de congruências apresentadas na próxima seção.

2. METODOLOGIA

Apresentamos os conceitos matemáticos de congruência necessários para o desenvolvimento do Algoritmo de divisibilidade por congruências, denotado por ADCG. Uma descrição detalhada sobre propriedades de congruências podem ser consultados os autores Oliveira (2006) e Pereira da Silva (2015).

Na prática dois números são congruentes módulo m se eles deixam o mesmo resto quando divididos por m . Por exemplo 17 e 83 quando divididos por 11 tem o mesmo resto igual a 6, logo 17 e 83 são congruentes módulo 11. Quando a e b são congruentes módulo m , denotamos esta congruência por $a \equiv b \pmod{m}$. Segue uma definição formal de congruência:

Definição 2.1. *Sejam a, b e m inteiros dados, sendo $m > 1$, dizemos que a é congruente a b , modulo m , denotamos $a \equiv b \pmod{m}$, se $m|(a - b)$. Se $m \nmid (a - b)$ dizemos que a não é congruente a b modulo m e denotamos $a \not\equiv b \pmod{m}$.*

Como $11|(83 - 17)$ temos que $83 \equiv 17 \pmod{11}$, observe que o resto dos dois números por 11 é igual a 6. De outro lado, como $11 \nmid (82 - 17)$ temos que $82 \not\equiv 17 \pmod{11}$, o resto dos dois números por 11 são

diferentes (5 e 6 respectivamente).

Como $83 \equiv 17 \pmod{11}$, temos que $83 \equiv 17 + 11k \pmod{11}$ pois ambos números deixam o mesmo resto quando divididos por 11, assim temos gerado infinitos números congruentes a 83 módulo 11 a partir da congruência com o número 17, esta propriedade é formulada na seguinte proposição.

Proposição 2.1. *Se a e b são inteiros, temos que $a \equiv b \pmod{m}$ se, e somente se, existir um inteiro k tal que $a = b + km$.*

Demonstração

\Rightarrow) Se $a \equiv b \pmod{m}$, então $m|(a - b)$ o que implica na existência de um inteiro k tal que $a - b = km$, isto é, $a = b + km$.

\Leftarrow) A recíproca é trivial pois a existência de um k satisfazendo $a = b + km$, temos $km = a - b$, ou seja, que $m|(a - b)$ isto é, $a \equiv b \pmod{m}$.

A relação de congruência, definida no conjunto dos inteiros, é uma relação de equivalência, pois ela é reflexiva, simétrica e transitiva.

Proposição 2.2. *Se a, b, m e d são inteiros, $m > 0$, então:*

1. $a \equiv a \pmod{m}$ (reflexiva)
2. Se $a \equiv b \pmod{m}$, então $b \equiv a \pmod{m}$ (simétrica)
3. Se $a \equiv b \pmod{m}$ e $b \equiv c \pmod{m}$, então $a \equiv c \pmod{m}$ (transitiva).

Demonstração

1. Como $m|0$, então $m|(a - a)$, o que implica $a \equiv a \pmod{m}$.
2. Se $a \equiv b \pmod{m}$, então $a = b + k_1m$ para algum inteiro k_1 . Logo $b = a - k_1m$ o que implica na Proposição 3.1, $b \equiv a \pmod{m}$.
3. Se $a \equiv b \pmod{m}$ e $b \equiv d \pmod{m}$, então existem inteiros k_1 e k_2 tais que $a - b = k_1m$ e $b - d = k_2m$. Somando-se, membro a membro, estas últimas equações, obtemos $a - d = (k_1 + k_2) \cdot m$, o que implica $a \equiv d \pmod{m}$.

A utilização de congruência modular é muito útil para resolução de problemas com números inteiros, pois pelo fato de ser uma relação de equivalência, é possível somar, subtrair e multiplicar por um inteiro mantendo a relação de congruência.

Proposição 2.3. *Se a, b, c e m são inteiros tais que $a \equiv b \pmod{m}$, então:*

1. $a + c \equiv b + c \pmod{m}$
2. $a - c \equiv b - c \pmod{m}$
3. $a \cdot c \equiv b \cdot c \pmod{m}$

Demonstração

1. Se $a \equiv b \pmod{m}$, $a - b = km$ e, portanto, como $a - b = (a + c) - (b + c)$ temos que $a + c \equiv b + c \pmod{m}$.

2. Se $(a - c) - (b - c) = a - b$ e, por hipótese, $a - b = km$ temos que $a - c \equiv b - c \pmod{m}$.

3. Como $a - b = km$ então $a \cdot c - b \cdot c = c \cdot km$ o que implica $m | (ac - bc)$ e, portanto, $a \cdot c \equiv b \cdot c \pmod{m}$.

Por exemplo,

1. $36 \equiv 12 \pmod{8}$, então $36 + 10 \equiv 12 + 10 \pmod{8}$.
2. $36 \equiv 12 \pmod{8}$, então $36 - 10 \equiv 12 - 10 \pmod{8}$.
3. $36 \equiv 12 \pmod{8}$, então $36 \cdot 10 \equiv 12 \cdot 10 \pmod{8}$.

Uma vez estabelecida a congruência entre dois números inteiros, essa relação é mantida para potências desses inteiros elevados a uma mesmo expoente.

Proposição 2.4. *Se a, b, k e m são inteiros com $k > 0$ e $a \equiv b \pmod{m}$, então*

$$a^k \equiv b^k \pmod{m}.$$

Demonstração

Da fatoração $a^k - b^k = (a - b)(a^{k-1} + a^{k-2}b + a^{k-3}b^2 + \dots + ab^{k-2} + b^{k-1})$, e como $m | (a - b)$, segue-se da Definição 2.1 que $m | (a^k - b^k)$. Logo $a^k \equiv b^k \pmod{m}$.

Por exemplo, para calcular o resto da divisão 2^{50} por 7 partimos da congruência

$2^3 \equiv 1 \pmod{7}$, segue da Proposição 3.4 que: $2^{48} \equiv (2^3)^{16} \equiv 1^{16} \equiv 1 \pmod{7}$. Logo, pela Propriedade 3,2, obtemos: $2^2 \cdot 2^{48} \equiv 2^2 \cdot 1 \pmod{7}$ e portanto $2^{50} \equiv 4 \pmod{7}$, ou seja, a divisão de 2^{50} por 7 deixa resto 4.

2.1 ALGORITMO DA DIVISIBILIDADE POR CONGRUÊNCIAS (ADCG)

Neste trabalho desenvolvemos uma proposta da divisibilidade de

congruências denominado ADCG (algoritmo da divisibilidade por congruências), na qual não são usadas as clássicas propriedades da divisibilidade para cada número em particular.

Aqui propomos usar somente as propriedades das congruências para decidir se um número é divisível por outro e além mais, caso os números não forem divisíveis o algoritmo retorna o resto da divisão, o que não é feito nos métodos clássicos da divisibilidade.

A base do ADCG é a divisão e conquista, isto é, dividimos o dividendo em várias partes e analisamos a divisibilidade de cada parte para depois reconstruir o número usando as propriedades de congruências.

ALGORITMO ADCG

Dado os números naturais D e d , para analisar se d divide D , se constrói uma matriz, seguindo o seguinte procedimento:

i) *Decompomos D na forma:*

$$D = a_1b_1 + a_2b_2 + \dots + a_nb_n$$

eventualmente os números b_i podem ser iguais a 1

ii) *Calculamos para cada elemento a_i os restos na congruência módulo d*

$$a_i \equiv r_i \pmod{d}, \quad i = 1, \dots, n \quad (I)$$

os restos r_i são colocados na primeira linha da matriz

iii) *Calculamos para cada elemento b_i os restos na congruência módulo d*

$$b_i \equiv s_i \pmod{d}, \quad i = 1, \dots, n \quad (II)$$

os restos s_i são colocados na segunda linha da matriz

iv) *Como*

$$a_ib_i \equiv r_i s_i \pmod{d}, \quad i = 1, \dots, n \quad (III)$$

a terceira linha é formada pelo produto dos elementos da mesma coluna das linhas 1 e 2.

v) *Como*

$$r_i s_i \equiv z_i \pmod{d}, \quad i = 1, \dots, n \quad (IV)$$

a quarta linha é formada pelos restos obtidos a partir resultado do produto da terceira linha.

vi) *Como*

$$D = a_1b_1 + \dots + a_nb_n \equiv r_1 s_1 + \dots + r_n s_n \equiv z_1 + \dots + z_n \pmod{d}, \quad (V)$$

Esta soma dos restos é colocada na última coluna da matriz. Se for necessário se faz uma última equivalência para que a soma seja menor que d .

vii) *Se o resto em V) é zero concluímos que d divide D , caso contrário d não divide D .*

viii) A matriz toma a seguinte forma

Tabela 1 – Valores obtidos através da congruência modulo d do número D.

(I)	r_1	r_2	...	r_n	(V) TOTAL
(II)	s_1	s_2	...	s_n	
(III) Produto	r_1s_1	r_2s_2	...	r_ns_n	
(IV) Resto	z_1	z_2	...	z_n	$z_1^+ + z_n$

Fonte: Autor

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Testamos o algoritmo ADCG com vários exemplos de divisibilidade, procurando uma forma simples de decompor em cada caso o dividendo D.

Exemplo 3.1. Verificar se o número 4637 é divisível por 2.

Solução

A divisão pode ser definida como:

$$4637 \equiv _ \pmod{2}$$

sendo $4637 = 463 \cdot 10^1 + 7 \cdot 10^0$, temos:

$$463 \cdot 10^1 + 7 \cdot 10^0 \equiv _ \pmod{2}$$

aplicando as propriedades de congruência, obtemos:

$$\left. \begin{array}{l} 10 \equiv 0 \pmod{2} \\ 463 \cdot 10 \equiv 463 \cdot 0 \equiv 0 \pmod{2} \\ 7 \equiv 1 \pmod{2} \end{array} \right\} \quad (I)$$

logo,

$$4637 = 463 \cdot 10^1 + 7 \cdot 10^0 \equiv 0 + 1 \equiv 1 \pmod{2}$$

Portanto, o número 4637 não é divisível por 2, pois deixa resto 1.

Exemplo 2. Verificar se o número 732 é divisível por 3.

Solução

A divisão pode ser definida como:

$$732 \equiv _ \pmod{3}$$

sendo $732 = 7 \cdot 10^2 + 3 \cdot 10^1 + 2 \cdot 10^0$, temos:

$$7 \cdot 10^2 + 3 \cdot 10^1 + 2 \cdot 10^0 \equiv _ \pmod{3}$$

aplicando as propriedades de congruência, obtemos:

$$\left. \begin{array}{l} 7 \equiv 1 \pmod{3} \\ 3 \equiv 0 \pmod{3} \\ 2 \equiv 2 \pmod{3} \end{array} \right\} \quad (I) \quad \left. \begin{array}{l} 10^2 \equiv 1^2 \equiv 1 \pmod{3} \\ 10^1 \equiv 1 \pmod{3} \\ 10^0 \equiv 1 \pmod{3} \end{array} \right\} \quad (II)$$

aplicando o Algoritmo ADCG no exemplo, a matriz tem a seguinte forma:

Tabela 2 – Valores obtidos através da congruência modulo 3 do número 732.

(I)	1	0	2	(V) TOTAL
(II)	1	1	1	
(III) Produto	1x1 = 1	0x1 = 0	2x1 = 2	
(IV) Resto	1	0	2	

Fonte: Autor

logo, teremos:

$$732 \equiv 3 \equiv 0 \pmod{3}$$

Portanto, o número 732 é divisível por 3, pois deixa resto 0.

Exemplo 3. Verificar se o número 31892 é divisível por 4.

Solução

A divisão pode ser definida como:

$$31892 \equiv _ \pmod{4}$$

sendo $31892 = 3 \cdot 10^4 + 1 \cdot 10^3 + 8 \cdot 10^2 + 9 \cdot 10^1 + 2 \cdot 10^0$, temos:

$$3 \cdot 10^4 + 1 \cdot 10^3 + 8 \cdot 10^2 + 9 \cdot 10^1 + 2 \cdot 10^0 \equiv _ \pmod{4}$$

aplicando as propriedades, obtemos:

$$\left. \begin{array}{l} 3 \equiv 3 \pmod{4} \\ 1 \equiv 1 \pmod{4} \\ 8 \equiv 0 \pmod{4} \\ 9 \equiv 1 \pmod{4} \\ 2 \equiv 2 \pmod{4} \end{array} \right\} (I) \quad \left. \begin{array}{l} 10^4 \equiv 2^4 \equiv 2^2 \cdot 2^2 \equiv 0 \cdot 0 \equiv 0 \pmod{4} \\ 10^3 \equiv 2^3 \equiv 2^2 \cdot 2 \equiv 0 \cdot 2 \equiv 0 \pmod{4} \\ 10^2 \equiv 2^2 \equiv 4 \equiv 0 \pmod{4} \\ 10^1 \equiv 2 \pmod{4} \\ 10^0 \equiv 1 \pmod{4} \end{array} \right\} (II)$$

aplicando o Algoritmo ADCG no exemplo, a matriz tem a seguinte forma:

Tabela 3 – Valores obtidos através da congruência modulo 4 do número 31892.

(I)	1	3	0	1	2	(V) TOTAL
(II)	0	0	0	2	1	
(III) Produto	1x0 = 0	3x0 = 0	0x0 = 0	1x2 = 2	2x1 = 2	
(IV) Resto	0	0	0	2	2	

Fonte: Autor

logo, teremos:

$$31892 \equiv 4 \equiv 0 \pmod{4}$$

Portanto, o número 31892 é divisível por 4, pois deixa resto 0.

Exemplo 4. Verificar se o número 93075 é divisível por 5.

Solução

A divisão pode ser definida como:

$$93075 \equiv _ \pmod{5}$$

sendo $93075 = 9 \cdot 10^4 + 3 \cdot 10^3 + 0 \cdot 10^2 + 7 \cdot 10^1 + 5 \cdot 10^0$, temos:

$$9 \cdot 10^4 + 3 \cdot 10^3 + 0 \cdot 10^2 + 7 \cdot 10^1 + 5 \cdot 10^0 \equiv _ \pmod{5}$$

aplicando as propriedades de congruência, obtemos:

$$\left. \begin{array}{l} 9 \equiv 4 \pmod{5} \\ 3 \equiv 3 \pmod{5} \\ 0 \equiv 0 \pmod{5} \\ 7 \equiv 2 \pmod{5} \\ 5 \equiv 0 \pmod{5} \end{array} \right\} (I) \quad \left. \begin{array}{l} 10^4 \equiv 0^4 \equiv 0 \pmod{5} \\ 10^3 \equiv 0^3 \equiv 0 \pmod{5} \\ 10^2 \equiv 0^2 \equiv 0 \pmod{5} \\ 10^1 \equiv 0 \pmod{5} \\ 10^0 \equiv 1 \pmod{5} \end{array} \right\} (II)$$

aplicando o Algoritmo ADCG no exemplo, a matriz tem a seguinte forma:

Tabela 4 – Valores obtidos através da congruência modulo 5 do número 93075.

(I)	4	3	0	2	0	(V) TOTAL
(II)	0	0	0	0	1	
(III) Produto	$4x0 = 0$	$3x0 = 0$	$0x0 = 0$	$2x0 = 0$	$0x1 = 0$	
(IV) Resto	0	0	0	0	0	0

Fonte: Autor

logo, teremos:

$$93075 \equiv 0 \pmod{5}$$

Portanto, o número 93075 é divisível por 5, pois deixa resto 0.

Exemplo 5. Verificar se o número 9347 é divisível por 6.

Solução

A divisão pode ser definida como:

$$9347 \equiv _ \pmod{6}$$

sendo $9347 = 9 \cdot 10^3 + 3 \cdot 10^2 + 4 \cdot 10^1 + 7 \cdot 10^0$, temos:

$$9 \cdot 10^3 + 3 \cdot 10^2 + 4 \cdot 10^1 + 7 \cdot 10^0 \equiv _ \pmod{6}$$

aplicando as propriedades de congruência, obtemos:

$$\left. \begin{array}{l} 9 \equiv 3 \pmod{6} \\ 3 \equiv 3 \pmod{6} \\ 4 \equiv 4 \pmod{6} \\ 7 \equiv 1 \pmod{6} \end{array} \right\} (I) \quad \left. \begin{array}{l} 10^3 \equiv 4^3 \equiv 4^2 \cdot 4 \equiv 4 \cdot 4 \equiv 16 \equiv 4 \pmod{6} \\ 10^2 \equiv 4^2 \equiv 16 \equiv 4 \pmod{6} \\ 10^1 \equiv 4 \pmod{6} \\ 10^0 \equiv 1 \pmod{6} \end{array} \right\} (II)$$

aplicando o Algoritmo ADCG no exemplo, a matriz tem a seguinte forma:

Tabela 5 – Valores obtidos através da congruência modulo 6 do número 9347.

(I)	3	3	4	1	(V) TOTAL
(II)	4	4	4	1	
(III) Produto	$3 \times 4 = 12$	$3 \times 4 = 12$	$4 \times 4 = 16$	$1 \times 1 = 1$	
(IV) Resto	0	0	4	1	
					5

Fonte: Autor

logo, teremos:

$$9347 \equiv 5 \pmod{6}$$

Portanto, o número 9347 não é divisível por 6, pois deixa resto 5.

Observação: Pode-se obter valores negativos dos restos através do uso de congruência módulo m. O resto negativo é determinado subtraindo o número pelo valor da base e isto é utilizado quando o resto negativo é menor que o resto positivo em módulo.

Outra solução utilizando resto negativo:

a divisão pode ser definida como:

$$9347 \equiv _ \pmod{6}$$

sendo $9347 = 9 \cdot 10^3 + 3 \cdot 10^2 + 4 \cdot 10^1 + 7 \cdot 10^0$, temos:

$$9 \cdot 10^3 + 3 \cdot 10^2 + 4 \cdot 10^1 + 7 \cdot 10^0 \equiv _ \pmod{6}$$

aplicando as propriedades de congruência, obtemos:

$$\left. \begin{array}{l} 9 \equiv 3 \pmod{6} \\ 3 \equiv 3 \pmod{6} \\ 4 \equiv -2 \pmod{6} \\ 7 \equiv 1 \pmod{6} \end{array} \right\} (I) \quad \left. \begin{array}{l} 10^3 \equiv 4^3 \equiv 4^2 \cdot 4 \equiv (-2) \cdot (-2) \equiv 4 \equiv -2 \pmod{6} \\ 10^2 \equiv 4^2 \equiv 16 \equiv 4 \equiv -2 \pmod{6} \\ 10^1 \equiv 4 \equiv -2 \pmod{6} \\ 10^0 \equiv 1 \pmod{6} \end{array} \right\} (II)$$

aplicando o Algoritmo ADCG no exemplo, a matriz tem a seguinte forma:

Tabela 6 – Valores obtidos através de restos positivos e negativos da congruência modulo 6 do número 9347.

(I)	3	3	-2	1	(V) TOTAL
(II)	-2	-2	-2	1	
(III) Produto	$3 \times (-2) = -6$	$3 \times (-2) = -6$	$(-2) \times (-2) = 4$	$1 \times 1 = 1$	
(IV) Resto	0	0	4	1	
					5

Fonte: Autor

logo, teremos:

$$9347 \equiv 5 \pmod{6}$$

Portanto, o número 9347 não é divisível por 6, pois deixa resto 5.

Exemplo 6. Verificar se o número 248738 é divisível por 7.

Solução

A divisão pode ser definida como:

$$248738 \equiv _ (mod 7)$$

sendo $248738 = 2 \cdot 10^5 + 4 \cdot 10^4 + 8 \cdot 10^3 + 7 \cdot 10^2 + 3 \cdot 10^1 + 8 \cdot 10^0$,

temos:

$$2 \cdot 10^5 + 4 \cdot 10^4 + 8 \cdot 10^3 + 7 \cdot 10^2 + 3 \cdot 10^1 + 8 \cdot 10^0 \equiv _ (mod 7)$$

aplicando as propriedades de congruência, obtemos:

$$\left. \begin{array}{l} 2 \equiv 2 (mod 7) \\ 4 \equiv 4 (mod 7) \\ 8 \equiv 1 (mod 7) \\ 7 \equiv 0 (mod 7) \\ 3 \equiv 3 (mod 7) \\ 8 \equiv 1 (mod 7) \end{array} \right\} (I) \quad \left. \begin{array}{l} 10^5 \equiv 3^5 \equiv 3^4 \cdot 3^1 \equiv 4 \cdot 3 \equiv 12 \equiv 5 (mod 7) \\ 10^4 \equiv 3^4 \equiv 3^2 \cdot 3^2 \equiv 2 \cdot 2 \equiv 4 (mod 7) \\ 10^3 \equiv 3^3 \equiv 3^2 \cdot 3 \equiv 2 \cdot 3 \equiv 6 (mod 7) \\ 10^2 \equiv 3^2 \equiv 9 \equiv 2 (mod 7) \\ 10^1 \equiv 3 (mod 7) \\ 10^0 \equiv 1 (mod 7) \end{array} \right\} (II)$$

aplicando o Algoritmo ADCG no exemplo, a matriz tem a seguinte forma:

Tabela 7 – Valores obtidos através da congruência modulo 7 do número 248738.

(I)	2	4	1	0	3	1	(V) TOTAL
(II)	5	4	6	2	3	1	
(III) Pro- duto	2x5 = 10	4x4 = 16	1x6 = 6	0x2=0	3x3=9	1x1=1	
(IV) Resto	3	2	6	0	2	1	14

Fonte: Autor

logo, teremos:

$$248738 \equiv 14 \equiv 0 (mod 7)$$

Portanto, o número 248738 é divisível por 7, pois deixa resto 0.

Outra solução utilizando resto negativo:

A divisão pode ser definida como: $248738 \equiv _ (mod 7)$

sendo $248738 = 2 \cdot 10^5 + 4 \cdot 10^4 + 8 \cdot 10^3 + 7 \cdot 10^2 + 3 \cdot 10^1 + 8 \cdot 10^0$,

temos:

$$2 \cdot 10^5 + 4 \cdot 10^4 + 8 \cdot 10^3 + 7 \cdot 10^2 + 3 \cdot 10^1 + 8 \cdot 10^0 \equiv _ (mod 7)$$

aplicando as propriedades de congruência, obtemos:

$$\left. \begin{array}{l} 2 \equiv 2 (mod 7) \\ 4 \equiv -3 (mod 7) \\ 8 \equiv 1 (mod 7) \\ 7 \equiv 0 (mod 7) \\ 3 \equiv 3 (mod 7) \\ 8 \equiv 1 (mod 7) \end{array} \right\} (I) \quad \left. \begin{array}{l} 10^5 \equiv 3^5 \equiv 3^3 \cdot 3^2 \equiv (-1) \cdot 2 \equiv -2 (mod 7) \\ 10^4 \equiv 3^4 \equiv 3^2 \cdot 3^2 \equiv 2 \cdot 2 \equiv 4 \equiv -3 (mod 7) \\ 10^3 \equiv 3^3 \equiv 3^2 \cdot 3 \equiv 2 \cdot 3 \equiv 6 \equiv -1 (mod 7) \\ 10^2 \equiv 3^2 \equiv 9 \equiv 2 (mod 7) \\ 10^1 \equiv 3 (mod 7) \\ 10^0 \equiv 1 (mod 7) \end{array} \right\} (II)$$

aplicando o Algoritmo ADCG no exemplo, a matriz tem a seguinte forma:

Tabela 8 – Valores obtidos através de restos positivos e negativos da congruência modulo 7 do número 248738.

(I)	2	-3	1	0	3	1	(V) TO- TAL
(II)	-2	-3	-1	2	3	1	
(III) Pro- duto	2x(-2) = -4	(-3)x(-3) = 9	1x(-1) = - 1	0x2=0	3x3=9	1x1=1	
(IV) Resto	-4	2	-1	0	2	1	

Fonte: Autor

logo, teremos:

$$248738 \equiv 0 \pmod{7}$$

Portanto, o número 248738 é divisível por 7, pois deixa resto 0.

Exemplo 7. Verificar se o número 34586 é divisível por 8.

Solução

A divisão pode ser definida como:

$$34586 \equiv _ \pmod{8}$$

sendo $34586 = 3 \cdot 10^4 + 4 \cdot 10^3 + 5 \cdot 10^2 + 8 \cdot 10^1 + 6 \cdot 10^0$, temos:

$$3 \cdot 10^4 + 4 \cdot 10^3 + 5 \cdot 10^2 + 8 \cdot 10^1 + 6 \cdot 10^0 \equiv _ \pmod{8}$$

aplicando as propriedades de congruência, obtemos:

$$\left. \begin{array}{l} 3 \equiv 3 \pmod{8} \\ 4 \equiv 4 \pmod{8} \\ 5 \equiv 5 \pmod{8} \\ 8 \equiv 0 \pmod{8} \\ 6 \equiv 6 \pmod{8} \end{array} \right\} (I) \quad \left. \begin{array}{l} 10^4 \equiv 2^3 \cdot 2^1 \equiv 0 \cdot 2 \equiv 0 \pmod{8} \\ 10^3 \equiv 2^3 \equiv 2^2 \cdot 2 \equiv 4 \cdot 2 \equiv 8 \equiv 0 \pmod{8} \\ 10^2 \equiv 2^2 \equiv 4 \pmod{8} \\ 10^1 \equiv 2 \pmod{8} \\ 10^0 \equiv 1 \pmod{8} \end{array} \right\} (II)$$

aplicando o Algoritmo ADCG no exemplo, a matriz tem a seguinte forma:

Tabela 9 – Valores obtidos através da congruência modulo 8 do número 34586.

(I)	3	4	5	0	6	(V) TOTAL
(II)	0	0	4	2	1	
(III) Produto	3x0=0	4x0=0	5x4=20	0x2=0	6x1=6	
(IV) Resto	0	0	4	0	6	

Fonte: Autor

logo, teremos:

$$34586 \equiv 10 \equiv 2 \pmod{8}$$

Portanto, o número 34586 não é divisível por 8, pois deixa resto 2.

Outra solução utilizando resto negativo:

A divisão pode ser definida como: $34586 \equiv _ \pmod{8}$

sendo $34586 = 3 \cdot 10^4 + 4 \cdot 10^3 + 5 \cdot 10^2 + 8 \cdot 10^1 + 6 \cdot 10^0$, temos:

$$3 \cdot 10^4 + 4 \cdot 10^3 + 5 \cdot 10^2 + 8 \cdot 10^1 + 6 \cdot 10^0 \equiv _ \pmod{8}$$

aplicando as propriedades de congruência, obtemos:

$$\left. \begin{array}{l} 3 \equiv 3 \pmod{8} \\ 4 \equiv 4 \pmod{8} \\ 5 \equiv -3 \pmod{8} \\ 8 \equiv 0 \pmod{8} \\ 6 \equiv -2 \pmod{8} \end{array} \right\} (I) \quad \left. \begin{array}{l} 10^4 \equiv 2^3 \cdot 2^1 \equiv 0 \cdot 2 \equiv 0 \pmod{8} \\ 10^3 \equiv 2^3 \equiv 2^2 \cdot 2 \equiv 4 \cdot 2 \equiv 8 \equiv 0 \pmod{8} \\ 10^2 \equiv 2^2 \equiv 4 \pmod{8} \\ 10^1 \equiv 2 \pmod{8} \\ 10^0 \equiv 1 \pmod{8} \end{array} \right\} (II)$$

aplicando o Algoritmo ADCG no exemplo, a matriz tem a seguinte forma:

Tabela 10 – Valores obtidos através de restos positivos e negativos da congruência modulo 8 do número 34586.

(I)	3	4	-3	0	-2	(V) TOTAL
(II)	0	0	4	2	1	
(III) Produto	3x0=0	4x0=0	(-3)x4=-12	0x2=0	(-2)x1=-2	
(IV) Resto	0	0	-4	0	-2	

Fonte: Autor

logo, teremos:

$$34586 \equiv -6 \equiv 2 \pmod{8}$$

Portanto, o número 34586 não é divisível por 8, pois deixa resto 2.

Exemplo 8. Verificar se o número 605124 é divisível por 9.

Solução

A divisão pode ser definida como:

$$605124 \equiv _ \pmod{9}$$

sendo $605124 = 6 \cdot 10^5 + 0 \cdot 10^4 + 5 \cdot 10^3 + 1 \cdot 10^2 + 2 \cdot 10^1 + 4 \cdot 10^0$, temos:

$$6 \cdot 10^5 + 0 \cdot 10^4 + 5 \cdot 10^3 + 1 \cdot 10^2 + 2 \cdot 10^1 + 4 \cdot 10^0 \equiv _ \pmod{9}$$

aplicando o Teorema 1 item 1, obtemos:

$$\left. \begin{array}{l} 6 \equiv 6 \pmod{9} \\ 0 \equiv 0 \pmod{9} \\ 5 \equiv 5 \pmod{9} \\ 1 \equiv 1 \pmod{9} \\ 2 \equiv 2 \pmod{9} \\ 4 \equiv 4 \pmod{9} \end{array} \right\} (I) \quad \left. \begin{array}{l} 10^5 \equiv 1^5 \equiv 1 \pmod{9} \\ 10^4 \equiv 1^4 \equiv 1 \pmod{9} \\ 10^3 \equiv 1^3 \equiv 1 \pmod{9} \\ 10^2 \equiv 1^2 \equiv 1 \pmod{9} \\ 10^1 \equiv 1 \pmod{9} \\ 10^0 \equiv 1 \pmod{9} \end{array} \right\} (II)$$

aplicando o Algoritmo ADCG no exemplo, a matriz tem a seguinte forma:

Tabela 11 – Valores obtidos através da congruência modulo 9 do número 605124.

(I)	6	0	5	1	2	4	(V) TOTAL
(II)	1	1	1	1	1	1	
(III) Produto	6x1=6	0x1=0	5x1=5	1x1=1	2x1=2	4x1=4	
(IV) Resto	6	0	5	1	2	4	
							18

Fonte: Autor

logo, teremos:

$$605124 \equiv 18 \equiv 0 \pmod{9}$$

Portanto, o número 605124 é divisível por 9, pois deixa resto 0.

Outra solução utilizando resto negativo:

A divisão pode ser definida como:

$$605124 \equiv _ \pmod{9}$$

sendo $605124 = 6 \cdot 10^5 + 0 \cdot 10^4 + 5 \cdot 10^3 + 1 \cdot 10^2 + 2 \cdot 10^1 + 4 \cdot 10^0$, temos:

$$6 \cdot 10^5 + 0 \cdot 10^4 + 5 \cdot 10^3 + 1 \cdot 10^2 + 2 \cdot 10^1 + 4 \cdot 10^0 \equiv _ \pmod{9}$$

aplicando as propriedades de congruência, obtemos:

$$\left. \begin{array}{l} 6 \equiv -3 \pmod{9} \\ 0 \equiv 0 \pmod{9} \\ 5 \equiv -4 \pmod{9} \\ 1 \equiv 1 \pmod{9} \\ 2 \equiv 2 \pmod{9} \\ 4 \equiv 4 \pmod{9} \end{array} \right\} (I)$$

$$\left. \begin{array}{l} 10^5 \equiv 1^5 \equiv 1 \pmod{9} \\ 10^4 \equiv 1^4 \equiv 1 \pmod{9} \\ 10^3 \equiv 1^3 \equiv 1 \pmod{9} \\ 10^2 \equiv 1^2 \equiv 1 \pmod{9} \\ 10^1 \equiv 1 \pmod{9} \\ 10^0 \equiv 1 \pmod{9} \end{array} \right\} (II)$$

aplicando o Algoritmo ADCG no exemplo, a matriz tem a seguinte forma:

Tabela 12 – Valores obtidos através de restos positivos e negativos da congruência modulo 9 do número 605124.

(I)	-3	0	-4	1	2	4	(V) TOTAL
(II)	1	1	1	1	1	1	
(III) Produto	(-3)x1=-3	0x1=0	(-4)x1=-4	1x1=1	2x1=2	4x1=4	
(IV) Resto	-3	0	-4	1	2	4	
							0

Fonte: Autor

logo, teremos:

$$605124 \equiv 0 \pmod{9}$$

Portanto, o número 605124 é divisível por 9, pois deixa resto 0.

Exemplo 9. Verificar se o número 507 é divisível por 10.

Solução

A divisão pode ser definida como: $507 \equiv _ (mod 10)$

sendo $507 = 5 \cdot 10^2 + 0 \cdot 10^1 + 7 \cdot 10^0$, temos:

$$5 \cdot 10^2 + 0 \cdot 10^1 + 7 \cdot 10^0 \equiv _ (mod 10)$$

aplicando as propriedades de congruência, obtemos:

$$\left. \begin{array}{l} 5 \equiv 5 (mod 10) \\ 0 \equiv 0 (mod 10) \\ 7 \equiv 7 (mod 10) \end{array} \right\} (I) \quad \left. \begin{array}{l} 10^2 \equiv 0^2 \equiv 0 (mod 10) \\ 10^1 \equiv 0 (mod 10) \\ 10^0 \equiv 1 (mod 10) \end{array} \right\} (II)$$

aplicando o Algoritmo ADCG no exemplo, a matriz tem a seguinte forma:

Tabela 13 – Valores obtidos através da congruência modulo 10 do número 507.

(I)	5	0	7	(V) TOTAL
(II)	0	0	1	
(III) Produto	5x0=0	0x0=0	7x1=7	
(IV) Resto	0	0	7	

Fonte: Autor

logo, teremos:

$$507 \equiv 7 (mod 10)$$

Portanto, o número 507 não é divisível por 10, pois deixa resto 7.

Exemplo 10. Verificar se o número 6864 é divisível por 11.

Solução

A divisão pode ser definida como:

$$6864 \equiv _ (mod 11)$$

sendo $6864 = 6 \cdot 10^3 + 8 \cdot 10^2 + 6 \cdot 10^1 + 4 \cdot 10^0$, temos:

$$6 \cdot 10^3 + 8 \cdot 10^2 + 6 \cdot 10^1 + 4 \cdot 10^0 \equiv _ (mod 11)$$

aplicando as propriedades de congruência, obtemos:

$$\left. \begin{array}{l} 6 \equiv 6 (mod 11) \\ 8 \equiv 8 (mod 11) \\ 6 \equiv 6 (mod 11) \\ 4 \equiv 4 (mod 11) \end{array} \right\} (I) \quad \left. \begin{array}{l} 10^3 \equiv 10^2 \cdot 10 \equiv 1 \cdot 10 \equiv 10 (mod 11) \\ 10^2 \equiv 100 \equiv 1 (mod 11) \\ 10^1 \equiv 10 (mod 11) \\ 10^0 \equiv 1 (mod 11) \end{array} \right\} (II)$$

aplicando o Algoritmo ADCG no exemplo, a matriz tem a seguinte forma:

Tabela 14 – Valores obtidos através da congruência modulo 11 do número 6864.

(I)	6	8	6	4	(V) TOTAL
(II)	10	1	10	1	
(III) Produto	6x10=60	8x1=8	6x10=60	4x1=4	
(IV) Resto	5	8	5	4	

Fonte: Autor

logo, teremos:

$$6864 \equiv 22 \equiv 0 \pmod{11}$$

Portanto, o número 6864 é divisível por 11, pois deixa resto 0.

Outra solução utilizando resto negativo:

A divisão pode ser definida como:

$$6864 \equiv _ \pmod{11}$$

sendo $6864 = 6 \cdot 10^3 + 8 \cdot 10^2 + 6 \cdot 10^1 + 4 \cdot 10^0$, temos:

$$6 \cdot 10^3 + 8 \cdot 10^2 + 6 \cdot 10^1 + 4 \cdot 10^0 \equiv _ \pmod{11}$$

aplicando propriedades de congruência, obtemos:

$$\left. \begin{array}{l} 6 \equiv -5 \pmod{11} \\ 8 \equiv -3 \pmod{11} \\ 6 \equiv -5 \pmod{11} \\ 4 \equiv 4 \pmod{11} \end{array} \right\} (I) \quad \left. \begin{array}{l} 10^3 \equiv 10^2 \cdot 10 \equiv 1 \cdot (-1) \equiv -1 \pmod{11} \\ 10^2 \equiv (-1)^2 \equiv 1 \pmod{11} \\ 10^1 \equiv -1 \pmod{11} \\ 10^0 \equiv 1 \pmod{11} \end{array} \right\} (II)$$

aplicando o Algoritmo ADCG no exemplo, a matriz tem a seguinte forma:

Tabela 15 – Valores obtidos através de restos positivos e negativos da congruência modulo 11 do número 6864.

(I)	-5	-3	-5	4	(V) TOTAL
(II)	-1	1	-1	1	
(III) Produto	$(-5) \times (-1) = 5$	$(-3) \times 1 = -3$	$(-5) \times (-1) = 5$	$4 \times 1 = 4$	
(IV) Resto	5	-3	5	4	
				11	

Fonte: Autor

logo, teremos:

$$6864 \equiv 11 \equiv 0 \pmod{11}$$

Portanto, o número 6864 é divisível por 11, pois deixa resto 0.

Observação: É interessante aplicar o processo de divisibilidade por congruência utilizando resto negativo para divisões em que o divisor é um valor maior que 10, pois possibilita a obtenção do resultado de uma maneira mais simples.

Exemplo 11. Verificar se o número 812 é divisível por 12.

Solução

A divisão pode ser definida como:

$$812 \equiv _ \pmod{12}$$

sendo $812 = 8 \cdot 10^2 + 1 \cdot 10^1 + 2 \cdot 10^0$, temos:

$$8 \cdot 10^2 + 1 \cdot 10^1 + 2 \cdot 10^0 \equiv _ \pmod{12}$$

aplicando as propriedades de congruência, obtemos:

$$\left. \begin{array}{l} 8 \equiv -4 \pmod{12} \\ 1 \equiv 1 \pmod{12} \\ 2 \equiv 2 \pmod{12} \end{array} \right\} (I) \quad \left. \begin{array}{l} 10^2 \equiv (-2)^2 \equiv 4 \pmod{12} \\ 10^1 \equiv -2 \pmod{12} \\ 10^0 \equiv 1 \pmod{12} \end{array} \right\} (II)$$

aplicando o Algoritmo ADCG no exemplo, a matriz tem a seguinte forma:

Tabela 16 – Valores obtidos através da congruência modulo 12 do número 812.

(I)	-4	1	2	(V) TOTAL
(II)	4	-2	1	
(III) Produto	$(-4) \times 4 = -16$	$1 \times (-2) = -2$	$2 \times 1 = 2$	
(IV) Resto	-4	-2	2	

Fonte: Autor

logo, teremos:

$$812 \equiv -4 \equiv 8 \pmod{12}$$

Portanto, o número 812 não é divisível por 12, pois deixa resto 8.

Exemplo 12. Verificar se o número 9435 é divisível por 17.

Solução

A divisão pode ser definida como:

$$9435 \equiv _ \pmod{17}$$

sendo $9435 = 9 \cdot 10^3 + 4 \cdot 10^2 + 3 \cdot 10^1 + 5 \cdot 10^0$, temos:

$$9 \cdot 10^3 + 4 \cdot 10^2 + 3 \cdot 10^1 + 5 \cdot 10^0 \equiv _ \pmod{17}$$

aplicando as propriedades de congruência, obtemos:

$$\left. \begin{array}{l} 9 \equiv -8 \pmod{17} \\ 4 \equiv 4 \pmod{17} \\ 3 \equiv 3 \pmod{17} \\ 5 \equiv 5 \pmod{17} \end{array} \right\} (I)$$

$$\left. \begin{array}{l} 10^3 \equiv (-7)^2 \cdot (-7) \equiv (-2) \cdot (-7) \equiv 14 \equiv -3 \pmod{17} \\ 10^2 \equiv (-7)^2 \equiv 49 \equiv 15 \equiv -2 \pmod{17} \\ 10^1 \equiv -7 \pmod{17} \\ 10^0 \equiv 1 \pmod{17} \end{array} \right\} (II)$$

aplicando o Algoritmo ADCG no exemplo, a matriz tem a seguinte forma:

Tabela 17 – Valores obtidos através da congruência modulo 17 do número 9435.

(I)	-8	4	3	5	(V) TOTAL
(II)	-3	-2	-7	1	
(III) Produto	$(-8) \times (-3) = 24$	$4 \times (-2) = -8$	$3 \times (-7) = -21$	$5 \times 1 = 5$	
(IV) Resto	7	-8	-4	5	

Fonte: Autor

logo, teremos:

$$9435 \equiv 0 \pmod{17}$$

Portanto, o número 9435 é divisível por 17, pois deixa resto 0.

Exemplo 13. Verificar se o número 60492 é divisível por 23.

Solução

A divisão pode ser definida como:

$$60492 \equiv _ \pmod{23}$$

sendo $60492 = 6 \cdot 10^4 + 0 \cdot 10^3 + 4 \cdot 10^2 + 9 \cdot 10^1 + 2 \cdot 10^0$, temos:

$$6 \cdot 10^4 + 0 \cdot 10^3 + 4 \cdot 10^2 + 9 \cdot 10^1 + 2 \cdot 10^0 \equiv _ \pmod{23}$$

aplicando as propriedades de congruência, obtemos:

$$\left. \begin{array}{l} 6 \equiv 6 \pmod{23} \\ 0 \equiv 0 \pmod{23} \\ 4 \equiv 4 \pmod{23} \\ 9 \equiv 9 \pmod{23} \\ 2 \equiv 2 \pmod{23} \end{array} \right\} (I) \quad \left. \begin{array}{l} 10^4 \equiv 10^2 \cdot 10^2 \equiv 8 \cdot 8 \equiv 64 \equiv 18 \equiv -5 \pmod{23} \\ 10^3 \equiv 10^2 \cdot 10 \equiv 8 \cdot 10 \equiv 80 \equiv 11 \pmod{23} \\ 10^2 \equiv 100 \equiv 8 \pmod{23} \\ 10^1 \equiv 10 \pmod{23} \\ 10^0 \equiv 1 \pmod{23} \end{array} \right\} (II)$$

aplicando o Algoritmo ADCG no exemplo, a matriz tem a seguinte forma:

Tabela 18 – Valores obtidos através da congruência modulo 23 do número 60492.

(I)	6	0	4	9	2	(V) TOTAL
(II)	-5	11	8	10	1	
(III) Produto	$6 \times (-5) = -30$	$0 \times 11 = 0$	$4 \times 8 = 32$	$9 \times 10 = 90$	$2 \times 1 = 2$	
(IV) Resto	-7	0	9	21	2	25

Fonte: Autor

logo, teremos:

$$60492 \equiv 25 \equiv 2 \pmod{23}$$

Portanto, o número 60492 não é divisível por 23, pois deixa resto 2.

Exemplo 14. Verificar se o número 576 é divisível por 36.

Solução

A divisão pode ser definida como: $576 \equiv _ \pmod{36}$

sendo $576 = 5 \cdot 10^2 + 7 \cdot 10^1 + 6 \cdot 10^0$, temos:

$$5 \cdot 10^2 + 7 \cdot 10^1 + 6 \cdot 10^0 \equiv _ \pmod{36}$$

aplicando as propriedades de congruência, obtemos:

$$\left. \begin{array}{l} 5 \equiv 5 \pmod{36} \\ 7 \equiv 7 \pmod{36} \\ 6 \equiv 6 \pmod{36} \end{array} \right\} (I) \quad \left. \begin{array}{l} 10^2 \equiv 100 \equiv 28 \equiv -8 \pmod{36} \\ 10^1 \equiv 10 \pmod{36} \\ 10^0 \equiv 1 \pmod{36} \end{array} \right\} (II)$$

aplicando o Algoritmo ADCG no exemplo, a matriz tem a seguinte

forma:

Tabela 19 – Valores obtidos através da congruência modulo 36 do número 576.

(I)	5	7	6	(V) TOTAL
(II)	-8	10	1	
(III) Produto	$5 \times (-8) = -40$	$7 \times 10 = 70$	$6 \times 1 = 6$	
(IV) Resto	-4	34	6	

Fonte: Autor

logo, teremos:

$$576 \equiv 36 \equiv 0 \pmod{36}$$

Portanto, o número 576 é divisível por 36, pois deixa resto 0.

Nos exemplos apresentados não temos usado uma regra específica para a divisibilidade de cada número, aplicamos o algoritmo ADCG independentemente dos números cuja divisibilidade desejamos analisar. Casos como a divisibilidade por 2, 5 e 10 são facilmente analisados separando a casa das unidades pois as dezenas são congruentes a zero módulo 2, 5 e 10.

Com a prática pode-se perceber que há várias maneiras de decompor um número de modo a facilitar a análise da divisibilidade, facilitando ainda o cálculo do resto se este for diferente de zero. O aluno não precisa memorizar uma regra específica para cada número, pois depois eles acabam esquecendo e/ou confundindo as regras da divisibilidade.

A vantagens do algoritmo ADCG podem-se resumir a:

- Se d não divide D , o algoritmo calcula o resto da divisão, o qual não é calculado pelos métodos da divisibilidade
- Não é necessário lembrar um conjunto de regras de divisibilidade para cada número. Geralmente o aluno tende a esquecer estas regras.
- Este algoritmo permite obter a divisibilidade por d , mesmo se não existir uma regra para esta divisibilidade
- O algoritmo trabalha no aprimoramento do uso das congruências pelo aluno, conceito importante em várias áreas do conhecimento.

4. CONCLUSÕES

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou uma abordagem diferenciada do estudo de divisibilidade utilizando o conteúdo de congruên-

cia. Em muitos livros didáticos encontra-se apenas uma maneira de se determinar a divisibilidade de um número por outro, este procedimento inclui muitas regras que acabam dificultando o processo de aprendizagem do aluno.

A dificuldade em efetuar cálculos prejudica o desenvolvimento do conhecimento matemático, pois o estudante que não consegue realizá-los apresentará muita dificuldade para compreender e aprender conteúdos de anos posteriores, ou seja, para que o aluno tenha um aprendizado significativo se faz necessário o uso de procedimentos contidos em assuntos anteriores.

O estudo de congruência proporciona a possibilidade de calcular divisibilidades utilizando relações de equivalências. Estas, permitem obter o resto de uma divisão de uma maneira mais simples, sem ter que recorrer a regras específicas, ou seja, os procedimentos utilizados para realizar tal operação podem ser aplicados em qualquer situação independentemente de quais números que fazem parte do problema.

Desse modo, criou-se um recurso metodológico denominado Algoritmo de Divisibilidade por Congruência (ADCG) para verificar os processos de divisibilidades. O (ADCG) contribui para o aprendizado de divisões, aprimoramento do uso de congruência e possibilita despertar o interesse do aluno para o estudo de novos conhecimentos.

Com objeto de auxiliar, intensificar e melhorar o entendimento do conteúdo ministrado em sala de aula. Este recurso certamente poderá contribuir para a melhoria na qualidade de ensino

5. REFERÊNCIAS

ROQUE, Tatiana e CARVALHO, João Bosco Pitombeira – **Tópicos de História da Matemática**– Rio de Janeiro: SBM,2012.

DA SILVA, Viviane Azevedo; FRIEDMAM, Clícia Valadares Peixoto. **Congruência Módulo M e Aritmética Modular: Conceito, Resultado e Aplicações**. Disponível em: <www.unigranrio.br>

SANTOS, Jose Plínio de Oliveira. **Introdução à Teoria Dos Números**. Rio de Janeiro: IMPA, 2006.

Pereira da silva, Luis Henrique. **Uma aplicação de congruência na determinação de critérios de divisibilidade**. [manuscrito] / Luis Henrique Pereira da silva.-2015.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ACESSIBILIDADE APLICADA EM HIS:O PROJETO DE REFORMA DA CASA DO LUCAS¹

**Jhosefy Viana de Oliveira
Melissa Kikumi Matsunaga**

INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma parcela significativa da sua população atingida por algum tipo de deficiência. De acordo com o censo demográfico do IBGE feito em 2010, cerca de 46,6 milhões de brasileiros declarou ter algum tipo de deficiência, o que corresponde a 23,92% da população do país, população esta estimada em 190 milhões (IBGE, 2010). Esse quadro acentua-se ao analisarmos a evolução da deficiência no país entre os anos de 2000 e 2010, quando ocorreu um acréscimo de 89,9% da deficiência no Brasil (IBGE, 2010).

No Amapá, residem 158.749 pessoas com algum tipo de deficiência, correspondendo a 23,71% da população do estado, população esta estimada em 669,544 mil habitantes (IBGE, 2010).

Diante deste cenário, discutir a acessibilidade tornou-se imprescindível nas relações da sociedade para com seus integrantes com alguma deficiência, abrangendo desde aspectos como as condições de emprego, acesso à saúde, educação e principalmente no que se refere à Arquitetura e Urbanismo, ao espaço urbano edificado, esse por sua vez, adequado para atender as necessidades desse grupo, livre de barreiras arquitetônicas e urbanas. No entanto, por mais que haja regulamentações e leis que determinem a eliminação das barreiras no ambiente construído, sua aplicação prática ainda é muito restrita; os ambientes de modo geral configuram-se como inadequados quanto à acessibilidade.

A habitação é um espaço essencial para o ser humano, pois é nesta

¹ Este artigo é uma versão revisada e resumida do Trabalho de Conclusão de Curso defendido pelo autor principal em 14 de agosto de 2018. Para o conteúdo completo do Trabalho, consultar exemplar disponível na Biblioteca da Universidade Federal do Amapá.

que o indivíduo ao se apropriar do espaço, transforma-o segundo as suas necessidades, estabelecendo a sua identidade ao ambiente e promove ainda, o direito à privacidade e ao convívio familiar (CÍRICO, 2001).

O problema da acessibilidade no país é agravado se levarmos em consideração o déficit habitacional², segundo censo do IBGE (2014) estimado em 6,08 milhões de unidades; no estado do Amapá são 30,201 mil unidades. Além disso, o censo do IBGE (2010) infere que aproximadamente 53,8% das pessoas com deficiência (10 anos ou mais) estavam desocupadas ou não eram economicamente ativas, enquadrando-as em uma faixa de renda baixa, ou seja, recebiam menos de três salários mínimos.

No intuito de atender esse déficit habitacional existente, o Governo Federal através dos seus programas e dos conjuntos habitacionais busca abrigar uma parcela dessas classes economicamente menos favorecidas, porém, ainda com alguns problemas a serem equacionados.

De modo a amenizar essas lacunas deixadas pelos programas habitacionais, uma maneira encontrada pelo Poder Público, Conselhos de Arquitetura e Universidades é a prestação de serviços por meio de assistência técnica gratuita a famílias de baixa renda, respaldada pela Lei Federal nº 11.888 de 2008, permitindo investigar as condições de uso e habitabilidade das edificações, como também seu atendimento a critérios antropométricos fundamentais para o atendimento das pessoas com deficiência, em especial a pessoa em cadeira de rodas, muito dos quais recomendados pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A investigação inicia através da participação no Projeto de Extensão Universitária da Universidade Federal do Amapá, intitulado “Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo”³, o qual visa prestar assessoria técnica ao elaborar projetos de reforma e ampliação das residências de famílias de baixa renda (até três salários mínimos), residentes no

² O déficit habitacional é calculado pela soma de quatro componentes: domicílios precários, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo de domicílios alugados.

³ Projeto de Extensão Universitária “Assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo”, registrado sob o nº 101/2016 no Departamento de Extensão da Pró-reitoria de Extensão e Ações Comunitárias da UNIFAP, foi coordenado pela professora Melissa Kikumi Matsunaga com a colaboração dos docentes Patrícia Helena Turola Takamatsu, Marcelle Vilar da Silva e Wíctor Alencar Cunha, além dos bolsistas PIBEX 2017 Caio Lucas Picanço e o autor deste trabalho Jhosefy Viana de Oliveira.

Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos, respaldado pela Lei Federal nº 11.888/2008⁴.

O projeto de extensão permitiu por meio da aplicação dos questionários o contato direto com as famílias, destas, observaram-se em algumas famílias pessoas com deficiência em seu núcleo. Após o primeiro contato, considerou-se de suma importância atender as famílias por respaldo da assistência técnica, considerando a não seleção destas pelo Projeto de Extensão.

Ao analisar *in loco* como as habitações de interesse social (HIS) foram entregues às famílias residentes no Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos, identificou-se uma série de problemas, como o espaço reduzido das edificações, a estrutura da casa, em especial as esquadrias e as louças, consideradas de má qualidade, como também, as condições de infraestrutura urbana do loteamento, como abastecimento de água intermitente, problemas na rede de esgotamento sanitário, passeios não acessíveis, iluminação pública precária e outros.

Em relação à acessibilidade as dificuldades encontradas acentuam-se. De acordo com o relatório da Etapa 1 do Projeto de Extensão⁵, em um total de 194 famílias entrevistadas, destas, 39 famílias tinham em seu núcleo familiar uma pessoa com deficiência, o equivale a 20%. Em comparação com os números destinados ao atendimento das famílias com deficiente em seu corpo familiar pelo programa Minha Casa Minha Vida, responsável pela criação do Conjunto Mestre Oscar, no qual reserva 3% das unidades habitacionais para deficientes, é nítida a ineficiência do atendimento a esse grupo de pessoas. (MATSUNAGA, 2019). Trataremos adiante sobre o Conjunto Mestre Oscar.

No decorrer da aplicação dos questionários, os grupos familiares que tinham em seu núcleo pessoas com deficiência declararam ter diversos problemas quanto à qualidade do espaço construído, como a inexistência

⁴ Lei Federal nº 11.888/2008 assegura o direito à assistência técnica pública gratuita para o projeto e construção de habitação de interesse social como parte do direito à moradia, conforme Art.6 da Constituição Federal de 1988.

⁵ O conteúdo da Primeira Etapa do ATAU pode ser consultado em: MATSUNAGA, Melissa Kikumi (coord). Dados socioeconômicos e aspectos da moradia e infraestrutura do Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos—ano 2017. Macapá: UNIFAP, 2019. Disponível em <https://www2.unifap.br/editora/files/2019/07/dados-socioeconomicos-e-aspectos-da-moradia.pdf>. Acesso em 04 dez 2019.

de rampas de acesso a habitação, a largura das portas, altura das janelas, largura dos corredores e principalmente o banheiro não adaptado. Ademais, é importante discutir a qualidade de vida das pessoas com deficiência nas unidades do tipo *PNE*, por mais que estejam sendo atendidas em unidades adaptadas, a habitação em si não deixa de ter suas inadequações quanto às dimensões dos ambientes.

OBJETIVOS

O objetivo principal consistiu em prestar assistência técnica ao elaborar o projeto básico para ampliação e reforma de uma habitação de interesse social (HIS) e que apresenta em sua composição familiar uma pessoa com deficiência, localizada no Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos, situado na zona norte da cidade de Macapá-AP, no caso a família do Lucas, de modo a proporcionar a adequação da moradia para seu uso, oferecer condições dignas de moradia, além de melhorar a qualidade de vida de todos os membros da família.

Como objetivos específicos, destacam-se: (1) discutir a respeito da acessibilidade no Brasil, enfatizando a sua importância em projetos arquitetônicos de habitações de interesse social e como o poder público pode enfrentar a questão e (2) contribuir para a área de conhecimento com avaliação de projetos executados e apresentação de propostas adequadas às especificidades de cada família com pessoas com deficiência.

METODOLOGIA

Como anteriormente dito, foi por meio do Projeto de Extensão que a delimitação deste trabalho de TCC se configurou, ou seja, a pesquisa se caracteriza por uma intervenção direta na realidade social da família assistida. Por isso, entende-se que a metodologia do trabalho aqui apresentado corresponde à denominada pesquisa-ação, de modo a proporcionar à família assistida as orientações técnicas em relação aos problemas encontrados *in loco*, fazendo-as pertencer ao processo, tornando-a as conhecedoras destes problemas. Para Thiollent “A Pesquisa-ação consiste em dar aos pesquisadores e grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação que vivem, em particular sob forma de diretrizes de ação trans-

formadora”. (THIOLLENT, 2008, p.08).

Considerando a atuação da pesquisa-ação vinculada a questões baseadas na experiência, ou seja, numa perspectiva empírica, vale salientar que a abordagem nunca deixa de lado as questões relacionadas à teoria, por entender que a pesquisa empírica não faria sentido sem o embasamento da referência teórica (THIOLLENT, 2008).

Os instrumentos para coleta de dados utilizados foram: levantamento bibliográfico, aplicação de questionários por meio do Projeto de Extensão, levantamentos de campo tais como levantamento cadastral da residência, levantamento fotográfico e diálogo contínuo com a família assistida, no caso, a família do Lucas.

DIREITO À MORADIA E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E URBANISMO

A moradia adequada é uma condição essencial para o homem exercer plenamente sua cidadania, elemento fundamental para a produção e reprodução do espaço socialmente construído. Logo, a habitação não se constitui como um meio único, a casa não é uma ilha na cidade, ela está presente em um contexto, no qual dialoga com elementos básicos de uma sociedade, precisa estar associada aos serviços essenciais de infraestrutura, como a educação, saúde, lazer, entre outros. O ato de morar possibilita aos indivíduos e aos grupos sociais desenvolverem suas capacidades, realizarem suas escolhas e serem efetivos na sociedade. (MARI-CATO, 1997).

De alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas do indivíduo. Historicamente mudam as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar (RODRIGUES, 1989, p.11).

A conceituação de moradia é muito abrangente, principalmente considerando o fato de a legislação usar como sinônimos os termos habitação, moradia, alojamento, entre outros. Para Souza (2004, p. 339- 340) “A habitação é o local onde a pessoa permanece, temporária ou acidentalmente. Já a moradia, é um bem imensurável da pessoa natural, indis-

sociável de sua vontade e indisponível e direito essencial referente à personalidade humana”.

Ao analisarmos nosso entorno é nítido o problema habitacional, indivíduos morando ao relento, sob as marquises, debaixo de pontes, e conforme as dimensões das cidades o problema pode ser acentuado.

Raquel Rolnik em entrevista à Agência FAPESP em 04 de maio de 2008⁶, afirma:

Quase um terço da população do planeta mora em favelas e outros tipos de assentamentos precários. A situação no Brasil, nesse contexto não está nem entre as melhores, nem entre as piores. Mesmo assim, temos problemas graves. Hoje, 60% da produção de moradia no Brasil é ilegal e irregular. Isso significa que a precariedade ainda avança. Por outro lado, temos uma série de iniciativas para combater esse problema.

Raquel Rolnik ainda em entrevista à Agência FAPESP, afirma que o principal problema da questão da moradia consiste no chamado acesso ao solo urbano, enfatiza que os mais pobres não têm esse acesso e é por isso que eles produzem moradia na ilegalidade e irregularidade. Muito devido às políticas públicas, comumente voltadas para a produção de moradia em lugares afastados do centro, refletindo a uma situação de exclusão, ou seja, as próprias iniciativas do Estado seguem uma lógica de manter os mais pobres na periferia.

Devido ao acelerado processo de urbanização ocorrido no país e o empobrecimento da população, a habitação torna cada vez mais um potencial bem de consumo, sujeito às especulações de mercado. Esses aspectos somados desfavorecem a viabilidade de acesso a uma moradia adequada.

Para Ermínia Maricato (1997), a moradia torna-se uma mercadoria especial devido ao seu alto custo em relação a outras mercadorias e estar acima das condições de pagamento de grande parte dos trabalhadores assalariados.

⁶ Entrevista à Agência Fapesp. Direito de morar. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/direito_de_morar/8656>. Acessado em 12 de junho de 2017.

A habitação é uma mercadoria especial, que tem produção e distribuição complexas. Entre as mercadorias de consumo privado (roupas, sapatos, alimentos, etc.) ela é a mais cara. Seu preço é muito maior do que os salários médios, e por isso o comprador demora muitos anos para pagá-la ou para juntar o valor que corresponde ao seu preço. Dizemos que é uma mercadoria que tem longo período de circulação e por isso exige um financiamento prévio para o consumo, pois em geral os trabalhadores não dispõem de tanto dinheiro à vista (MARICATO, 1997, p.46).

Ermínia Maricato (2008) atenta para o descaso por parte das escolas de arquitetura, urbanismo e principalmente pelos Planos Diretores sobre o debate da habitação de interesse social, o qual foi criado como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

Não obstante, nas escolas de arquitetura e urbanismo, estuda-se “arquitetura”, estuda-se “urbanismo” e “planejamento urbano” e, em apenas lacunas ou disciplinas especiais dependendo da sensibilidade e engajamento de um ou outro professor estuda-se a moradia social. Ela é vista com algo à parte da grande arquitetura e do grande urbanismo. O mesmo acontece na elaboração dos planos diretores. A moradia social quando está presente é um capítulo a parte. Quando muito um apêndice (MARICATO, 2008, p.132).

Bonduki (1988) infere a importância da atuação da sociedade civil na formulação de propostas para o problema habitacional e as vantagens do desenvolvimento dessas novas formas de gestão pública não estatal, uma vez que essas organizações não governamentais podem gerenciar programas sociais com melhores resultados que o poder público, esse geralmente ineficiente e sujeito ao clientelismo, ou o setor privado, que se dirige basicamente em função do lucro.

Desde a Constituição de 1988, houve uma série de mecanismos por parte dos agentes públicos com intuito de definir metas positivas relacionadas ao direito à habitação para as classes de baixa renda, porém, essas políticas não garantiram a efetivação dos direitos sociais, não desarticularam a intensa desigualdade social da população (SOUZA, 2009).

Os programas habitacionais utilizados como um desses mecanismos tenta solucionar os problemas sociais sem modificar as causas que os

produzem, são reconhecidas as melhorias geradas pelos programas, porém, são soluções na maioria das vezes emergenciais, em curto prazo, onde gera um produto final, no caso uma moradia padronizada, atendendo por vezes as necessidades mínimas de habitabilidade. Mas, o que vemos efetivamente, são moradias que não possuem estrutura suficiente para abrigar as famílias. Atrelado a isso, as pessoas que residem nas habitações construídas pelo poder público não escolheram essas moradias, estão nelas por conta da impossibilidade de conseguirem outro local melhor para morar (MATTEDI, 2009).

Em cima desta problemática, podemos mencionar a Assistência Técnica como um instrumento de intervenção de suma importância, capaz de atuar de forma cirúrgica no problema da habitação, possibilitando modificar o espaço já construído deficiente, tornando-o mais adequado ou até mesmo adaptado.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E URBANISMO

A partir da década de 1990 surgem leis municipais visando assegurar a assistência técnica em diversas cidades brasileiras, como também, as universidades passaram a promover diversas iniciativas de extensão universitária em prol da assistência. De acordo com Salazar (2014), o papel das universidades na formação dos arquitetos brasileiros é de suma importância para a construção de um programa de assistência técnica para as famílias de baixa renda.

[...] nós temos um problema quanto à nossa formação de arquitetos e urbanistas, porque nós aprendemos que o nosso cliente é aquele que pode pagar. Então a nossa visão de prestação de serviços é uma visão estilizada. Nós não aprendemos na Universidade como lidar com os clientes que mais precisam, que são os movimentos populares, a população de baixa renda. Eles não têm o dinheiro para pagar, mas nós temos uma Lei que obriga o Estado a remunerar o profissional que presta esse serviço (SALAZAR, STROHER, 2014, p.18).

No âmbito federal, através de emenda popular, a Constituição Cidadã de 1988 passa a inserir em seu corpo questões relacionadas às políticas

urbanas e à função social da propriedade. Desse modo o cenário para a construção de novas estratégias de desenvolvimento urbano tornava-se cada vez mais favorável, somando-se a instituição do Ministério das Cidades e a aprovação da Lei de Assistência Técnica em 2008.

Entretanto, mais de 70% das residências existentes hoje no Brasil foram erguidas por seus próprios moradores, em autoconstrução, sem nenhum tipo de assistência técnica. Essas moradias apresentam precariedades que poderiam ter sido evitadas, tais como: espaços mal divididos, problemas construtivos, insalubridade, problemas de acesso e infraestrutura insuficiente de saneamento (BAPTISTA, 2009).

Ao analisarmos o conteúdo da Lei da Assistência Técnica, voltada à construção, reforma, ampliação e regularização fundiária da moradia popular, podemos entender a “assistência” como um serviço técnico, onde profissionais das áreas de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo, atendem famílias com renda máxima de até três salários mínimos. No escopo da Lei de Assistência Técnica está indicada a prestação de serviços gratuitos, do projeto à execução da obra, priorizando-se as iniciativas a serem implantadas sob o regime de mutirão. Para isso, podem ser firmados convênios ou termos de parceria entre os entes públicos e as entidades promotoras dos programas de capacitação, residência ou extensão universitária (DEMARTINI, 2016).

Por meio dessa Lei, a assistência pode ser prestada individualmente às famílias, ou coletivamente aos grupos organizados, como, por exemplo, cooperativas e associações. De acordo com o Artigo 6º da Lei, os custos dos serviços devem ser pagos com recursos públicos e de fundos federais direcionados a habitação de interesse social (FNHIS), ou por iniciativas privadas (BRASIL, 2008).

Embora a aprovação da Lei de Assistência Técnica seja um importante instrumento conquistado pelos movimentos sociais junto a profissionais da área da construção civil, os seus objetivos não podem ser limitados apenas a intervenções técnico-construtivas para as unidades habitacionais. É necessário que os moradores, órgãos públicos e profissionais envolvidos na implementação da política habitacional direcionem-se para pontos mais abrangentes, não fiquem presos apenas para o contexto do espaço físico da habitação, haja vista que o “habitar” está relacionado a um contexto macro, ao direito a cidade (LEFEBRE, 2011).

ACESSIBILIDADE

O termo acessibilidade designado inicialmente à condição de acesso das pessoas com deficiência surge a partir da dificuldade encontrada pelos profissionais da área de reabilitação na inserção da pessoa deficiente a sociedade no final da década de 1940, devido à existência de barreiras arquitetônicas nos espaços urbanos, nas residências, edifícios e nos meios de transporte público. Esta primeira fase foi denominada como fase de integração, que duraria cerca de 40 anos ao ser substituída gradativamente pela fase da inclusão (SASSAKI, 2005).

As barreiras geram uma série de circunstâncias que podem dificultar o desenvolvimento das atividades cidadãs mais comuns, tais como caminhar pelos passeios, cruzar uma avenida, utilizar transporte público, pedir informação, solicitar um serviço, etc. (Mozos & Lòpez, 2005).

O processo de desintegração das barreiras arquitetônicas é impulsionado na década de 1980, mais precisamente em 1981, quando ocorre o ano internacional das pessoas deficientes, ano de muitas campanhas em âmbito mundial a respeito das barreiras arquitetônicas impostas a pessoa com deficiência; exigia-se não apenas a eliminação delas, como também a não inserção de barreiras na criação dos projetos arquitetônicos, dando início à ascensão da fase de inclusão, contrapondo-se a fase de integração (SASSAKI, 2005).

Na década de 1990, fez-se necessário agregar o conceito acessibilidade ao contexto do desenho universal, no qual os ambientes, utensílios, meios de transporte devem ser projetados para todos, e não apenas para as pessoas com deficiência. Nos dias atuais é possível entender a acessibilidade não vinculada apenas às barreiras arquitetônicas, muito devido ao aparecimento do conceito de inclusão, permitindo a percepção de variados tipos de barreiras enfrentadas em contextos que não sejam do ambiente arquitetônico, como exemplo, formas atitudinais de exclusão (SASSAKI, 2005).

ACESSIBILIDADE APLICADA A ARQUITETURA

A capacidade da interação do indivíduo com o espaço depende de

suas próprias individualidades e de como estão projetados os ambientes e objetos que o cercam. Quando crianças, nossas extensões físicas nos limitam a alcançar ou manusear uma série de objetos, e quando adultos podemos experimentar variadas situações que nos limitam temporariamente a utilizar de modo confortável o ambiente, como exemplo, a gravidez, torcicolos, criança de colo, fraturas, idade avançada, entre outros. Além dessas limitações temporárias é preciso saber da possibilidade de adquirir alguma deficiência física, sensorial, psíquica ou cognitiva, alterando nossa relação com o espaço (CAMBIAGHI, 2012).

Diante disso, é preciso saber que vivemos em espaços projetados por seres humanos para seres humanos. Logo, qualquer problema de diálogo do indivíduo com o ambiente deve-se à inadequação do espaço com as nossas necessidades individuais e não, a um desajuste das nossas capacidades ao meio. Esse desajuste ocorre por conta da tendência massiva de fazer projetos para um público considerado dentro do padrão, de acordo com a média da população. Essa média é determinada pela curva de Gauss⁷ (CAMBIAGHI, 2012).

A grande maioria das pessoas encaixa-se dentro da curva, porém, outras são muito altas ou baixas, ou ainda, demonstram alguma especificidade individual ou deficiência, não se encaixando dentro da curva, o que as leva a não serem atendidas ou parcialmente atendidas pelos ambientes ou produtos (CAMBIAGHI, 2012).

Dessa maneira a arquitetura e o design inclusivos são imprescindíveis para a manutenção de uma sociedade que contemple a todos, e para garantir a concretização de ambientes totalmente acessíveis recomenda-se a inserção do conceito do Desenho Universal e aplicação das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial a NBR 9050⁸ nos projetos já realizados, como também aos novos que virão.

DESENHO UNIVERSAL

O conceito do Desenho Universal é uma condição fundamental para

⁷ Curva de Gauss – Método estatístico no qual a maioria das dimensões lineares do corpo humano são distribuídas num gráfico; a frequência de distribuição de uma dimensão revela a curva simétrica em forma de sino (CAMBIAGHI, 2012, pg. 38).

⁸ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

garantir a qualidade de vida de um indivíduo, tanto no ambiente público ou privado. Sua essência é assegurar que todos, sejam ou não pessoas com deficiência, possam realizar suas ações habituais e utilizar o espaço de modo independente e seguro. A eficácia da interação do ser humano com o espaço construído depende de sua própria capacidade, mas é dever dos profissionais de arquitetura e urbanismo a preocupação em projetar ambientes de uso democrático para diferentes perfis de usuários (CAMBIAGHI; CARLETTO, 2008).

A terminologia Desenho Universal ou *Universal Design* surgiu pela primeira vez nos Estados Unidos em 1985, através do arquiteto usuário de cadeira de rodas Ron Mace, responsável por influenciar uma nova maneira de desenvolver projetos de arquitetura e Design. Para Mace (1991), o Desenho Universal permite a criação de ambientes e produtos que podem ser utilizados pelo maior número de pessoas possível (CAMBIAGHI, 2012).

O chamado desenho para todos difundiu-se principalmente em detrimento de reivindicações de dois segmentos sociais. O primeiro composto por pessoas com deficiência, que não sentiam suas necessidades contempladas nos espaços projetados e construídos pelos profissionais das áreas de construção e arquitetura. O segundo formado por arquitetos, engenheiros, urbanistas e designers que desejavam uma melhor democracia na utilização dos ambientes e tinham uma visão mais abrangente sobre o seu potencial papel modificador do espaço (CAMBIAGHI, 2012).

O projeto universal é o processo de criar produtos que são acessíveis para todas as pessoas, independente de suas características pessoais, idade, ou habilidades. Os produtos universais acomodam uma escala larga de preferências e de habilidades individuais ou sensoriais dos usuários. A meta é que qualquer ambiente ou produto poderá ser alcançado, manipulado e usado, independentemente do tamanho do corpo do indivíduo, sua postura ou sua mobilidade (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008, pg. 10).

Os espaços projetados e construídos antes do aparecimento do desenho universal não eram pensados para serem utilizados por todas as pessoas, mas sim por indivíduos que apresentavam algum tipo de limitação física, de sentidos ou cognição, gerando ambientes parcialmente acessíveis.

veis, descaracterizando a essência do desenho universal, que busca estabelecer acessibilidade a todo o ambiente urbano ou da edificação (CAMBIAGHI, 2012).

Na década de 90, Ron Mace reuniu um grupo de arquitetos e defensores de uma arquitetura e design direcionada a diversidade do ser humano, objetivando sistematizar os conceitos do desenho universal. Os encontros aconteciam no Center for Universal Design⁹, da Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Esse grupo desenvolveu os sete princípios do desenho universal, tornando-se um referencial para qualquer programa de acessibilidade (CAMBIAGHI; CARLETTO, 2008). São eles: (1) Princípio do Uso Igualitário, (2) Princípio do Uso Adaptável; (3) Princípio do Uso Intuitivo; (4) Princípio da Informação de Fácil Percepção; (5) Princípio da Segurança; (6) Princípio do Esforço Mínimo Físico e (7) Princípio do Uso Abrangente.

De acordo com CAMBIAGHI (2012, pg.76) “esses setes princípios e suas diretrizes podem ser aplicados para avaliar os projetos existentes, orientar novos projetos de arquitetura e design e, ainda, para ser adotados como literatura para o ensino e capacitação de futuros arquitetos”. São responsáveis ainda, por uma melhor compreensão dos consumidores em relação à qualidade dos ambientes e produtos, uma vez que os princípios fornecem artifícios para uma melhor avaliação destes.

REFERÊNCIAS PROJETOAIS

Para elaboração da proposta de reforma, foram estudados alguns projetos e estudos relacionados ao tema, refletindo sobre as soluções arquitetônicas realizadas e como poderiam subsidiar e informar a proposta em questão. São eles: (1) Hospitais da Rede Sarah, de João da Gama Filgueiras Lima, o famoso Lelé; (2) Projeto Casa Fácil 1.0, do CREA/PR e (3) Estudo de acessibilidade em residência de Juiz de Fora-MG (SODRÉ, 2015)

OBJETO DE ESTUDO: PARTINDO DOS QUESTIONÁRIOS DO PROJETO DE EXTENSÃO À DEFINIÇÃO DA

⁹ Center for Universal Design – centro de pesquisa, informação e desenvolvimento tecnológico para avaliar, desenvolver e promover iniciativas que tenham como meta o desenho universal (CAMBIAGHI, 2012, pg. 76).

FAMÍLIA ASSISTIDA

O CONJUNTO HABITACIONAL MESTRE OSCAR SANTOS

O Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos está localizado na zona norte de Macapá e tem acesso pela Rodovia do Curiaú – AP 070 (Ver figura 1), popularmente é considerado pertencente ao Loteamento Ipê, devido à proximidade e interação, encontra-se entre as Avenidas Aquariquara e Avenida Luiz Gonzaga e ocupa uma área de 1.996.145,00m² (PMM, 2013).

O Conjunto foi construído pelo programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), uma interação entre a Prefeitura Municipal de Macapá e Governo Federal. Tendo como agente financiador a Caixa Econômica Federal e empresa construtora, a Vex Construções. Inicialmente chamado de Bairro do Forte. O projeto custou aproximadamente 21 milhões de reais, financiado com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), contemplando a construção de 528 unidades habitacionais, destas, 16 unidades destinadas para *pessoas com necessidades especiais* (PNE). Beneficiando assim, mais de 2.100 pessoas, entre as famílias atendidas, estão 100 famílias vítimas do incêndio ocorrido no bairro Perpétuo Socorro em 2013 (PMM, 2013).

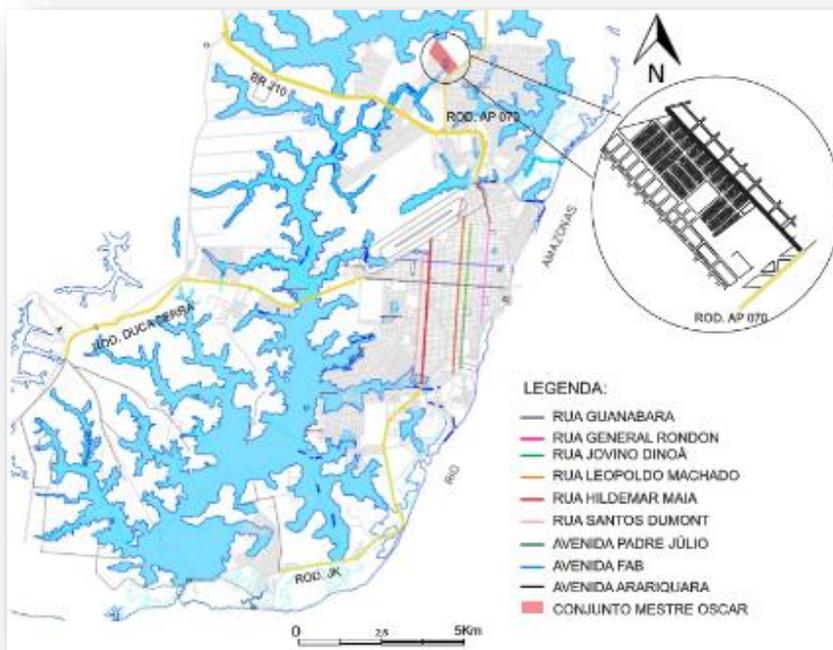
As habitações foram designadas às famílias com renda mensal até 3 salários mínimos, na época valor de R\$ 1.600,00 reais, compostas de uma sala, uma cozinha, dois quartos, um banheiro e uma área de serviço externa. O Conjunto dispõe ainda de espaços de vivência como o centro comunitário, hoje, bastante deteriorado e um campo de futebol, em situação semelhante.

De acordo com o Plano Diretor de Macapá (2004), o Conjunto Mestre Oscar está situado no Setor Misto 1 (SM1)¹⁰, inserido na Subzona Prioritária para Implantação de Infraestrutura Urbana prevista pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Amapá (PDDUA, 2004). De acordo com a Lei Complementar nº 109/2014-PMM de Uso e Ocu-

¹⁰ Setor Residencial 4 (SR4): Área compreendida pelos loteamentos Brasil Novo, Sol Nascente, Alencar, Boné Azul, **Jardim Felicidade**, Novo Horizonte, Renascer 1, Renascer 2, Pantanal, São Lázaro, Infraero I, Infraero II e Marabaixo e a área desocupada sob domínio da INFRAERO (PMM, 2004, p.30).

pação do Solo, a zona é de uso residencial uni e multifamiliar, com usos permitidos para o comércio e indústria. Quanto a intensidade de ocupação das edificações, de baixa densidade, com a verticalização até 2 pavimentos e taxas de ocupação máxima e mínima de 60% e 25% respectivamente.

Figura 1 - Localização do Conjunto Mestre Oscar na Cidade de Macapá.



Fonte: PDDUA, 2014. Alterado pelo autor.

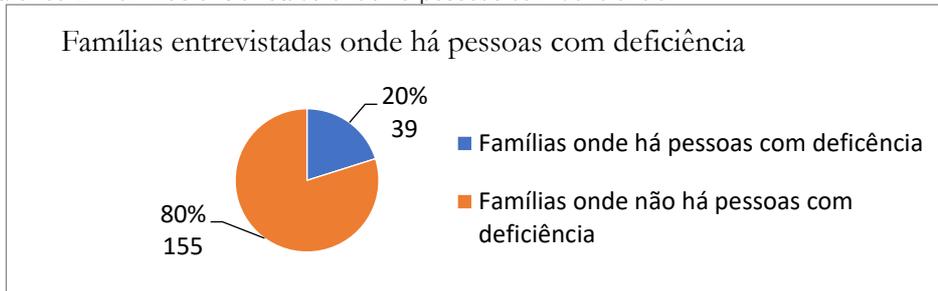
QUESTIONÁRIOS DO PROJETO DE EXTENSÃO (não sei como reduzir ou se devemos retirar)

Por meio do projeto de extensão em Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo realizado no Conjunto Mestre Oscar, ocorrido entre os meses de fevereiro e abril de 2017, cuja primeira etapa correspondeu à aplicação de questionários e posteriormente a sistematização dos dados obtidos através do relatório desta, constatou-se em um total de 194 famílias entrevistadas (Ver figura 26), há 39 famílias com pelo menos um

morador com algum tipo de deficiência, equivalendo a 20% do total de famílias entrevistadas pelo projeto de extensão (Ver gráfico 1).

Elaboração; MATSUNAGA, 2017, Alterado pelo autor.

Gráfico 1 - Famílias entrevistada onde há pessoas com deficiência.



Fonte: MATSUNAGA, 2017.

O Conjunto Mestre Oscar dispõe de 528 residências, destas, apenas 16 destinadas a famílias com alguma pessoa com deficiência (Ver figura 2), correspondendo a 3% do total. Ao compararmos os dados é nítida a disparidade e a insuficiência no atendimento das famílias com pessoas com deficiência em seu núcleo.

Figura 2 - Localização das Unidades Habitacionais PNE no Conjunto Mestre Oscar.

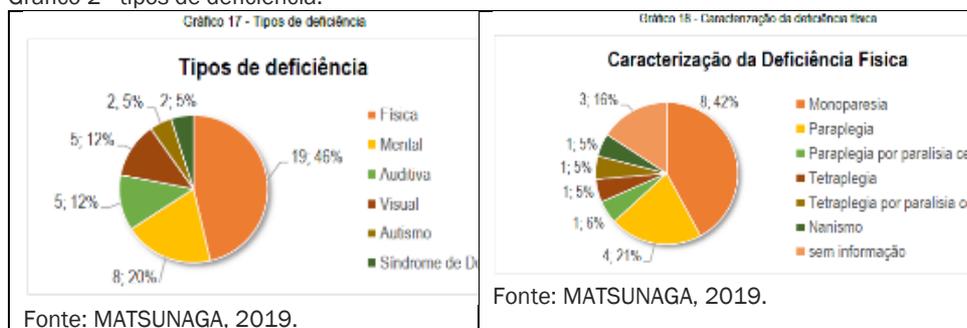


Elaboração: OLIVEIRA, 2017. Fonte: Vex Construções.

De acordo com as respostas obtidas pelos questionários, obtivemos algumas amostras sobre a questão da deficiência no Conjunto Mestre Oscar, resultados esses, responsáveis por endossar a proposta do projeto em questão.

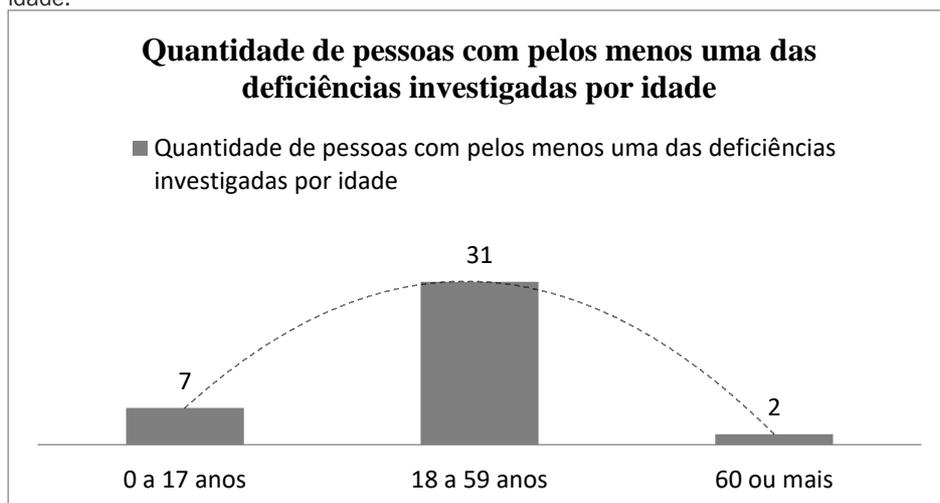
Em relação aos tipos de deficiência, percebeu-se a deficiência física como a mais presente no grupo das pessoas entrevistadas (Ver gráfico 2).

Gráfico 2 - tipos de deficiência.



Em relação à faixa etária, obtivemos a resposta sobre a idade de 39 pessoas, permitindo assim, identificar uma maior presença da deficiência na faixa etária dos 18 aos 59 anos (Ver gráfico 3).

Gráfico 3 - Quantidade de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas por idade.



Sobre as principais adaptações necessárias para tornar suas habitações mais acessíveis e assim confortáveis, o grupo de entrevistados apontou para adaptação no banheiro e adoção de rampas (Ver gráfico 3).

Figura 3 - Adaptações necessárias de acordo com o questionário.

Gráfico 16 - Adaptações necessárias para pessoas com deficiência



Fonte: MATSUNAGA, 2019.

A ESCOLHA DA RESIDÊNCIA DO LUCAS

Após o levantamento prévio da situação da deficiência no Conjunto Mestre Oscar e constatada a necessidade de aplicação dos estudos de assistência técnica para as habitações desse grupo, inicialmente optou-se pelo atendimento de duas famílias, sendo uma pertencente a uma unidade habitacional (UH) padrão e a outra, pertencente a uma habitação do tipo PNE, permitindo assim, discutir até que ponto as habitações direcionadas para as pessoas com deficiência as atendiam. No entanto, o desenvolvimento das atividades seja no âmbito do estabelecimento de confiança e aproximação às famílias, o interesse das mesmas pela assistência e o aspecto dos prazos fez com que a Proposta aqui apresentada contemplasse apenas uma família, esta pertencente a uma unidade habitacional. Essa configuração inclusive é uma das premissas da metodologia adotada, da pesquisa-ação, onde a realidade interfere no desenvolvimento das atividades de pesquisa.

Com base nas 39 famílias identificadas pela aplicação dos questionários do projeto de extensão, 37 tinham renda inferior a 3 salários míni-

mos (R\$ 2.811,00)¹¹, tornando-as aptas para a seleção deste trabalho por meio da Lei de Assistência Técnica¹². Destas, 34 moravam em uma unidade habitacional não adaptada (UH) e três residiam em uma habitação adaptada (PNE).

Foram estabelecidos dois critérios para seleção: como primeiro, optou-se por famílias que já haviam sido entrevistadas pelo autor através da Etapa 1 do Projeto de Extensão, haja vista que uma interação pré-estabelecida com as famílias facilitaria a construção do trabalho. Como segundo critério de seleção a renda.

A família do Lucas foi selecionada para aplicação deste estudo, locada em uma habitação não dedicada a pessoas com deficiência.

BRIEFING: LEVANTAMENTO CADASTRAL/FOTOGRAFICO

O projeto desenvolveu-se através de uma interação direta com a família assistida, por meio de coleta de dados, propondo diálogos com o intuito de gerar um produto final, considerando os anseios das famílias, como também as normas legais vigentes de projeto. Esse contato pode caracterizar-se como “Briefing” (HOLDEN, 2014).

Realizou-se também levantamento cadastral com intuito de mapear o espaço físico da habitação, como também, através de perguntas entender a rotina das famílias, sua percepção sobre a residência e quais melhorias almejavam, contando com aporte de um levantamento fotográfico.

Para prosseguimento do estudo fez-se necessário caracterizar o perfil da família, a localização da residência no conjunto Mestre Oscar, as modificações realizadas na residência até hoje, como também, as dimensões existentes ao serem entregues, permitindo identificar sua atual configuração.

¹¹ Apesar da Lei congelar o valor do salário mínimo do 600 reais mensais, adotados os valores vigentes de 2017, cujo valor corresponde a 937 reais.

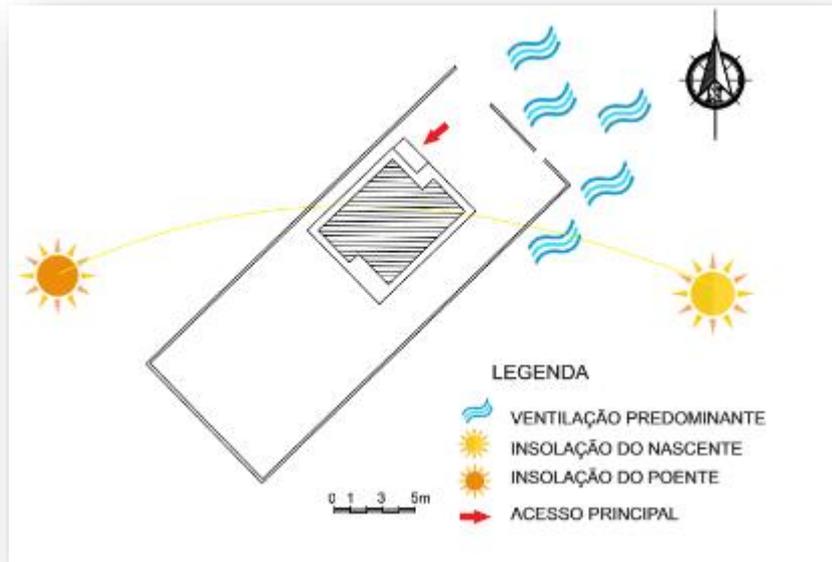
¹² Lei No. 11.888, conhecida como a Lei de Assistência Técnica a moradia de interesse social, onde “assegura as famílias de baixa renda (renda inferior a três salários mínimos) assistência técnica pública e gratuita ao projeto e a construção de habitação de interesse social”

A CASA DO LUCAS

Inserida em uma quadra retangular linear, devido está posicionada na esquina da quadra, seu acesso é possível pela Rua Sentinela Nortente e pela Alm. Luz do Mundo, ambas as vias são asfaltadas. No entorno é predominante à presença de residências unifamiliares, como também a presença de pequenos pontos comerciais.

De acordo com o posicionamento geográfico do lote, sua fachada frontal recebe ventilação constante, a fachada lateral direita receber pela manhã maior incidência solar, enquanto que a fachada lateral esquerda recebe no período da tarde maior incidência solar (Ver figura 4).

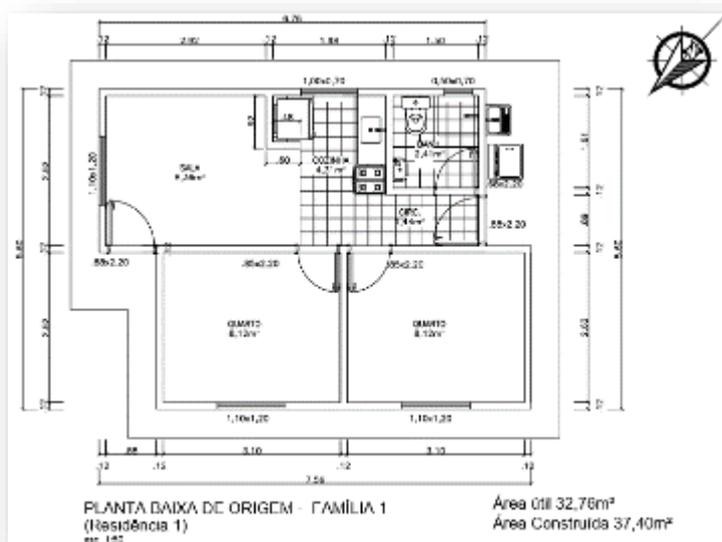
Figura 4 - Orientação da ventilação e insolação sob o lote da residência



Elaboração: OLIVEIRA, J.V, 2017.

A residência em estudo foi entregue a família com uma área construída de 37,40m² e área útil de 32,76m² (Ver figura 5), distribuídos em uma sala, dois quartos, uma cozinha, um banheiro e um espaço não construído para área de serviço aos fundos, inserida em um lote não murado de 10,60m x 27,40m, totalizando 290,44m².

Figura 5 - Planta baixa da casa entregue a família 1.



Fonte: Vex Construções.

A composição familiar do Lucas, principal instigador deste estudo, por se tratar de uma pessoa com deficiência, no caso, tetraplégico, dá-se pela figura da mãe, seu avô e sua irmã, hoje considerada a chefe de família, responsável pela residência, considerando que mãe encontra-se com problemas de saúde e seu avô já está com idade avançada.

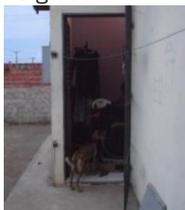
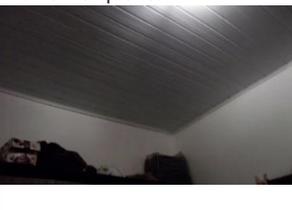
Lucas nasceu com deficiência motora e usa cadeira de rodas desde seu nascimento, atualmente está com 18 anos e necessita de auxílio contínuo para se locomover, se alimentar, higienizar-se e desempenhar todas as outras atividades. É de suma importância a presença de um cuidador no seu cotidiano, principalmente para lhe acompanhar durante as aulas, anotando o conteúdo e repassando em casa com Lucas.

Lucas estuda regularmente na Escola Estadual Gabriel de Almeida Café e encontra-se no 2º ano do ensino médio, utiliza transporte público todos os dias da semana para ir às aulas, acompanhado do seu cuidador e por vezes da sua mãe.

CONDIÇÕES ATUAIS

Hoje, a residência se encontra em estado aproximado a quando foi entregue as famílias, sua estrutura sofreu poucas alterações. De acordo com a metodologia adotada, que implica aplicação de levantamento cadastral, observação exploratória e diálogos com a família, constataram-se algumas modificações realizadas, dentre as quais estão: (1) rampa de acesso, (2) remoção da esquadria posicionada na cozinha, (3) construção dos muros em todos os lados do lote, à edificação, (4) demolição da parede interna que separava parcialmente a cozinha da sala, (5) colocação de grades em todas as esquadrias, (6) aplicação de forro no quarto 1. Essas alterações estão representadas no quadro abaixo:

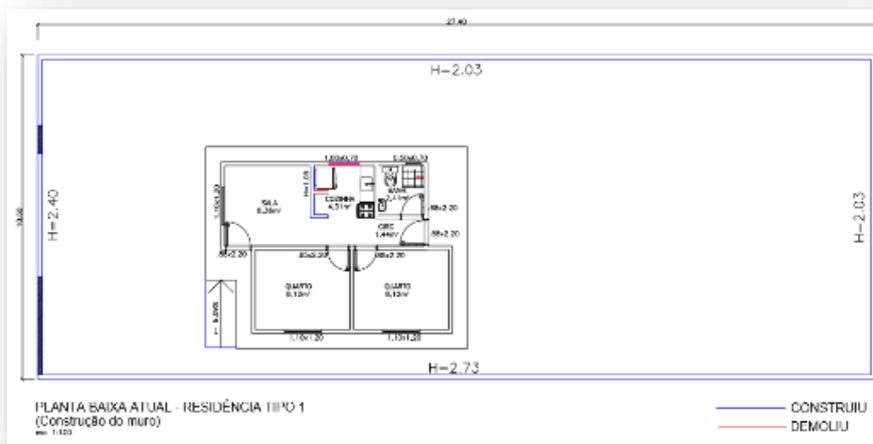
Quadro 1 - Imagens das alterações / atualizações na residência da Família 1.

<p>Figura 6 - (1) Construção da rampa.</p> 	<p>Figura 7 - (2) Remoção da esquadria da cozinha.</p> 	<p>Figura 8 - (3) Construção do muro.</p> 
<p>Figura 9 - (4) Inserção de uma bancada no local da parede demolida.</p> 	<p>Figura 10 - (5) Colocação de grades.</p> 	<p>Figura 11 - (6) Adição de forro no quarto 1.</p> 

Crédito das imagens: Josefy Viana de Oliveira, 2017.

Em relação à área construída e a área útil da edificação não ocorreram alterações, essas por sua vez, presentes na parte externa, com a adoção dos muros em volta de todo o terreno (Ver figura 12).

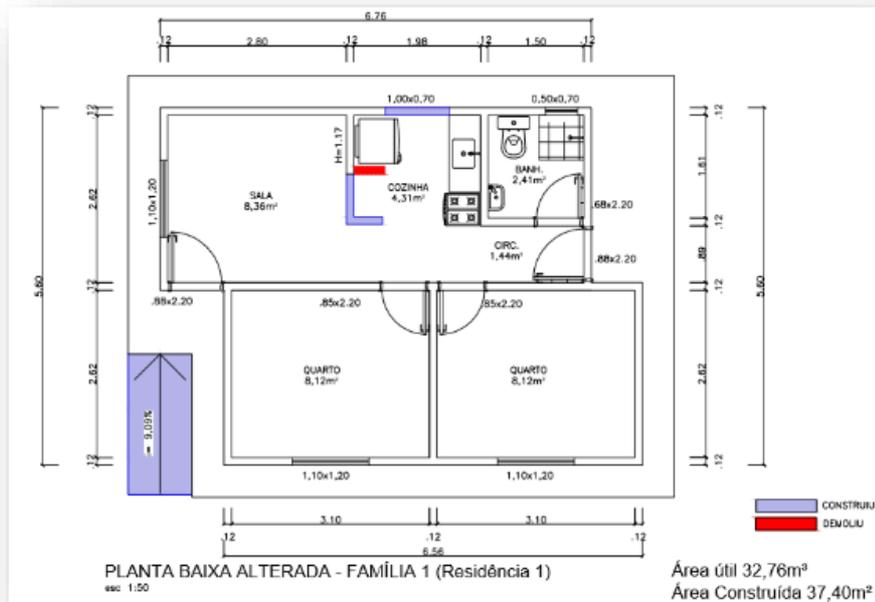
Figura 12 - Construção dos muros.



Elaboração: OLIVEIRA, J.V, 2017.

Em cima da configuração atual da residência (Ver figura 13) e considerando os anseios descritos por parte da família, no intuito de qualificar o espaço, principalmente para proporcionar uma melhor qualidade de vida para o Lucas, propõe-se a criação de um projeto que busca atender essas demandas,

Figura 13-Planta baixa alterada.



Fonte:Vex Construções, editado pelo autor, 2017.

ASPECTOS DE INSERÇÃO URBANA

No acesso a partir da casa, há uma rampa improvisada bastante inclinada, em torno de 40%, o que dificulta a locomoção do Lucas e ao mesmo tempo o auxilia, haja vista a ausência de qualquer outro acesso por rampa. As calçadas apesar de existirem, não possuem acessibilidade adequada para locomoção universal, sofrem diversas interrupções devido a intervenções dos moradores e do mato. O ponto de ônibus não possui abrigo coberto e é cercado por mato (Ver figuras 14, 15 e 16)

Figura 14 - Rampa improvisada presente na calçada da residência.



Crédito: Jhosefy Viana, 2018.

Figura 15 - Rua de acesso ao ponto de ônibus.



Crédito: Jhosefy Viana, 2018.

Figura 16 - Ponto de ônibus sem abrigo e com presença de mato.



Crédito: Jhosefy Viana, 2018.

PROPOSTA DE REFORMA EM ETAPAS

De modo a prosseguir os estudos, faz-se necessário entender a configuração dos ambientes existentes, sua ocupação, destinação e o espaço que ocupa hoje na edificação, como também entender o valor simbólico do objeto casa para a família. O estudo tem como pressuposto promover o mínimo possível de demolições e adequá-la de acordo com os desejos e necessidades, levando em consideração os custos da obra. O espaço atual configura-se conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 - Programa de necessidades / setorização da casa assistida.

Setor	Ambiente	Descrição	Usuários	Quant. (un)	Área (m ²)
Íntimo	Quarto 1	Acomodação dos moradores	Mãe e filho	1	8,12m ²
	Quarto 2	Acomodação dos moradores	Filha e avô	1	8,12m ²
	Banheiro	Necessidades fisiológicas	Todos	1	2,41m ²
Social	Sala de estar /jantar	Acomodação dos moradores	Todos	1	8,36m ²
Serviço	Cozinha	Produção / consumo de alimentos	Todos	1	4,31m ²
	Circulação	Fluxo dos moradores	Todos	1	1,44m ²
				Total	32,76m²

Elaboração: OLIVEIRA, V.J, 2017.

Devido a não destinação em fase de projeto da residência para a pessoa com deficiência, no caso, comumente chamada de habitação do tipo PNE¹³, encontramos diversos obstáculos quanto ao usuário de cadeira de rodas, ambientes sem medidas mínimas para área de manobra ou área de giro. Além da deficiência física da edificação, a disposição do mobili-

¹³ Este termo não é recomendável e sim PCD (Pessoa com deficiência).

ário acentua as dificuldades para a locomoção da pessoa com cadeira de rodas, o que acaba acarretando um maior esforço segundo a família.

Em processo de discussão e diálogo com a família, determinaram-se alguns itens como essenciais para as propostas projetuais, são eles:

- Ampliação ou criação de um banheiro acessível para o morador com deficiência.

- Adoção de mais dois quartos, sendo uma suíte (em um primeiro contato a família havia apontado a adição de apenas um quarto).

- Aplicação de um paisagismo na área externa.

- Ampliação da sala de estar.

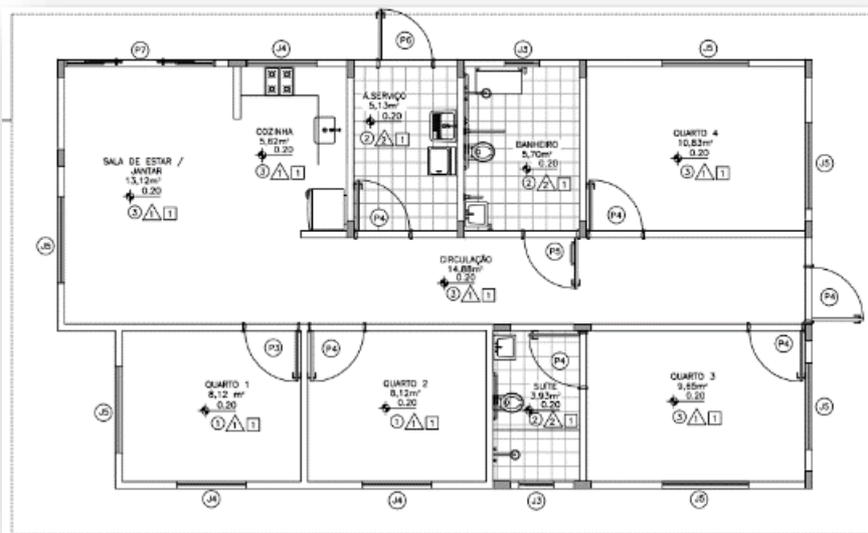
- Espaço para receber crianças do bairro na área externa (cineminha, a mãe de Lucas promove mensalmente uma ação no bairro, onde convida as crianças do bairro para sua casa oferece alimento e uma sessão de filme recreativo).

A partir dessas informações e com base no levantamento bibliográfico acerca da acessibilidade, em especial a NBR 9050, adotaram-se em todos os croquis propostos o alargamento da edificação, de modo a garantir uma melhor circulação interna, o que implica na demolição total de uma das paredes da residência.

Tirando proveito da condição de um lote de esquina, e por isso com recuo lateral um pouco maior que o do lote padrão a proposta de ampliação e reforma (Ver Figura 17 e 18) preliminar prevê o alargamento de 1,80m de largura da edificação, tornando ambientes como a sala e a cozinha melhores dimensionados, como também promove a criação de um corredor mais espaçado, conseqüentemente mais confortável, atendendo as condições estabelecidas pela NBR 9050 quanto a áreas de giro e manobra, necessárias para pessoa com deficiência.

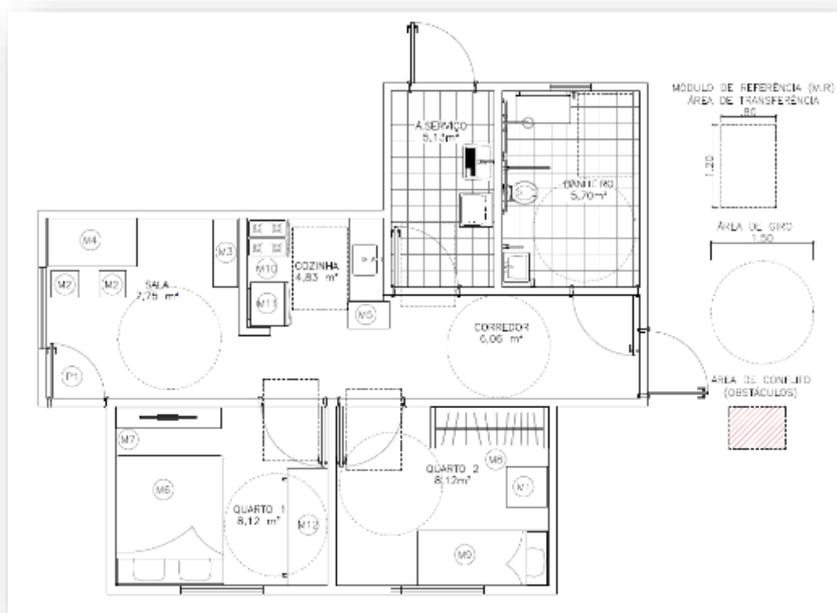
Quanto à inserção dos quartos a melhor configuração pensada deu-se para os fundos do lote, devido a sua profundidade. Em cima dessa área externa ampla e plana, foi inserida a maior parte do programa de paisagismo, requerido pela família, pensou-se em um espaço sombreado, por isso a adoção de uma árvore de médio porte centralizada, caminhos orgânicos e espécies variadas.

Figura 17 - Planta baixa proposta definitiva.



Elaboração: Autor, 2018.

Figura 18 - Layout proposta definitiva.



Elaboração: Autor, 2018.

A proposta prevê uma área útil de 85,10m², distribuídos em uma sala, cozinha, área de serviço, banheiro e quatro quartos (Ver Tabela 2).

Em relação às pré-existências do quarto 1 e 2, o quarto 1 será destinado ao avô de Lucas que frequenta a casa periodicamente, quando não estiver presente será utilizado como quarto de hóspedes, já a irmã de Lucas continua no mesmo quarto que se encontra hoje, porém, deixa de dividi-lo com seu avô. Já o quarto 3 é destinado para a mãe de Lucas, na qual solicitou uma suíte e o quarto 4, mais amplo e pensando exclusivamente para o Lucas, devidamente mobiliado com mobília suspensa. Na proposta a sala e a cozinha foram ampliadas e trabalham de modo conjugada. Temos o corredor como o núcleo do projeto, acessível, direcionando a todos para os cômodos. A área de serviço trabalha ao lado da cozinha e é parcialmente fechada, devido à falta de segurança mencionada pela família, resolveu torná-la vedada por alvenaria, porém com uma esquadria de alumínio vazada, permitindo a ventilação e a entrada de iluminação. E o banheiro dito como social, pensando em todos os anseios do Lucas, conseqüentemente da família, é amplo e está de acordo com a norma ABNT 9050.

Tabela 2 - Tabela de pré-dimensionamento / setorização da casa assistida.

Sector	Ambiente	Descrição	Usuários	Quant. (un)	Área pré-existente(m ²)	Área construída(m ²)
Íntimo	Quarto 1	Acomodação dos moradores	Avô	1	8,12m ²	8,12m ²
	Quarto 2	Acomodação dos moradores	Filha	1	8,12m ²	8,12m ²
	Quarto 3	Acomodação dos moradores	Mãe	1	-	9,65m ²
	Suíte	Necessidades fisiológicas	Mãe	1	-	3,93m ²
	Quarto 4	Acomodação dos moradores	Filho		-	10,83m ²
	Banheiro	Necessidades fisiológicas	Todos	1	2,41m ²	5,70m ²
Social	Sala de estar / jantar	Acomodação dos moradores	Todos	1	8,36m ²	13,12m ²
Serviço	Cozinha	Produção / consumo de alimentos	Todos	1	4,31m ²	5,62m ²
	Circulação	Fluxo dos moradores	Todos	1	1,44m²	14,88m²
	Área de serviço / pátio	Lavagem de roupa, acomodação dos moradores	Todos	1	-	5,13m ²
Total					32,76m²	85,10m²

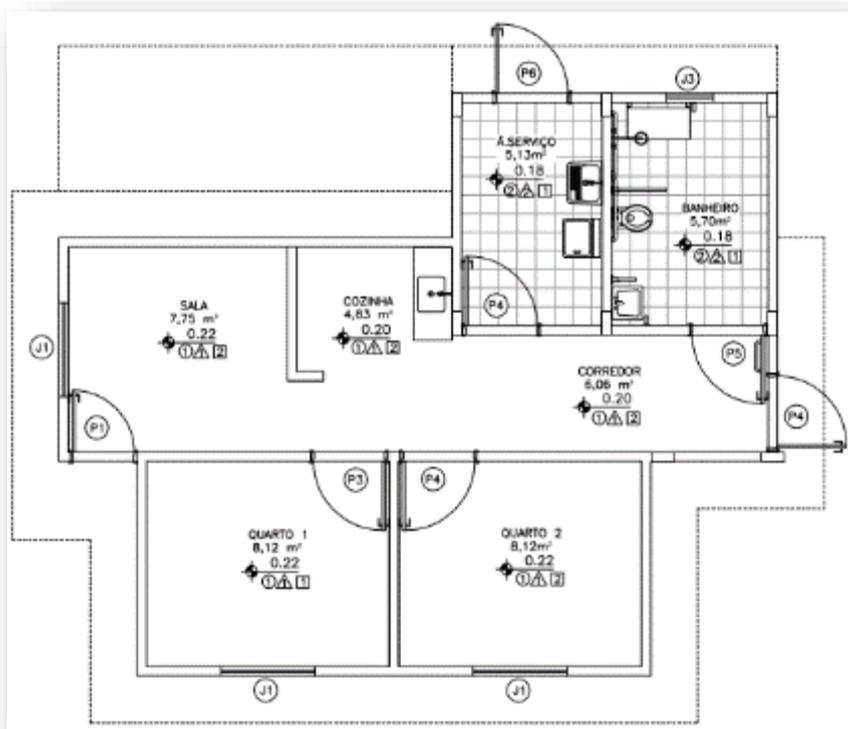
Elaboração: OLIVEIRA, 2017.

Após definição da proposta, apresentada a família e aprovada pela mesma, deu-se início o planejamento de como proceder, haja vista que a família não tem condições de construir o projeto completo em uma única ação.

Em cima disso, o projeto foi dividido em duas etapas, citadas abaixo:

- Etapa 1 – prevê a construção do banheiro social adaptado, consequentemente uma pequena ampliação no corredor pré-existente de modo poder acessá-lo, a construção da área de serviço ao lado do novo banheiro, aproveitando uma pequena parte do banheiro pré-existente, a ampliação do calçamento interno do terreno, de modo a melhorar a circulação externa e auxiliar nas ações que a família promove como o cinema e o brechó e a inserção de uma rampa ao lado terreno permitindo uma conexão com a calçada pré-existente (Ver figura 19).

Figura 19 - Planta baixa proposta etapa 1.



Elaboração: OLIVEIRA., 2017.

- Etapa 2 – Após consolidada a etapa 1 do projeto, a etapa 2 consiste na construção de dois novos quartos para a casa, sendo um deste com suíte, ampliação do corredor interno, inserção do paisagismo na área dos fundos e do corredor ao lado direito da casa, ampliação do calçamento interno do lote, de modo a propiciar uma melhor circulação externa e condução para o quintal, inserção dos portões de alumínio no muro frontal da casa.

Para o pátio foi pensado o espaço para ocorrer o cineminha, durante os finais da tarde e a noite, de acordo com o desejo da família, como também um espaço para garagem, considerando o anseio da família em comprar um veículo.

O acesso principal ao interior da edificação se dá pela lateral direita do lote, de modo a dar uma melhor privacidade à família, como também dialogar com o corredor principal da residência (Ver Figura 20 e 21).

Figura 20 - Espaço para garagem, cineminha e pátio.



Elaboração: OLIVEIRA, J.V, 2018.

Figura 21 - Porta de acesso à residência.



Elaboração: OLIVEIRA, J.V, 2018.

Conforme o desejo da família foi pensado um paisagismo preliminar, com a adoção de paletes suspensos, sustentando vasos para o cultivo de horta e flores, posicionado no corredor principal de acesso a edificação (Ver Figura 22).

Na parte posterior da residência foi pensado o posicionamento de uma árvore centralizada de modo a proporcionar sombra a fachada posterior da edificação e a toda parte externa dos fundos, como também, caminhos orgânicos e espécies variadas de vegetação e casa para abrigar o cão existente (Ver Figura 23).

Figura 22 - Corredor de acesso a edificação com hortas suspensas.



Elaboração: OLIVEIRA, J.V, 2017.

Figura 23 - Proposta paisagismo para a área dos fundos.



Elaboração: OLIVEIRA, J.V, 2017.

Na fachada posterior foi posicionadas rampas de acesso ao jardim, como também um elemento vazado, de modo a iluminar o corredor proposto na edificação (Ver Figura 24).

Figura 24 - Fachada posterior da edificação com elemento vazado e rampas externas.



Elaboração: OLIVEIRA, J.V, 2018.

Para o quarto do Lucas pensou-se em um mobiliário suspenso, permitindo a sua locomoção dentro do cômodo sem barreiras, como o guarda roupa com portas de correr e uma bancada em L, permitindo a colocação de computador, TV e suporte para leitura. (Ver figura 25 e 26).

Figura 25 - Perspectiva mobiliários quarto do Lucas.



Elaboração: OLIVEIRA, J.V, 2018.

Figura 26 - Perspectiva 2 mobiliário quarto do Lucas.



Elaboração: OLIVEIRA, J.V, 2018.

Em relação ao banheiro social adaptado, suas dimensões foram pensadas de modo a atender as áreas de giro e manobra da cadeira, como as barras de suporte para o Lucas, no caso não especificamente para ele, mas como apoio para o próprio cuidador, que utilizara elas como apoio para sustentar o Lucas (Ver figura 27).

Figura 27 Perspectiva Banheiro adaptado.



Elaboração: OLIVEIRA, J.V, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a concretização deste trabalho, foi possível compreender o quanto é de suma importância o papel do arquiteto como ferramenta de transformação no espaço construído, especificamente em meio a um núcleo familiar. Neste caso, foi analisado o caso da família do Lucas, o qual conta com uma peculiaridade, a deficiência em seu cotidiano, apresentando um maior grau de atenção ao intervir no espaço.

O trabalho partiu de uma vinculação do autor ao Projeto de Extensão Universitária denominado Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo, proporcionando uma maior aproximação e interesse com o tema proposto no decorrer desta monografia.

Tendo sido conduzido a partir de pesquisas bibliográficas e documentais referentes ao tema e a proposta almejada, visitas in loco contínuas no intuito de melhor conhecer o itinerário, anseios e conceitos sobre a família estudada em questão. Gerando inúmeras dúvidas, esboços, croquis, discussões, etapas; a discussão se faz aqui presente devido à metodologia aplicada, na qual a família abordada deve interferir de modo direto na composição e resultado final da proposta.

O resultado final da intervenção modificou uma casa, antes denominada como uma habitação de interesse social, hoje podemos chamá-la simplesmente de residência da família do Lucas, modificada, ampliada, adaptada e construída conforme o “conhecimento” da família, representando-as.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F. **Integração Social do Deficiente: Análise Conceitual e Metodológica**. Temas em Psicologia, número 2, 1995, pp. 63-70. Ribeirão Preto, Sociedade Brasileira de Psicologia.

_____. **Projeto Escola Viva – Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial, C327 2000.

_____. **SORRI-BRASIL: Trabalho e Emprego: Instrumento de construção da identidade pessoal e social**. São Paulo: SORRI-BRASIL; Brasília: CORDE, 2008.

ARRUDA, A. M. V de C., EGLAISA M. P., MEDEIROS, Yara. **Assistência Técnica, um Direito de Todos: Experiências de Habitação de Interesse Social**. Ministério das Cidades e FNA, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

_____. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2004**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

_____. **NBR 9050: Acessibilidade de pessoas portadores de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. 1994**. Rio de Janeiro: ABNT, 1997

_____. **NBR 9050: Adequação das edificações e do mobiliário urbano á pessoa deficiente, 1985**.

BAPTISTA, M.E. **Assistência técnica: um direito de todos** (coord.). CREAMG, Belo Horizonte, 2009.

BOMM, R.; ELY, V. H. M. B.; SZÜCS, C. P. **Adequação dos espaços mínimos da habitação social à circulação da cadeira de rodas: necessidade freqüente da população idosa**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ERGONOMIA E USABILIDADE DE INTERFACES HUMANO-TECNOLOGIA: Produtos, Programas, Informação, Ambiente Construído, 3. Anais... Rio de Janeiro, 2003.

BONDUKI, N. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. Revista eletrônica de Arquitetura, n. 1, p. 70-104, 2008.

BONDUKI, N. **Os pioneiros da habitação social no Brasil: volume 01 / Nabil Bonduki**. – 1. ed. – São Paulo: Editora Unesp: Edições Sesc São Paulo, 2014.

BRASIL. **Lei Federal No 11.888**, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

CAMBIAGHI, S. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas / Silvana Cambiaghi ; [ilustrações de André Youssef]**. – 3ª ed. rev. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

CARLETO, A. C.; CAMBIAGHI, S. **Desenho Universal: um conceito para todos**. (Realização Mara Gabrilli). São Paulo, 2008.

CERQUEIRA, M. C. T. de C.. **A Assistência Técnica nos Habitats do MST e**

o Papel do Arquiteto e Urbanista... Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2009, 217p

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CÍRICO, L. A. **Por dentro do espaço habitável: uma avaliação ergonômica de apartamentos e seus reflexos nos usuários**. 2001. 140 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001

CORRÊA, M. A. M. **Educação Especial**, v01, Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2005.

DEMARTINI, J. **Assessoria técnica para o habitar popular**. Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Curso de Arquitetura e Urbanismo/ IV. Anais do Encontro Nacional Enanparq, 2016.

DESLANDES, S. F. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade** / Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GODOY, L. de S. **O direito à moradia e o contrato de mútuo imobiliário**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

HOLDEN. R. LIVERSEDGE. J. **Arquitecturadel Paisage**. Una Introducció n, 2014.

IIDA, I. **Ergonomia – projeto e produção**. São Paulo: Edgard Blücher, 2005. 630p. INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto moradia**. São Paulo, Instituto Cidadania, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. **Normas climatológicas do Brasil 1961-1990**. Organizadores: Andrea Malheiros Ramos, Luiz André Rodrigues dos Santos, Lauro Tadeu Guimarães Fortes. Brasília, DF: INMET, 2009. 465p.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA. INT. **Pesquisa antropométrica e biomecânica dos operários da indústria de transformação – medidas para postos de trabalho**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Tecnologia, 1988a.

LANNA Jr.; M. C. M. (comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com deficiência no Brasil**. – Brasília: Secretária de Direitos Humanos. Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p. : il. 28x24 cm.

- LEFEBRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 3 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2008.
- _____. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.
- MATSUNAGA, Melissa Kikumi (coord). **Dados socioeconômicos e aspectos da moradia e infraestrutura do Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos—ano 2017**. Macapá: UNIFAP, 2019.
- MATTEDI, M. R. M. **Autoconstrução em Salvador: a moradia possível**. *Bahia Análise & Dados: gestão e realidades urbanas*. Salvador, v. 19, n. 3, p. 805-816, out/dez. 2009.
- MENIN, M. (et al). **Parâmetros Antropométricos para o Design de Produtos Destinados à Acessibilidade de obesos**. *Rev. Bras. Biom.*, São Paulo, v.29, n.4, p.673-687, 2011.
- MORAIS, M. da P. GUIA, G. A. da. PAULA, R. **Monitorando o direito a moradia no Brasil (1922-2004)**. *Políticas sociais – acompanhamento e análise*. IPEA, 2006.
- PORTILHO, I. dos S. **Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá/AP**, 2010.
- PRADO, A. R. de A. (org.). **Município acessível ao cidadão**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima, 2001.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ. **Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá**, 2004.
- _____. **Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTS**. Secretaria Municipal de Planejamento, Instituto Municipal de Planejamento Urbano. Macapá, 2013.
- QUEIROZ, M. A. de. **"Acessibilidade web: Tudo tem sua Primeira Vez"**. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/capitulomaq.php>>. Acesso em: 06 junho de 2017.
- RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 1989.
- SALAZAR, J., STROHER, L., 2014. **Assistência Técnica e Direito à Cidade, Publicação Especial da Oficina de Assistência Técnica e Direito à Cidade**. Rio de Janeiro, 2014.
- SANTOS, A. et al. **Acessibilidade de habitações de interesse social ao cadeirante: um estudo de caso**. *Ambiente construído*, v 5, n. 1, p.55-75. Porto Alegre, 2005.

SANTOS, M. et al. **Avaliação de projetos de habitação no Brasil : decisões de projeto, espaço e acidentes domésticos.** Salvador, BA. 1997. p.508-512. In: ENCONTRO NACIONAL DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 4., Salvador, 1997.

SÃO PAULO (Estado). **Desenho universal: habitação de interesse social.** São Paulo: [s.n.], 2010. Disponível em: <www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenho-universal.pdf> Acessado em: 27 jun. 2017.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** 5ª ed. Rio de Janeiro; WVA, 2003.

_____. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** Revista Sentidos. Junho/2005.

SOBRINHO, L. H. **O direito de moradia e o princípio da dignidade da pessoa humana.** Dissertação de mestrado em Direito Político e Econômico – Universidade Presbiteriana Mackenzie / Luiz Henrique Sobrinho. São Paulo, 2008.

SODRÉ, E.S.R. RAPOSO, M. BRAIDA, F. **Acessibilidade no ambiente residencial: um estudo de caso em um conjunto habitacional para população de média e baixa rendas em Juiz de Fora.** 15º ERGODESIGN. UFPE, 2015

SOUZA, A. G. **Condições de moradia e infra-estrutura urbana.** In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). Como anda Salvador. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório Metrôpoles, 2009.

SOUZA, S. I. N. **Direito à moradia e de habitação.** Análise comparativa e suas implicações teóricas e práticas com os direitos da personalidade. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

THIOLLENT, M., 1947 – **Metodologia da pesquisa-ação** / Michel Thiollent – 16.ed. – São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

TOSTES, J. A. **Planos Diretores no Estado do Amapá: Uma contribuição para o desenvolvimento regional.** Macapá: J.A. Tostes, 2006.

DISTRIBUIÇÃO DA MALÁRIA AUTÓCTONE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAPÁ DE 2010 A 2015*

**Olinda Consuelo Lima Araújo¹
Rosemary Ferreira De Andrade²**

* Resumo derivado de dissertação de Mestrado intitulada “Epidemiologia da malária autóctone em crianças e adolescentes no estado do Amapá – Brasil, 2010 a 2015” apresentada por Olinda Consuelo Lima Araújo junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal do Amapá em 2019.

Endereço para correspondência:

Olinda Consuelo Lima Araújo – Rua Santa Catarina, nº103, Macapá, AP, Brasil. CEP: 68901-261. *Email:* enfolinda@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

A malária é um problema de saúde pública mundial que afeta a população de diferenciadas regiões tropicais e subtropicais do globo terrestre, sendo, portanto, uma das doenças parasitárias mais importantes do mundo.^{1,2,3}

Segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) em seu último relatório, cerca da metade da população mundial está exposta ao risco de contrair a doença, onde incidem anualmente cerca de 198 milhões de casos e 584 mil óbitos, sobretudo entre crianças menores de cinco anos e gestantes que corresponde a 86% das mortes ocorridas no continente Africano.⁴

O Brasil é o país com maior número de casos e os profissionais de saúde e especialmente o pediatra devem atentar para a representatividade de 99% dos casos de malária ocorrer na região Amazônica, em que a

¹ Universidade Federal do Amapá, Macapá, AP, Brasil.

² Universidade Federal do Amapá, Macapá, AP, Brasil.

doença possui distribuição heterogênea, com predomínio na zona rural. Nos últimos 11 anos (2003 a 2014), os casos em crianças e adolescentes representaram, em média, 47% do total registrado, principalmente em lactentes, pré-escolares e escolares.⁵

Embora tenha sido adquirido muito conhecimento sobre a epidemiologia e os efeitos clínicos da malária em crianças, na adolescência tem sido relativamente negligenciada. Aproximadamente 914 milhões de adolescentes (de 10 a 19 anos) vivem em países de baixa renda e muitos deles serão expostos à malária, mas esse grupo raramente foi alvo de controle da malária.⁶

O Programa Global de Evidências da OMS⁷ classifica a malária como a segunda causa mais comum de óbito na adolescência, representando 4% de todas as mortes de adolescentes relatadas globalmente à OMS a cada ano.⁸ O peso da malária é maior na faixa etária de 10 a 14 anos, em que é a causa mais comum de morte, representando 14,1% de óbitos por todas as causas; Neste grupo, a malária é muito mais importante do que a tuberculose ou HIV/AIDS.⁹

Na dinâmica das doenças infecciosas na Amazônia existem vários aspectos a serem avaliados, tais como os fatores socioeconômicos (migrações, habitação, densidade populacional e renda), ambientais (hidrologia, clima, topografia e vegetação), biológicos (ciclo de vida dos vetores e dos agentes patológicos e imunidade da população) e médico sanitários (relativo à efetividade do sistema de saúde).¹⁰

No Estado do Amapá esta situação não é diferente de acordo com SIVEP/MALARIA a Série Histórica no período compreendido entre 2003 e 2013 foram notificados 218.907 casos de malária, destes 88.883 diagnosticados e confirmados em crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 19 anos correspondendo a 40,60 % do total dos casos positivos, tal situação deixa claro a magnitude da malária e a necessidade de estudos que demonstrem a distribuição da doença na população infanto-juvenil nos municípios do Amapá. Nesse sentido, objetivou - se avaliar a ocorrência e distribuição dos casos autóctones de malária em crianças e adolescentes de 0 a 19 anos no período de 2010-2015, segundo município provável de infecção, mês de ocorrência, gênero, faixa etária, espécie infectante de plasmódio, Incidência Parasitária Anual (IPA) e Proporção por espécie infectante de plasmódio, áreas de maior incidência da malária.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de estudo epidemiológico, ecológico, descritivo e transversal, com base em dados secundários e abordagem quantitativa. Os dados foram obtidos a partir do Sistema de Informação e Vigilância Epidemiológica da Malária (SIVEP-Malária) do Sistema de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (MS), disponível online, através dos casos confirmados no período de 2010 a 2015, da Ficha de Notificação da Malária do SIVEP – Malária, após autorização do diretor da Coordenadoria de Vigilância em Saúde/ CVS da Secretária de Estado de Saúde (SESA), com sede no município de Macapá, e pelo Chefe do setor local de endemias.

A população do estudo contou os habitantes dos 16 municípios do estado do Amapá. A amostra corresponde aos casos autóctones de malária em crianças e adolescentes notificados no SIVEP MALÁRIA na faixa etária de 0 a 19 anos, no período de 2010 a 2015.

De acordo com os critérios de inclusão foram todos os casos autóctones de malária na faixa etária de 0 a 19 anos, com a data do nascimento completa, de ambos os sexos, confirmados por critérios laboratoriais e classificados como casos novos, por busca ativa ou passiva, e de exclusão os casos de malária importados de outros estados e países, os exames laboratoriais classificados como lâminas de verificação de cura (LVC), por representarem duplicidade de caso e as gestantes adolescentes, pois não foi objeto de discussão do estudo, foi identificado um total de 38.129 crianças e adolescentes cujos dados serviram de informações para este estudo.

O Estado do Amapá foi criado em 05 de outubro de 1988, e de acordo com o Diagnóstico da Gestão Ambiental nas Unidades da Federação¹¹ localiza-se no extremo Norte do Brasil, possui uma área total de 143.453 Km², que corresponde a 1,65% da área do Brasil e 3,71 da região Norte. Segundo o IBGE, a população estimada para 2015 foi de 766.6797 habitantes distribuídos por 16 municípios: Amapá, Calçoene, Pracuúba, Cutias, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari, Vitória do Jari, Santana, Oiapoque, Serra do Navio, Tartarugalzinho, Mazagão. Itaubal do Piririm., Porto Grande, Macapá(capital do estado).

Quatro municípios da região (Amapá, Calçoene, Pracuúba, Cutias. Ferreira Gomes, Serra do Navio, Itaubal) são de pequeno porte, com população inferior a 10 mil habitantes; Pedra Branca do Amapari, La-

ranjal do Jari, Vitória do Jari, Tartarugalzinho, Mazagão, Oiapoque e Porto Grande são de porte intermediário a pequeno (população entre 10 mil a 50 mil). O município de Santana, de porte intermediário, tem contingente populacional de pouco mais de 100 mil habitantes e o Município de Macapá que corresponde a 59,47% (398.204 habitantes) da população do Amapá, sendo, portanto, o polo regional da região.¹²

As variáveis abordadas neste estudo incluem: número de notificação de casos por ano, município de notificação e infecção, faixa etária, mês de ocorrência, agente etiológico envolvido (espécie de plasmódio), índice parasitário anual (IPA), Proporção por espécie infectante de plasmódio e áreas de maior incidência da malária.

O IPA estima o risco de ocorrência de malária numa determinada população em uma região circunscrita. As áreas são classificadas como de alto, médio e baixo risco de transmissão (maior que 49,9/1.000 habitantes: alto risco; entre 10 e 49,9/1.000 habitantes: médio risco; de 0,1 a 9,9/1.000 habitantes: baixo risco e IPA igual a zero: áreas sem risco de transmissão de malária)⁷; calcula-se a partir da seguinte equação:

$$*IPA = \frac{NEP \cdot 1000}{P}$$

P

* NEP: número de exames positivos no período P: população no período.

A partir dos dados apurados, foram criadas tabelas operacionais a fim de permitir o processamento e análise das informações de maneira mais rápida, dinâmica. Essas tabelas foram construídas com auxílio de programa como Excel 2010, onde os dados foram apresentados sob a forma de gráficos e discutidos por meio de análise descritiva.

O estudo obedeceu às diretrizes e normas da Resolução do Conselho Nacional de Saúde, nº 466/12 e submetido via Plataforma Brasil ao Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Federal do Amapá, sendo aprovado por meio do Registro CAAE 59629016.4.0000.0003. Ressalta-se que não foi necessária a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por se tratar de estudo epidemiológico, com coleta de dados em registros de sistemas de informações.

RESULTADOS

Durante o período do estudo, de 2010 a 2015 foram registrados, respectivamente, 6.227, 8.366, 6.712, 6.586, 4.877, 5.361 com o total de 38.129 casos positivos de malária na população de 0 a 19 anos. O número de casos aumentou em torno (+34,4%) de 2010 para 2011. Após esse ano observou-se uma tendência de diminuição que foi interrompida em 2015. De 2014 para 2015 houve um incremento correspondendo a (+ 9,9%) de casos. No período em análise houve redução de 13,9% do total dos casos notificados, comparando-se as cifras de 2010 com as de 2015. Destaque para 2011 que concentrou 21,94 % dos casos ocorridos nos seis anos do estudo.

A incidência parasitária anual de malária nesse grupo etário seguiu uma tendência semelhante: aumentou de 21,1 casos/1 000 habitantes em 2010 para 27,7 casos/1 000 habitantes em 2011, diminuiu de 2011 para 14,7 casos/1 000 habitantes em 2014 e voltou a aumentar em 2015, ano em que se observaram 16,1 casos de malária por 1000 habitantes com idade de 0 a 19 anos.

Quanto ao panorama geral da distribuição da malária, de acordo com o município de notificação, os Municípios de Oiapoque 6.865, Mazagão 5.223, Porto Grande 3.189, Macapá 3.184, Calçoene 2.927, Santana 2.575, Pedra Branca do Amapari, com 2.564 e Serra do Navio com 1.791, Tartarugalzinho 1.019 e Laranjal do Jari com 719 despontam como os principais municípios com grande número de casos autóctones, com total agregado de 70,46% de todos os casos do Estado.

O percentual de redução do número de casos, por município (de 2010 para 2015) mostra que houve decréscimo de 31,8% em Laranjal do Jari em 2012, 100% no Amapá em 2015, ocorrendo incremento de 87,6% em Calçoene em 2012, 9,5% em Cutias do Araguari em 2011, 84,8% em Ferreira Gomes em 2012, 69,0 % em Macapá em 2012, 47,2 % em Mazagão em 2012, 91,8% em Oiapoque em 2015, 106,1% em Pedra Branca do Amapari, 163,9 % em Porto Grande em 2014, 66,7 % em Pracuúba em 2015, 59,7% em Santana em 2014, 139,7% em Serra do Navio em 2015, 83,2% em Tartarugalzinho em 2012 e 50,0% em Vitória do Jari em 2012.

Os 16 municípios do Amapá registraram o total de 7.677 casos por local de infecção, os de maiores registros foi Macapá e Santana com

2.990 e 1.817 respectivamente, seguidos de Porto Grande 720, Laranjal do Jari 601, Oiapoque 567 e Serra do Navio com 202 casos. Destacam-se os municípios do Amapá em todo o período com o total de 47 casos, Tartarugalzinho 109 casos e Cutias 7 casos ambos sem registros em 2014, Vitória do Jari 30 casos sem registros em 2014 e 2015,

Ressalta-se que o município de Itaubal apesar de não ter registro de notificação de nenhum caso, ao analisar – se os resultados por município de infecção aparecem cinco casos, sugerindo a hipótese de que como é um município de pequeno porte a dificuldade no acesso ao diagnóstico possa ter contribuído para que o mesmo se mantivesse como “silencioso” na notificação dos casos.

As faixas etárias correspondentes à infância e adolescência apresentaram elevado número de casos de 0 a 4 anos, 19,1%, de 5 a 9 anos, 22,2%, 10 a 14 anos 28,6% e 30,1% de 15 a 19 anos de idade respectivamente. Houve maior número de casos nas faixas etárias de 10 a 14 anos e 15 a 19 anos, com percentual conjunto de 58,7% dos casos. Quanto ao risco de adoecer de 0 a 4 anos (16.1 casos por 1000/habitantes), de 5 a 9 anos (17.8 casos por 1000/habitantes), de 10 a 14 anos (21.7 casos por 1000/habitantes) e de 15 a 19 anos (24.7 casos por 1000/habitantes) observa-se que todas as faixas etária se classificam em médio risco (IPA <50 e ≥ 10 por 1000/hab) de adoecer por malária no estado e que o risco aumenta conforme aumenta a faixa etária.

Em relação à distribuição dos casos de malária na população até 19 anos no período de 2010 a 2015, entre o gênero feminino e masculino, do total de 38.129 casos ocorridos, 22.330 (58,6%) ocorreram no gênero masculino, com predomínio em todos os anos e 15.789 (41,4 %) no feminino.

Quanto à distribuição sazonal dos casos autoctones de malária observam-se picos máximos iniciando nos meses de agosto até dezembro, estendendo-se até janeiro. O número de casos de malária por mês de ocorrência os resultados mostram a existência de mais casos nos meses de agosto (3.954), setembro (4.169), outubro (5.022), novembro (4.549) e dezembro (4.549) e janeiro (3.581). Pelo contrário, o número de novos casos de malária foi menor nos meses de março (2.261), abril (1.807), maio (1.901) e junho (2.045).

Destacam-se os resultados da malária dos casos autoctones por espécie de plasmódio, e a infecção por *Plasmodium vivax* foi a mais notificada,

com o total de 84,91 % na região, com altas taxas de infecção Vitória do Jari (93,0%), Amapá (90,9%), Macapá (89,9%), Tartarugalzinho (88,7%), Calçoene (87,7%), Santana, Serra do Navio e Laranjal do Jari respectivamente com (87,2%), Mazagão (86,2%), Porto Grande e Ferreira Gomes com (86%), Pedra Branca do Amapari (84,7%), Pracuúba (81,4%), Itaubal com (80,0%) e Oiapoque com (75,5%). Apresentando a menor taxa Cutias do Araguari com (30,3%).

O *Plasmodium falciparum* totalizou (10,45%) dos casos notificados e esteve em evidência principalmente nos Municípios de Cutias do Araguari com (66,7%) seguido de Itaubal com (20,0%), Pracuuba (18,6%), Oiapoque (14,0%), Mazagão com (11,1%), Porto Grande (10,8%), Ferreira Gomes (10,3%), Laranjal do Jari (10,2%), Calçoene (10,1%). Os municípios que registraram menores ocorrências foram Amapá (5,5%), Vitória do Jari (7,0%), Macapá (7,7%), Serra do Navio (8,2%), Pedra Branca do Amapari (8,2%), Tartarugalzinho (9,0%) e Santana com (9,6%) considerando a proporcionalidade com a forma predominante (*P. vivax*).

A Infecção Mista (V+F) totalizou 261 (0,68%) casos, e o *Plasmodium malariae* com apenas 45 (0,12%) dos casos ocorridos em Porto Grande 13, Calçoene 9, Laranjal do Jari 7, Oiapoque 5, Serra do Navio 3, Mazagão, Pedra Branca do Amapari, Santana e Tartarugalzinho 2 casos cada, com os demais municípios sem nenhum caso.

Quanto ao panorama geral da distribuição da malária, de acordo com o risco de adoecer (IPA) por malária autoctone ao longo dos anos estudados. Nos anos de 2010 a 2015, à exceção de Cutias do Araguari, Tartarugalzinho e Vitória do Jari e Itaubal que não registraram casos em 2014 e 2010, 2011 e 2015 respectivamente.

O risco por 1000/hab, alto risco Calçoene (variando de 72,9 a 161,4), Serra do Navio (variando de 90,6 a 289,7), Mazagão (variando de 68,0 a 142,6), Oiapoque (variando de 52,9 a 243,0), Pedra Branca do Amapari (variando de 68,4 a 129,6), Porto Grande (variando de 54,7 a 140,2); médio risco Ferreira Gomes (variando de 18,3 a 40,9), Laranjal do Jari (variando de 11,1 a 15,1), Santana (variando de 11,9 a 22,8) e Tartarugalzinho (variando de 21,9 a 53,6); baixo risco Amapá (variando de 1,3 a 4,2), Cutias do Araguari (variando de 0,8 a 9,0), Itaubal (0,4 a 0,9), Macapá (variando de 3,6 a 8,5), Pracuúba (variando de 1,3 a 5,8) e Vitória do Jari (0,1 a 2,9).

Dos 16 municípios do Estado a distribuição da malária quanto ao

risco de adoecer em seis (Calçoene, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande e Serra do Navio) foram classificados como área de alto risco, quatro (Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Santana e Tartarugalzinho) de médio risco e seis (Amapá, Cutias do Araguari, Itaubal, Macapá, Pracuúba e Vitória do Jari) de baixo risco de transmissão de malária. Não houve áreas sem risco de transmissão.

DISCUSSÃO

Neste estudo, ficou evidenciado que de igual modo como na região Amazonica, a distribuição dos casos de malária autoctone não foi homogênea nos 16 municípios do Amapá, reflexo das peculiaridades ambientais, ecológicas e socioeconômicas da região, e do fluxo constante de migrantes para áreas de maior endemicidade.

Os resultados relacionados ao gênero assemelham-se ao de outras pesquisas¹³ (14) no qual o gênero mais afetado pela malária no período de 2010 a 2015, na população até 19 anos com (58,6%) foi do sexo masculino. De modo similar, um estudo com crianças e adolescentes com *malária vivax* no município de Anajás no Pará,²⁸ identificou que a maioria (62,2%) dos participantes também eram do sexo masculino.

Quando se analisa o acometimento por faixa etária, observou-se que houve um predomínio da malária entre os adolescentes, na faixa etária de 10 a 14 anos (28,6%) e de 15 a 19 anos (30,1%) com percentual conjunto de 58,7% dos casos.

Também em concordância com os achados, pesquisa realizada no IEC no Pará, concluiu que as faixas etárias mais acometidas por malária foram adolescentes (65%) e escolares (26,3%).¹⁴ Outros estudos também encontraram grande acometimento em faixas etárias mais jovens, entre escolares e pré-escolares (crianças com menos de 14 anos de idade), com incidência de até 39,3% neste mesmo grupo.^{1,1,32}

Nessa causuística identificou-se maior frequência de infecções por malária nos meses de Agosto e Setembro (21,30%), Outubro e Novembro (25,10%) e Dezembro e Janeiro (21,32%), diferentemente aos resultados encontrados no estudo infanto-juvenil em Porto Velho em 2016, onde a prevalência de infecções por malária foram nos meses de Maio e Junho (31%), Julho e Agosto (22%).⁴⁰

Podem ser observados na região estudada que os picos de transmissão

ocorrem justamente no período de menor intensidade de chuva, pois no período úmido podem aumentar o número de criadouros potenciais, mas a maior movimentação e perturbação das águas parece prejudicar a proliferação do anofelino. Contudo, o período seco favorece o desenvolvimento dos adultos aptos à transmissão.⁴⁴

Com relação às espécies de *Plasmodium*, foi possível diagnosticar que a maioria das crianças e adolescentes foi infectada por *Plasmodium vivax*, semelhante aos resultados encontrados em crianças até 12 anos no Hospital Infantil Cosme e Damião em Porto Velho (HICD), onde foram registrados 86% de internações por *Plasmodium vivax* e 14% por *Plasmodium falciparum*.⁴⁰

Também em concordância com os achados, outra pesquisa realizada no Laboratório de Ensaio Clínicos em Malária do IEC no Pará, com indivíduos com idade de 0 a 19 anos incompletos com malária, o *P. vivax* (95%) foi o agente etiológico mais comum, com poucos registros de *P. falciparum* (5,3%).²⁴

A partir do ano de 2005, a região Amazônica apresentou decréscimo dos casos de malária por *P. vivax*, com exceção apenas dos Estados do Amapá e Maranhão, cujas notificações apresentaram incremento de 18,7% e 2,3% – em 2013 com relação à 2005 –, respectivamente.

O estudo da malária *falciparum* em crianças é importante em função da morbidade e da mortalidade associadas à infecção nos trópicos e do desenvolvimento e disseminação de cepas de *P. falciparum* resistentes às múltiplas drogas.

No período do estudo a IPAda malária foi classificada dentro do estrato de médio risco com 20,1 casos por 1000/habitantes. Os principais municípios com os maiores registros de casos autoctones estão localizados nas Regiões de Saúde Norte distribuídos nos municípios do Oiapoque e Calçoene, na Região Central em Macapá, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Ferreira Gomes, Santana e na Região Sudoeste em Mazagão e Laranjal do Jari.

De acordo com o Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde/MS de 2015, em 2011, a rede de diagnóstico da malária da região Amazônica contava com mais de três mil laboratórios. Nesse ano o estado do Amapá apresentou um aumento de 21,3% no número de exames em relação a 2010⁵, esse fato pode justificar o aumento dos casos de malária devido à expansão da rede de diagnóstico, em 2011 e a redu-

ção dos anos seguintes em decorrência da maior oferta no acesso à realização dos exames, do diagnóstico e tratamento imediato.

CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo confirmam o caráter endêmico da malária, desse modo, as crianças e adolescentes que estão sob maior risco de contrair malária com manifestações mais graves são do sexo masculino e faixa etária entre 10 a 19 anos. Encontrou-se maior ocorrência de *malária vivax*, com a distribuição da autoctonia em municípios com áreas indígenas, garimpos, assentamentos onde as práticas do cotidiano como a coleta do açaí, o trabalho na agricultura, e o modo de construção das casas facilitam a exposição ao vetor, sugerindo necessidade da monitorização dessa endemia no Estado do Amapá, com o objetivo de reduzir a morbidade pela doença, além de melhorar o acesso rápido ao diagnóstico e o tratamento adequado. O envolvimento da atenção básica, vigilância epidemiológica e vigilância ambiental devem permanecer constantes e os profissionais de saúde precisam se manter sensibilizados de modo que percebam imediatamente os primeiros sinais clínicos da doença e estejam preparados para intervir em tempo oportuno.

Contribuição das autoras

O. C. L. Araújo colaborou no desenvolvimento do projeto, revisão da literatura, coleta e análise dos dados e redação do artigo. R. F. Andrade colaborou na análise dos dados e revisão da versão final do artigo.

REFERÊNCIAS

1. De Barros FSM, Honorio NA, Arruda ME. Survivorship of *Anopheles darlingi* (Diptera: Culicidae) in Relation with Malaria Incidence in the Brazilian Amazon. *Plos One*, 2011; 6(8).
2. Martins-Campos, et al. Integrated vector management targeting *Anopheles darlingi* populations decreases malaria incidence in an unstable transmission area, in the rural Brazilian Amazon. *Malaria journal*, 2012; 11.
3. Valle, D.; Clark, J. Conservation Efforts May Increase Malaria Burden

in the Brazilian Amazon. *Plos One*, 2013; 8(3).

4. Who. World Health Organization. World Malaria Report, (Ed. Who Press World Health Organization), Geneva, 2013.

5. Brasil. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico. Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde, 2015; 46(43).

6. Brabin L, Brabin BJ. HIV, malaria and beyond: reducing the disease burden of female adolescents. *Malar J.*, 2005; 4(2).

7. Who. World Health Organization. Global programme on evidence. Geneva: World Health Organization, 2000.

8. Bloland PB, Boriga DA, Ruebush TK, et al. Longitudinal cohort study of the epidemiology of malaria infections in an area of intense malaria transmission II. Descriptive epidemiology of malaria infection and disease among children. *Am J Trop Med Hyg.*, 1999; 60:641–48.

9. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Organização Mundial da Saúde. Melhorando a saúde das crianças: o enfoque integrado. Brasília, DF: OPAS/OMS, 2000.

10. Ferreira, et al. Epidemiology and control of frontier malaria in Brazil: lessons from community-based studies in rural Amazonia. *Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene*, 2010; 104(5):343-350.

11. Superintendencia de Desenvolvimento da Amazônia. Análise histórica da Ocupação Regional. In: Programa de Estudos e Pesquisa nos Vales Amazônicos–PROVAM: Vale do Araguaari. Belém: Sudam/OEA/Provam, p. 232, 1990.

12. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo demográfico 2010 – Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, p. 270. 2011.

13. Brasil. Ministério da Saúde Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância epidemiológica. 7. Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

14. Lima, et al. Malária na infância e adolescência: aspectos clínicos e epidemiológicos. Anais do 53º Congresso de Medicina Tropical (MedTrop). Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (SBMT), 2017.

15. Dias RM. Perfil lipídico e aspectos nutricionais de crianças e adolescentes com malária por *Plasmodium vivax*, no município de Anajás, Pará. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Medicina Tropical, Programa de Pós – Graduação em Doenças Tropicais, Belém, 2017.

16. Costa KMM, Almeida WAF, Magalhães IB, Montoya R, Moura MS, Lacerda MVGL. Malária em Cruzeiro do Sul (Amazônia Ocidental brasileira): análise da série histórica de 1998 a 2008. *Rev Panam Salud Publica*, 2010; 28(5):353-60.
17. Maciel GBML, Espinosa MM, Atanaka-Santos M. Epidemiologia da malária no município de Colniza, Estado de Mato Grosso, Brasil: estudo descritivo do período de 2003 a 2009. *EpidemiolServSaude*, 2013; 22(3):465-74.
18. Sousa JR, et al . Situação da malária na Região do Baixo Amazonas, Estado do Pará, Brasil, de 2009 a 2013: um enfoque epidemiológico. *Rev Pan-AmazSaude*, 2015; 6(4).
19. Fernandes JNS, et al. Prevalência de malária em crianças até 12 anos no Hospital Infantil Cosme e Damião em Porto Velho, Rondônia, em 2016. *Anais do 53º Congresso de Medicina Tropical (MedTrop)*. Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (SBMT). 2017.
20. Charlwood JD, Bragança M. The effect of rainstorms on adult *Anopheles funestus* behavior and survival. *Journal of Vector Ecology*, 2012; 37(1):252-256.

HISTÓRIA INDÍGENA E A UTILIZAÇÃO DE FONTES DO SÉCULO XVIII NA PESQUISA E NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA EXPERIÊNCIA EM AULAS-OFFICINA COM ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DE MACAPÁ (AMAPÁ)

**Laís Cristiane Martins Freitas¹
Cecília Maria Chaves Brito Bastos²**

INTRODUÇÃO

O estudo enfoca o diálogo entre a pesquisa e o ensino sobre a História Indígena por meio da aplicação de Aulas-Oficina com estudantes da 8ª série de uma escola pública de Macapá. Sabendo da necessidade e da importância de conciliar o saber acadêmico e o saber escolar, um das principais tarefas do professor-pesquisador na sala de aula, elaboramos duas aulas-oficina com estudantes de uma escola pública de Macapá, com o objetivo de demonstrar que é possível conciliar a prática pedagógica com a experiência acadêmica de pesquisar fontes do período colonial no Cabo Norte (atual Amapá) no período em que vigorou a lei do Diretório dos Índios (1757-1798).

Assim, o nosso objetivo é demonstrar e analisar as etapas e os principais resultados da aplicabilidade das aulas-oficina para a formação escolar dos estudantes da 8ª série da Escola Barão do Rio Branco (situada no bairro central de Macapá). Durante as aulas-oficina, recorreremos ao processo de sensibilização dos estudantes para a temática da História Indígena, evidenciando os povos indígenas como autores de suas experiências no contexto colonial e contemporâneo. Considerando o que estabelece a Lei 11.645/2008, quanto a obrigatoriedade da História e da Cul-

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). Campus Marco Zero do Equador. E-mail: martinslais3@gmail.com

² Doutora em Educação pelo Programa de Doutorado Interinstitucional - (DINTER)UFU/UNIFAP. Professora do Curso de História da Universidade Federal do Amapá (Unifap). E-mail: cc.bastos@uol.com.br

tura Indígena em sala de aula, surgiu a seguinte questão: como utilizar fontes do século XVIII, especificamente sobre a participação dos indígenas durante a vigência do Diretório dos Índios estabelecido pelo Império português, nas aulas de História do Ensino Fundamental em Macapá, de modo a colocar em prática o que prevê a lei 11.645/2008?

A partir desse questionamento, pensamos em uma proposta diferente, viável e que conciliasse o saber acadêmico e o saber escolar nas aulas de História do Ensino Fundamental. Desse modo, utilizamos como metodologia o conceito de Aula-Oficina³ da historiadora portuguesa Isabel Barca (2004), onde privilegia os saberes acadêmicos e escolares por meio de atividades práticas em sala de aula. Assim, selecionamos uma turma da 8ª série⁴ do Ensino Fundamental da Escola Barão do Rio Branco (situada no bairro central de Macapá) para desenvolver as atividades com as fontes históricas (músicas, vídeo e documentos coloniais) por meio do projeto que denominamos de ***“Desconstruindo imagens e representações indígenas.”*** No circuito do projeto, utilizamos os procedimentos a seguir: 1) Pesquisa com fontes coloniais; 2) Elaboração de Aulas-Oficinas; 3) Seleção de uma turma dos anos finais do Ensino Fundamental para desenvolver as atividades programadas e 4) Efetivação de aulas-oficina junto a estudantes da escola pública de Macapá.

Por meio das aulas-oficina e das orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e dos autores como Circe Bittencourt (2011), Selva Guimarães (2012), Flávia Eloisa Caimi (2012) e Giovani José da Silva (2015), durante a primeira aula-oficina, utilizamos algumas sugestões de atividades a partir do artigo “Ensino de História Indígena” do historiador, antropólogo e professor Giovani José da Silva (2015), que incluiu o trabalho com duas músicas brasileiras, “Um índio” (1977) e “Todo dia era dia de Índio” (1981), além do vídeo *“Índios no Brasil: quem são eles?”* (2000), produzido por indígenas do Projeto “Vídeos nas aldeias” em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e a TV Escola.

Na segunda aula oficina, selecionamos e trabalhamos duas fontes (correspondências oficiais do século XVIII) retiradas da coleção “Amazônia na era pombalina” (2005), assinadas por Francisco Xavier de Men-

³ O conceito de Aula-Oficina faz parte da Teoria da Educação Histórica criada pela historiadora Isabel Barca.

⁴ Turma anterior à alteração do modelo de série para o modelo de Ensino Fundamental de 9Anos (6º e 9º anos).

donça Furtado, irmão do Marquês de Pombal (Sebastião de Carvalho e Melo), em duas datas: **2 de dezembro de 1753** e **14 de fevereiro de 1754**, ambas adaptadas segundo a idade e o ano de escolarização dos estudantes, cuja faixa etária estava entre 14 e 15 anos de idade.

Durante as aulas-oficina recorreremos ao processo de sensibilização dos estudantes para a temática da História Indígena por meio de um diagnóstico escolar junto com os estudantes, desenvolvendo uma metodologia que reunisse o ensino e a pesquisa de maneira didática e acessível aos estudantes, além disso, foi uma oportunidade para valorizar e aprimorar os conhecimentos pessoais e escolares dos alunos, assim como atrair a atenção dos jovens para as discussões sobre os povos indígenas no Brasil e no Amapá, para compreender as sociedades indígenas como autores de suas experiências no contexto colonial e contemporâneo, sem negar a exploração e a dominação colonial.

Com base nisso, os estudantes tiveram o contato com diferentes linguagens: *músicas, vídeo e documentos históricos referentes ao Cabo Norte*, destacando os povos indígenas no contexto nacional e local, por meio de exercícios de fruição e análise de músicas; debate sobre o preconceito e o racismo contra indígenas no Brasil, além de exercícios de identificação e análise de documentos coloniais de maneira didática. Dessa forma, buscamos desenvolver percepções sobre os indígenas no passado e no presente, relacionando os conhecimentos do senso comum, das experiências pessoais e da formação escolar dos estudantes, quanto os conhecimentos sobre os povos indígenas por intermédio da Lei Federal n. 11.645/2008 que no ano de 2018 completou dez anos de promulgação.

Para incorporar a experiência com as aulas-oficina também realizamos o diagnóstico de três livros de didáticos de História, a partir da análise textual, imagética e pedagógica, seguindo as orientações de Bittencourt (2011); o primeiro livro, *“Estudar história: das origens do homem à era digital”* (2015), de circulação nacional concentra uma abordagem cronológica e linear a partir de temas políticos e sociais. O segundo e o terceiro livros, respectivamente, *“Amapá: Vivendo a nossa História”* (2008) e *“Conhecendo o Amapá: Estudos Amazônicos/Estudos Amapaenses”* (2016), consideramos importante analisar os livros didáticos, pois existem poucos materiais didáticos sobre a história regional-local, além disso, foi uma oportunidade para observar como a temática étnico racial, sobretudo a temática indígena, tem sido abordada e contextualizada nas páginas desses

materiais que servem tanto de instrumento de trabalho para os professores quanto fonte de estudo para os estudantes da escola pública, além disso, realizamos entrevistas semiestruturadas com três professores de História que atuam na escola pública para realizar um diagnóstico dos desafios e as possibilidades da incorporação de documentos escritos como metodologia nas aulas de História de Macapá.

HISTÓRIA INDÍGENA E O ENSINO DE HISTÓRIA

Novos temas e o aperfeiçoamento de metodologias para a interpretação dos documentos coloniais, assim como a aproximação entre a História e Antropologia, *a Nova História Indígena*, como disserta o antropólogo e historiador John Monteiro (2009), têm motivado e colaborado para um campo de estudo mais sensível ao protagonismo indígena não apenas na pesquisa histórica, mas também no ensino de História, uma vez que, grande parte das imagens e informações veiculadas nos livros didáticos sobre os povos indígenas remontam um passado desigual, sem a resistência dos índios ou a homogeneização das culturas indígenas, desfocando a pluralidade histórica e étnica no estudo em sala de aula.

Analisar as condições e os impactos das ações do Império português no cotidiano dos indígenas no Cabo Norte na tentativa de transformá-los em “cidadãos⁵”, por meio do aparelho ideológico e civilizatório, também é um tema relevante para ser problematizado e contextualizado no Ensino de História Indígena. As narrativas constantes nas fontes documentais acerca do Amapá colonial ajudaram a produzir imagens genéricas e discursos equivocados sobre os povos indígenas por meio do apagamento das diferenças culturais das etnias indígenas que viveram no Amapá, negando a diversidade cultural e o protagonismo desses sujeitos no interior da Amazônia portuguesa, principalmente a partir da vigência do Diretório pombalino da segunda metade do século XVIII.

De tal modo, compreender tais questões, implica em repensarmos esses mecanismos não somente na pesquisa histórica, mas também no En-

⁵ Um dos propósitos do instrumento civil do Diretório dos Índios era apagar as diferenças entre indígenas e portugueses na Amazônia Portuguesa, porém, as imposições nem sempre eram concretizadas, pois, os ameríndios constantemente negociavam cargos e a liberdade, quando não, aderiam momentaneamente e fugiam dos locais de trabalho, dos aldeamentos ou povoações, em busca da sobrevivência e para evitar o extermínio.

sino de História, uma vez, que as imagens e os discursos equivocados a respeito dos indígenas no Brasil, derivam de narrativas sobre as experiências da colonização e que por séculos, silenciaram e (in)visibilizaram a participação e a resistência dos povos indígenas nesse processo histórico. Todavia, nas últimas décadas o cenário vem sendo modificado pelos constantes debates e pesquisas que têm difundido o protagonismo indígena em diferentes contextos.

Pesquisas de Luís Donizete Benzi Grupioni (1995), José Ribamar de Bessa Freire (2002), John Manuel Monteiro (2009), Manuela Carneiro da Cunha (2009), Maria Regina Celestino de Almeida (2010) e Giovani José da Silva (2015), têm abrangido diversos temas no campo da História Indígena e do Ensino de História Indígena nas escolas não-indígenas no Brasil.

Sobre as imagens e representações dos indígenas nos livros didáticos de História, Grupioni (1995), discutiu sobre os equívocos reproduzidos sobre esses povos nos manuais didáticos da década de 1990. Tal abordagem, continua emergente nos dias atuais, quando pensamos nos equívocos reproduzidos nos discursos e imagens sobre os indígenas nos livros didáticos. O estudioso explica que uma das razões para que o problema seja preocupante é o desconhecimento da maioria dos brasileiros acerca da pluralidade histórica e étnica das sociedades indígenas. Todavia, o autor enfatiza que grande parte dos estudantes da Educação Básica ainda têm os livros didáticos como principal fonte de estudo e pesquisa, norteador das primeiras experiências didáticas sobre a diversidade histórica e cultural do Brasil. Conforme Bessa Freire (2002), as ideias equivocadas que muitos brasileiros têm sobre os índios não é apenas um diagnóstico de uma “herança colonial”, mas poucos ainda se permitem conhecer e reconhecer os povos indígenas e suas semelhanças e diferenças étnicas.

A introdução da Lei n. 11.645/2008, resultado da alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), prevê a inclusão do Ensino da História Africana, Afro-Brasileira e Indígena nos currículos escolares das escolas públicas e particulares do Brasil. A lei sancionada passou a vigorar no dia 10 de março de 2008, pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, conforme se verifica no Artigo 26-A, lemos o seguinte trecho da respectiva Lei:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, e em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 2015, p. 40-41).

A aprovação da Lei, é fruto de reivindicações constantes dos movimentos negro e indígena, para um currículo escolar que atenda e inclua a diversidade histórica, étnica e cultural brasileira na educação escolar dos estudantes de todo o país. Assim, há mais de dez anos esperamos que o ensino das relações étnico-raciais não apenas reconheça a participação histórica e cultural dos povos indígenas, mas que as políticas educacionais viabilizassem um ensino com informações mais atualizadas acerca dos povos indígenas no Brasil, sem universalizar as culturas ou reforçar equívocos e estereótipos.

Gradativamente o Ensino Superior e os próprios cursos de licenciatura, têm se permitido trabalhar a temática indígena mais próxima da realidade vivenciada por esses povos. Dessa maneira, também, não é somente responsabilidade do componente curricular História abordar a temática étnico racial em seus conteúdos. Ainda, observamos a carência de um ensino e abordagens mais diversificadas sobre a História Indígena que esteja próxima das realidades regionais e locais de professores e alunos, todavia, nos últimos anos têm surgido avanços no ambiente escolar. (JOSÉ DA SILVA, 2015).

O que ocorre muitas vezes é um ensino que reproduz ideias genéricas ou de “aculturação” dos povos indígenas, pois o racismo ainda é uma prática entranhada entre os brasileiros seja nos mais diferentes segmentos e no ambiente escolar não é diferente, constantemente, nos deparamos com práticas discriminatórias e racistas, principalmente contra ne-

gros e indígenas, apesar dos avanços nos estudos étnicos raciais para incentivar o respeito as diferenças étnicas em um país culturalmente diversificado. Para além, de cursos de capacitação e mudanças nas práticas pedagógicas de professores da Educação Básica, é preciso admitir que o racismo está presente e necessita ser analisado e combatido não apenas na sala de aula, mas para além do espaço escolar.

A existência da Lei 11.645/2008, enfatiza não somente a obrigatoriedade do ensino da questão étnico racial nos currículos das escolas de Nível Básico, mas busca mudanças nas matrizes dos cursos de licenciatura, na formação de professores e na produção dos livros didáticos, além disso, os professores têm a possibilidade de conhecer e reconhecer com os estudantes da Educação Básica os povos indígenas nas suas semelhanças e diferenças étnicas e culturais, apesar de muitos brasileiros ainda terem dificuldades em compreender isso, em razão do racismo disfarçado em imagens estereotipadas e discursos pejorativos. Por isso, o desenvolvimento das aulas-oficina entre os estudantes da 8ª série da escola pública, consistiu na experiência de um diagnóstico escolar junto com estudantes, pois existem muitas possibilidades de incorporação das fontes históricas para o Ensino da História Indígena nas aulas de História.

AS AULAS-OFCINA: O TRABALHO COM FONTES HISTÓRICAS NA SALA DE AULA

Após uma discussão sobre a articulação entre a pesquisa e o ensino de História Indígena, enquanto um diálogo viável para reconhecer os povos indígenas e suas diferentes étnicas e culturais nas escolas não indígenas, neste tópico, o objetivo central é demonstrar a aplicabilidade das aulas-oficina com os estudantes da Escola Barão (escola campo), compartilhando os resultados da experiência pedagógica e reforçando as potencialidades que a utilização de fontes históricas (músicas, vídeos e documentos coloniais) podem contribuir para um estudo diversificado sobre a temática indígena nas aulas de História nos anos finais do Ensino Fundamental.

A primeira aula-oficina teve como introdução um exercício de “Tempestade cerebral” para iniciar o diálogo com os alunos sobre os povos indígenas, utilizando os conhecimentos prévios e escolares dos estudan-

tes. A partir do mote **“Índios”**, escrito no quadro, instigamos os alunos para que falassem sobre os sentidos e limitações da palavra.

Dessa forma, a atividade não buscava “respostas prontas”, mas que os alunos interagissem e emitissem suas próprias opiniões sobre a temática indígena, levando em consideração que os conhecimentos refletiram em experiências da formação escolar, dos meios de comunicação e da internet. Assim, as respostas foram as mais diversas, alguns estudantes, citaram: **“pajés”**, **“ocas”**, **“rituais”**, **“remédios”**, **“danças”**, dentre outros elementos, que caracterizam alguns aspectos religiosos e culturais dos povos indígenas no Brasil, no entanto, sem identificar uma etnia indígena específica.

Nesse exercício inicial, a partir do mote **“Índios”**, foi possível diagnosticar algumas ideias e impressões que os estudantes tinham a respeito dos povos indígenas, acumuladas ao longo de suas experiências pessoais, seja pelo senso comum, pela mídia ou da formação escolar. Identificar o termo **“Índios”** e problematizar por meio das **“palavras soltas”** contribuiu para repensar o significado da terminologia e sugerir comparações e novas interpretações com os estudantes acerca da pluralidade étnica e cultural das sociedades indígenas.

Imagem 1: Primeiro dia da aplicação da aula-oficina com os estudantes.



Fonte: Arquivo pessoal de Laís Martins.

Ao analisar as “Cinco ideias equivocadas sobre os índios”, José Ribamar Bessa Freire (2002) identifica que a imagem construída em torno do “índio genérico”, ainda é muito recorrente na mentalidade dos brasileiros. Quando instigados a falarem sobre os “índios”, as opiniões longo se baseiam na representação do “índio universal” com uma única identidade e cultura.

Com base nisso, a atividade de “tempestade cerebral” com a turma (aproximadamente 20 estudantes) foi orientada a partir da percepção de Bessa Freire (2002, p.4), quando explica que a primeira ideia equivocada a respeito dos índios no Brasil está em desacordo com a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas. A concepção de que todos os índios são iguais e apresentam uma mesma cultura, deve ser questionada e superada. O diferencial do ensino da temática indígena nas escolas não-indígenas está no conhecimento e socialização da diversidade indígena e não na redução ou apagamento das diferenças culturais. Por isso, essa atividade além de ser um diagnóstico, também, foi uma momento de socializar as opiniões dos estudantes e refletir sobre as diferenças culturais que abrangem as diversas etnias indígenas no Brasil.

O passo seguinte foi o trabalho com duas músicas brasileiras como sugestão de atividade presente no capítulo “Ensino de História Indígena”, escrito por Giovani José da Silva (2015) e inserido no livro “Ensino D(e) História Indígena”. A proposta foi identificar, demonstrar e comparar as representações indígenas por intermédio de duas canções brasileiras, levando em consideração o contexto em que foram produzidas e avaliando os sentidos nos dias atuais quanto aos povos indígenas. Assim, utilizamos as músicas brasileiras **“Um índio”** (1977), de autoria de Caetano Veloso e posteriormente, a canção **“Todo era dia de índio”** (1981), de autoria do cantor e compositor Jorge Bem Jor e interpretada pela cantora Baby do Brasil.

A primeira música trabalhada, foi “Um índio”, escrita em 1977 por Caetano Veloso. Entregamos para cada aluno uma cópia da música e realizamos a fruição, a leitura e a compreensão dos trechos da canção, analisando as ideias presentes sobre os indígenas, as mensagens e as metáforas da letra, dessa forma comparamos o “índigena poético” com as personalidades da história e da mídia televisiva presentes na composição.

Quando perguntados sobre a canção, “Todo dia era dia de índio” produzida em 1981 e interpretada pela cantora Baby do Brasil, alguns estu-

dantes reconheceram a música e instigaram sobre algumas expressões indígenas presentes na letra, como “Curumim” e “Cunhatã”, que fazem referência aos termos menino e menina, sendo que são palavras/expresões de origem indígena que ainda são utilizadas em algumas cidades da região norte da Amazônia brasileira. Segundo as orientações de Guimarães (2012, p. 288), ao se incluir e trabalhar a Música no ensino de História é fundamental e necessário no momento da leitura e interpretação, identificar e analisar com os estudantes a linguagem, o vocabulário e as metáforas presentes na música.

Com a finalização do trabalho com as músicas, os alunos foram convidados a assistirem ao primeiro vídeo da série “Índios no Brasil” (2000), produzido em parceria com a TV Escola e Ministério da Educação (MEC) e o projeto “Vídeo nas Aldeias”, organizado pelos próprios indígenas. Seguindo mais uma vez, a atividade sugerida por Giovani José da Silva (2015, p. 37-40), a utilização do vídeo na aplicação do projeto, tinha como objetivo reconhecer e analisar com os alunos preconceitos e estereótipos sobre os povos indígenas, contextualizando e desconstruindo algumas dessas imagens com os estudantes, principalmente a ideia do “índio cristalizado”.

No decorrer da exibição do vídeo na turma, os alunos expressaram muitas reações, dentre elas estiveram relacionadas as opiniões em que alguns entrevistados do vídeo se referiam aos indígenas de maneira equivocada e preconceituosa, como “selvagens”, “preguiçosos”, “deixam de ser índios quando chegam na cidade”, “estão sendo aculturados” ou “estão desaparecendo”. Foi necessário a interrupção em alguns momentos para que os alunos opinassem e refletissem sobre tais ideias. No que se refere as percepções dos alunos, observamos que muitos “estranharam” algumas ideias dos entrevistados, principalmente aos que se reportavam aos indígenas de forma pejorativa.

Após a exibição do vídeo, os alunos produziram desenhos que materializaram algumas das discussões realizadas na sala de aula. Nessa etapa, avaliamos os desenhos como uma maneira individual de expressar os conhecimentos e as sensações que as atividades provocaram. Extraindo diferentes percepções e ideias por meio das ilustrações, foi possível verificar as mudanças e as permanências dos estudantes quanto às discussões e sobre como os não-indígenas ainda observam os indígenas no Brasil.

Na segunda aula-oficina o objetivo da atividade foi o trabalho com documentos escritos. Foram selecionados para esse exercício, dois documentos do período colonial, retirados da coleção **“A Amazônia na era pombalina: correspondências do Capitão-General e Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759”**. A coleção transcrita por Marcos de Carneiro de Mendonça é composta por uma série de correspondências enviadas pelo Governador do Estado, com documentos relacionados a troca de informações entre as autoridades coloniais, designando ordens e comandos para a proteção e povoamento da Amazônia colonial no século XVIII, onde os povos indígenas aparecem constantemente nessa documentação.

A utilização de fontes históricas nas aulas de História é uma prática que vem sendo incorporada e adaptada no Ensino de História nos últimos anos. O uso de documentos escritos, imagéticos, audiovisuais, dentre outros, têm sido transformados em materiais didáticos para o estudo de diversos sujeitos e diferentes grupos sociais, que outrora foram “esquecidos” ou postos “à margem” dos livros didáticos de História.

De acordo com Bittencourt (2011) a produção dos livros didáticos têm ligação direta na construção dos currículos escolares, na seleção dos conteúdos, na formação dos professores e nos procedimentos na sala de aula quanto à leitura e a interpretação dos elementos textuais e imagéticos. Por isso, é necessário analisarmos que esse instrumento de estudo e pesquisa é possível de ser interpretado a partir do modo como é concebido, composto e trabalhado na sala de aula. Tendo em vista que os materiais didáticos são frutos de uma produção cultural, portanto, “recheados” de informações/hipóteses sobre fatos e sujeitos históricos, consequentemente, os manuais didáticos não estão longe de serem questionados, sejam pelas ideologias, ausências, preconceitos ou mesmo pelos erros. O fato é que o livro didático de História, como suporte pedagógico e fonte de estudo, às vezes tendencioso, é um material complexo, todavia, um produto em circulação diária nas escolas, consumido por diversas pessoas de diferentes regiões, mas possível de ser avaliado. (BITTENCOURT, 2011, p. 301).

O primeiro livro analisado foi “Estudar história: das origens do homem à era digital” (2015), concentra uma abordagem cronológica e linear a partir de temas políticos e sociais. O segundo e o terceiro livros, respectivamente, “Amapá: Vivendo a nossa História” (2008) e “Conhe-

cendo o Amapá: Estudos Amazônicos/Estudos Amapaenses” (2016), são utilizados apenas pelos professores, mas não foram utilizados diretamente pelos estudantes da turma. Esses dois livros seguem uma temática regional, voltada para as questões históricas e culturais relacionadas à Amazônia brasileira e ao Amapá.

O objetivo com o diagnóstico dos livros didáticos foi analisar como a temática étnico racial vem sendo abordada nesses materiais, visto que os livros didáticos foram produzidos depois da inserção da Lei n. 11.645/2008, que garante o ensino da temática afro-brasileira e indígena na Educação Básica. Compreendemos que os livros didáticos, como instrumentos pedagógicos e escolares, se tornam fontes importantes para analisar de que modo as relações étnico raciais vem sendo trabalhadas por meio das imagens, textos e das atividades pedagógicas pois, o livro didático ainda é um recurso indispensável em muitas salas de aulas das escolas brasileiras.

Após a análise dos livros didáticos e a ausência de uma discussão efetiva sobre a história indígena no contexto local, iniciamos a segunda aula-oficina, a etapa foi caracterizada pelo trabalho com os documentos do período colonial, cujas etapas foram: 1) Exercitar a leitura e a compreensão dos documentos, a partir do trabalho com fontes históricas; 2) Identificar diferenças e propor a construção de interpretações sobre os índios no período colonial; e 3) Desenvolver reflexões que tornem o estudo da história local importante para a construção da própria identidade.

Ressaltamos que nesse processo, seguimos as ponderações da historiadora Bittencourt (2011, p. 328), que orienta que utilização das fontes históricas pelo professor não se deve confundir com o ofício do historiador. Desse modo, são exercícios completamente diferentes que não têm por intuito ou obrigação formar “pequenos historiadores”. Por isso, utilizar as fontes em sala de aula, requer cautela pois, os estudantes não devem ser obrigados a dominar conceitos e procedimentos complexos de leitura e análise dos documentos. Assim, justifica-se o cuidado e adequação da fonte, verificando a linguagem, a quantidade do texto e o ano de escolarização dos estudantes.

Sabendo-se que a proposta das aulas-oficina era construir com os estudantes outras interpretações sobre os povos indígenas do passado e do presente, a seleção e o exercício com os documentos escritos teve como

orientações as propostas pedagógicas de Bittencourt (2011) e Guimarães (2012), que aconselham a adaptação desses documentos na sala de aula quanto à adequação da faixa etária, da linguagem, da composição textual e do questionamento da fonte escolhida para a aula. Isto é, os procedimentos devem caminhar para que a atividade não seja desgastante para o aluno, pois, o objetivo do uso de documentos na sala de aula, não é exigir as mesmas competências e habilidades de um historiador, mas energá-las como possibilidades de materiais didáticos que consigam clarificar e aprofundar o tema estudado.

Subsequente, os estudantes foram divididos em dois grupos, cada grupo composto por cinco alunos e cada grupo ficou responsável em ler e analisar um documento escrito. Para a etapa da leitura e identificação dos documentos foi entregue a cada estudante uma cópia do documento escolhido pelo grupo e uma ficha com informações sobre o documento (**título, palavras-chave, origem, créditos e glossário**) para facilitar a leitura e a retirada das principais informações como: a **natureza da fonte, quem o fez, quando e onde**, e os **principais sujeitos que aparecem na fonte escrita**, após esse processo, os estudantes fizeram o segundo exercício, uma atividade com (cinco questões) para sintetizar e materializar as percepções e reflexões dos alunos sobre as representações dos indígenas nos documentos, dessa forma, perguntamos sobre quais palavras e expressões chamaram a atenção, se já haviam realizado a leitura de algum documento histórico, na sequência, pedimos para que os estudantes transcrevessem um trecho que chamou a atenção, e por último, para que os alunos escrevessem brevemente a importância do uso de documentos escritos para conhecer a história local.

Quando perguntados sobre o contato com esses tipos de documentos, os estudantes relataram que ainda não tinham realizado esse exercício em sala de aula, apenas quando se deparavam com trechos de outros documentos nos livros didáticos, mas nenhum documento relacionado à Amazônia brasileira e ao Amapá.

Imagem 2: Etapa da leitura e análise dos documentos escritos em grupos na 2ª aula-oficina. oficina.



Fonte: Arquivo Pessoal de Laís Martins.

Para compor a experiência pedagógica do uso de documentos históricos com os estudantes, foi necessário a realização de entrevistas com três professores de História da instituição. Por intermédio de entrevista semiestruturada (a partir de um roteiro de perguntas) o objetivo foi realizar um diagnóstico quanto a formação continuada dos professores, as possibilidades e os desafios de se trabalhar a temática étnico racial, especialmente a temática indígena relacionando à história local, além da utilização de fontes históricas (os documentos escritos) nas aulas de História no Ensino Fundamental.

Compreendemos que o uso de fontes históricas não é apenas um trabalho com ilustrações ou passatempos nas aulas, e sim, uma oportunidade para enriquecer o ensino e a aprendizagem em História, a utilização dos documentos escritos e o exercício, também tiveram como objetivo estimular os estudantes quanto ao estudo da história local, visto as ausências nos currículos escolares, dos poucos livros didáticos regionais relacionados à História do Amapá e do pouco tempo disponível para adaptação desses materiais ou da carência desses recursos na escola, conforme relataram os professores entrevistados.

Dessa forma, analisar algumas imagens e representações acerca dos indígenas, por meio do trabalho com os documentos coloniais, coincidiu com a necessidade de repensar as narrativas presentes nesses documentos, tornando-se um material importante para desenvolver outras visões acerca dos indígenas no período colonial, estimulando os estudantes a interpretar e contextualizar as informações sobre os indígenas, desconstruindo os discursos e imagens pejorativas construídas no período colonial e que ainda são associados aos povos indígenas no contexto contemporâneo.

Um dos desafios da metodologia das aulas-oficina foi o de sensibilizar os alunos quanto a construção desses sentidos, que abrangem uma visão particular (colonizador), intencionalidades e equívocos presentes nos documentos coloniais escritos por terceiros (não indígenas) sobre as etnias indígenas que residiam/residem na região onde atualmente se concentra a Amazônia brasileira e o estado do Amapá. Nesses documentos existem discursos preconceituosos, visões equivocadas e a tentativa de generalização das culturas indígenas, apesar da diversidade étnica e cultural dos povos indígenas no contexto em que os documentos foram produzidos. Assim, há a necessidade de desconstruir estereótipos e preconceitos sobre os povos indígenas tanto no passado quanto no presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a experiência histórica dos povos indígenas por intermédio das fontes históricas (músicas, vídeo e documentos coloniais) é um exercício viável no ensino de História. A Lei 11.645/2008 não apenas prevê inserir conteúdos sobre o estudo dos povos indígenas nos currículos das escolas brasileiras, mas busca mudanças nas matrizes dos cursos de licenciatura, na formação de professores, na produção dos livros didáticos, mas acima de tudo, o respeito e a valorização de nossas raízes étnicas composta predominantemente por indígenas, africanos e afro-descendentes. Por isso, o desenvolvimento das aulas-oficina consistiu na experiência de um diagnóstico escolar e de uma prática pedagógica sensível as discussões étnico raciais, sobretudo à temática indígena com os estudantes da 8ª série da Escola Barão do Rio Branco.

Nessa perspectiva, acreditamos que o trabalho com fontes históricas é possível de ser realizado, sabendo que a utilização de documentos co-

loniais com os estudantes não deve ser associada às mesmas técnicas de um historiador, mas que necessitam de orientação quanto a leitura e a interpretação das fontes por meio de procedimentos didáticos. Assim, a construção e a aplicação das aulas-oficina na escola pública é um caminho possível para ensinar e aprender História, conciliando o saber acadêmico e o saber escolar por meio do trabalho com fontes históricas (músicas, vídeo e documentos coloniais), desenvolvendo habilidades de identificação e compreensão de linguagens, temporalidades, visões e discursos para perceber e analisar as experiências dos povos indígenas no cenário nacional e local.

Concluiu-se que a experiência com as Aulas-Oficina, por meio do uso de músicas brasileiras, vídeo e fontes documentais no ensino da História Indígena é uma via possível para a aplicabilidade da Lei 11.645/2008 com estudantes do Ensino Fundamental e para o exercício de “descolonizar” imagens e ideias equivocadas que desqualificam o protagonismo e as vivências dos povos indígenas no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FVG, 2010. (Coleção FGV de Bolso). p. 71-128.
- BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In: **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica**. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131-144.
- BESSA FREIRE, José Ribamar de. Cinco idéias equivocadas sobre os índios. In: **Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH)**, Nº 01, Setembro, 2002, Manaus-Amazonas, p. 17-33.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011– (Coleção docência em formação. Série: Ensino fundamental). p. 295-350.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei nº 11.645/2008. **Senado Federal**. Brasília, 2015. p. 40-41.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história/Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/ SEF, 1998. (Ensino de quinta a oitava série). p.77.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Os jovens e a aula de história: entre tensões, ex-

pectativas e possibilidades. **Revista Educação em Questão**. Natal, dezembro 2012, v. 44, n.30, p. 88-109.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História com aspas**. São Paulo. Editora Cosac Naify.2009, p. 125-130.

GUIMARÃES, Selva Fonseca. **Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, Reflexões e Aprendizados** São Paulo, Campinas: Editora Papirus, 2012, 13º ed. rev. e ampl. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.481-525.

JOSÉ DA SILVA, Giovani. Ensino de História Indígena. In: WITTIMANN, Luisa Tombini (Org.). **Ensino d(e) História Indígena**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015 – (Coleção Práticas Docentes), p. 21- 46.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-Geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Tomo II, III. (Edições do Senado Federal. v. 49, A-B-C).

MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAIS, Adauto (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 237-249.

O TWITTER DE DONALD TRUMP: ANÁLISE DO DISCURSO À LUZ DOS NOVOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL*

**Ana Beatriz Santos Ayres de Mira¹
Lourene de Cássia Alexandre Maffra²**

Considerações Iniciais

Desde o início de plataformas como Twitter (2006), Facebook (2004), dentre outros tipos de mídias sociais, personalidades políticas têm aumentado sua presença na Internet a fim de alcançarem apoiadores, manterem-se atualizadas, e firmarem posições diante de determinadas questões, por exemplo. Entretanto, foi no ano de 2016 que o Twitter se tornou um dos veículos de comunicação social protagonistas durante a campanha presidencial norte-americana.

Nesse contexto, destaca-se o perfil do então candidato à presidência dos Estados Unidos, Donald Trump, que se aproveitou das redes sociais (principalmente do Twitter), utilizando-as como publicidade gratuita, da qual se beneficiou para responder rapidamente aos seus adversários e tweetar sua opinião sobre vários assuntos. Mesmo antes dos resultados eleitorais, já circulava pela internet que era necessário se encarar os fatos: Trump poderia se tornar presidente. Por quê? Porque, de acordo com a História (e com uma matéria veiculada pela CNN)³, o político triunfante de cada geração é aquele que domina por primeiro as ferramentas midiáticas de sua época. Por exemplo: Franklin Roosevelt foi o primeiro

* O texto apresentado neste capítulo é um formato resumido de um trabalho de conclusão de curso na área de Relações Internacionais e, portanto, fornece dados compilados do trabalho em questão. O trabalho completo está disponível para consulta no acervo da biblioteca da Universidade Federal do Amapá.

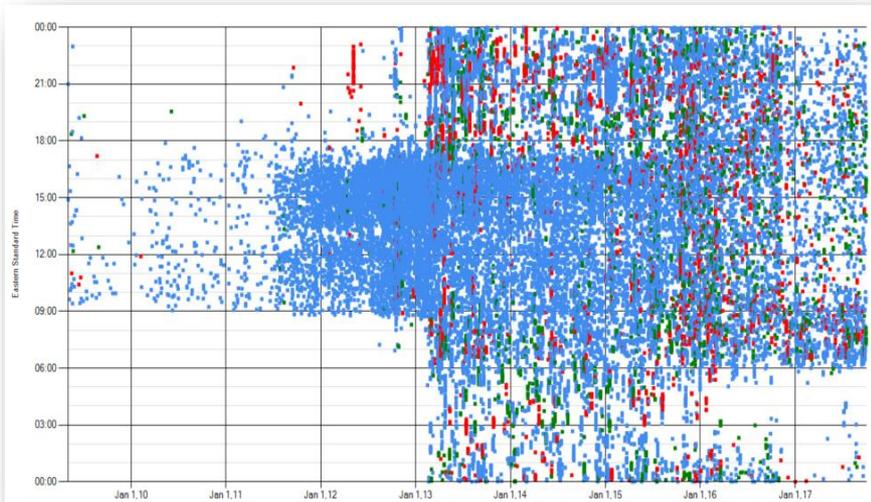
¹ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Amapá.

² Professora Assistente do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá.

³ CNN. **Trump: The social media president?** Disponível em: <http://edition.cnn.com/2015/10/26/opinions/jones-trump-social-media/index.html>. Acesso em: 20 dez. 2017.

“presidente da rádio”; John Kennedy foi o primeiro “presidente da televisão”; e Barack Obama emergiu como o primeiro “presidente da Internet”. Sendo assim, Trump poderia ser o primeiro “presidente das mídias sociais”. Para se ter uma ideia de como as redes sociais são importantes para Trump, foram feitos gráficos comparativos para mostrar o nível de atividade no Twitter entre ele e Obama.

Figura 28— Atividade do Twitter de Donald Trump desde seu primeiro tweet em maio de 2009 até setembro de 2017



Fonte: Wikimedia Commons.⁴

⁴ Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Twitter_activity_of_Donald_Trump.png. Acesso em: 20 dez. 2017.

Figura 29 — Atividade do Twitter de Barack Obama desde seu primeiro tweet em abril de 2007 até setembro de 2017



Fonte: Wikimedia Commons.⁵

Os gráficos acima mostram que Trump publicava em média 11 tweets por dia. Em 2009, era pouco ativo no Twitter, mas podemos perceber que a partir de janeiro de 2012 esse padrão muda. O então empresário tweetava, na maioria das vezes, entre as 9 horas da manhã e as 6 horas da tarde, até 2013. A partir de então, a atividade de Donald Trump na plataforma se intensificou ainda mais, e foram registradas publicações em todos os horários contemplados pelo gráfico, mesmo aos finais de semana (representados pelos pontos de cor vermelha, indicando quando houve tweet no dia de domingo, e de cor verde, quando houve tweet aos sábados). Visualizamos uma queda na frequência de tweets a partir da metade de 2016, que se estende até o final do mapeamento proposto pelo gráfico, na qual constatamos um intervalo nas publicações entre as 3 horas da manhã e as 6 horas da manhã. De qualquer forma, ainda consideramos e concluímos a existência de uma “postura proativa” por parte de Donald Trump no Twitter.

Por conta do que foi exposto pelos gráficos, muitos consideram que Trump faz um uso demasiado da rede social, e jornalistas já chegaram

⁵ Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Twitter_activity_of_Barack_Obama.png. Acesso em: 20 dez. 2017.

até a se perguntar se essa alta atividade poderia ser uma ameaça à segurança nacional, já que, de acordo com especialistas em inteligência e defesa, a utilização do Twitter feita pelo presidente norte-americano pode já estar sendo usada por agências estrangeiras para analisar a sua personalidade, rastrear seus hábitos e detectar pistas sobre o que esperar de seu governo.⁶ Contudo, Trump afirma que o uso que faz das mídias sociais não é somente presidencial; segundo ele, é “presidencial dos tempos modernos”, o que pode servir como indicativo de que, mesmo sendo criticado por conta disso, não pretende deixar o Twitter.

A fim de desenvolvermos melhor a discussão sobre o uso dessa plataforma digital por Donald Trump a respeito de questões consideradas relevantes para as atuais relações internacionais, dividimos este texto em quatro seções (além desta breve introdução e das considerações finais): na primeira, será apresentado o processo de incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação ao campo das Relações Internacionais; na segunda, abordaremos a relação entre mídia e política externa; na terceira, traremos a teoria da Escola de Copenhague, juntamente à justificativa para a relação desse referencial teórico com os posts de Donald Trump no Twitter; e por fim, na quarta seção, discutiremos assuntos que ocupam lugares prioritários na agenda de segurança do governo Trump e que foram usados para a detecção de possíveis processos de securitização: migração, religião e fronteira.

1 Incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação à agenda das Relações Internacionais

O contexto histórico que levamos em conta neste trabalho é a partir da segunda metade do século XX, com o advento da chamada Revolução Informacional (ou Terceira Revolução Industrial), tendo ciência de que ambas revoluções, informacional e da comunicação, mudaram fundamental e irreversivelmente o significado de poder nas relações internacionais, a formulação de políticas de defesa e relações exteriores, e a condução da diplomacia (GILBOA, 2002, p. 1). Sobre esse fenômeno, Joseph Nye (2009) afirma que

⁶ POLITICO. **Is Trump's Twitter account a national security threat?**. Disponível em: <https://www.politico.com/story/2016/12/trump-twitter-national-security-232518>. Acesso em: 20 dez. 2017.

A característica fundamental da revolução da informação não é a *velocidade* das comunicações entre os ricos e poderosos: há mais de cento e trinta anos, a comunicação praticamente instantânea já era possível entre a Europa e a América do Norte. A mudança decisiva é a enorme redução do *custo* de transmissão das informações (p. 278).

Em “*The Question of Information Technology in International Relations*” (2003), James Der Derian concorda com Nye no sentido de que o declínio nos custos de operação configure um aspecto importante nesse contexto. Porém, Der Derian acrescenta em sua perspectiva que a peculiaridade da Era Digital se dá mais por sua intensidade espaço-temporal, e não por sua extensão. Portanto, para o autor, o importante nessas circunstâncias seria atentar para a “capacidade de intensificar efeitos globais através de um colapso de tempo e distância” (p. 2), já que a expansão mundial das tecnologias em rede viabiliza um ritmo acelerado de transformações nos campos cultural, político, econômico e militar.

Em sua análise, Der Derian tira três conclusões. Em primeiro lugar, a de que as tecnologias da informação (T.I.) estão produzindo novas redes de poder nas relações internacionais. É a partir desse entendimento que o autor cria o conceito de *matrix global heteropolar*⁷, na qual diversos atores podem causar profundos efeitos de caráter global através da interconectividade. Em segundo lugar, o autor afirma que, se a sociedade quiser desafiar e entender o papel representado pelas T.I. nas relações internacionais, deve utilizar de conhecimento em rede, mediante uso de novos modos de compreensão e instrução — que, segundo Der Derian, o domínio das ciências sociais ainda não foi rápido o suficiente para depreender, tendo em vista que as T.I. apresentam natureza virtual e o andamento acelerado. Por fim, o autor assume que a transformação informacional das relações internacionais requer novas abordagens conceituais, a fim de que haja uma espécie de epistemologia para que sejam identificados os perigos e as oportunidades apresentadas pelas tecnologias da informação.

No tocante à renovação conceitual, Der Derian traz dois elementos importantes: o de *infowar* e o de *infopeace*. A “*information warfare*” deve ser entendida como um conceito “guarda-chuva”, pois abarca tantos outros

⁷ *Global heteropolar matrix*, originalmente em inglês.

como *cyberwar*, *hackerwar*, *netwar* e *virtual war*. Assim, a *infowar* pode ser definida como

um complemento à guerra convencional, na qual o comando e o controle do campo de batalha é aumentado por computadores, comunicações, e inteligência. Com o desenvolvimento de mídias múltiplas e de massa, a *infowar* ganhou novas formas e maior significância. (DER DERIAN, 2003, p. 13, tradução nossa).

Em contraste à *infowar*, há a *infopeace*; ou seja,

a produção, aplicação, e análise de informação através de meios pacíficos para fins pacíficos. [...] A *infopeace* busca prevenir, mediar, e resolver situações de guerra pela atualização de um estado consciente de paz. Postulando a eventual abolição da violência como uma opção política global, a mentalidade pacífica vai da prevenção, admoestação e mediação da violência, à negação total da mesma para resolver problemas na arena internacional. (DER DERIAN, 2003, p. 13, tradução nossa).

Percebemos como incontestável a importância de tais conceitos para a área de Relações Internacionais, visto que “guerra” e “paz”, de maneira conceitual, exprimem duas grandes facetas da epistemologia internacionalista, e claramente não foram alijadas dos efeitos trazidos pelo advento da revolução tecnológica.

Der Derian frisa que a *infopeace* não exclui a ótica do conflito. Em sua natureza pacífica, essa perspectiva traz consigo uma estratégia que reconhece e integra a diferença, o conflito e o antagonismo como aspectos essenciais das relações humanas e, mesmo assim, visa desenvolver uma consciência de como esses mesmos aspectos podem ser discutidos e resolvidos por meios não violentos.

Para o estudo da ligação existente entre as Relações Internacionais e o meio tecnológico, existem dois trabalhos muito importantes e que se complementam: “*Cyberpolitik: The Changing Nature of Power*”, de autoria de David J. Rothkopf, publicado em 1998; e o de Charles Weiss, intitulado “*Science, technology and international relations*”, datado de 2005. Para Rothkopf, os três pilares essenciais das relações internacionais (poder econômico, poder militar e poder político) foram “sacudidos” pelas transformações trazidas pelo advento da Revolução Informacional.

Além do mais, o termo *Realpolitik*, amplamente utilizado nas Relações Internacionais, ganharia uma nova caracterização. Segundo o autor,

The realpolitik of the new era is cyberpolitik, in which the actors are no longer just states, and raw power can be countered or fortified by information power. The mighty will continue to prevail, but the sources, instruments and measures of that might are dramatically changed. (ROTHKOPF, 1998, p. 3).

Já para Weiss (2005, p. 6), existe uma classificação diferente entre os *impactos* da ciência e da tecnologia e os *efeitos* da ciência e da tecnologia. Os efeitos atuariam em quatro aspectos do sistema internacional.

1. Processos operacionais: aqui cabem processos executados de maneira predominante pelos governos (como diplomacia, guerra e administração) e processos realizados de maneira predominante pelo setor privado (como comércio, comunicações, e competição econômica). Nesse aspecto, Weiss ressalta que os avanços feitos em armamentos, nas comunicações, e na própria tecnologia da informação foram capazes de aumentar exponencialmente a velocidade, a escala, a eficiência, e o escopo geográfico de cada um dos processos. Dessa forma, “forçaram” agentes estatais como diplomatas a responder rapidamente aos eventos, se quisessem perceber como determinada *issue* é vista pelo público.

2. Essência: criam-se novas *issue areas* (como mudanças climáticas); criam-se novas restrições e *trade-offs* no ambiente operacional da política externa (a incapacidade de agir diante de *issues* postas na agenda internacional através de novos entendimentos científicos pode acarretar em custos de curto ou longo prazo, impostos pela natureza. Um exemplo citado por Weiss, considerado extremo pelo mesmo, é o seguinte: se a ineficiência em controlar a emissão de gases do efeito estufa se prolongar muito, é possível que os resultados sejam dados pela inundação da Flórida e de outras áreas costeiras); criam-se *issues* nas quais assuntos domésticos e internacionais se transpassam (a exemplo da guerra contra o terrorismo, política energética, e controle de poluição em regiões de fronteira); e, finalmente, altera-se o escopo e o domínio de paradigmas diferentes em teoria de relações internacionais (os vários avanços vivenciados por conta da ciência deram mais espaço para paradigmas não-realistas de relações internacionais, mais notadamente a interdependência, o funcionalismo, e o construtivismo).

3. Arquitetura: muda-se, no sistema internacional, a estrutura (alteração no padrão distributivo de poder entre os Estados; alteração na balança de poder entre os Estados, por um lado, e, por outro, entre as redes de comunicação, as organizações internacionais, as empresas privadas, as ONGs, os indivíduos, e outros atores não estatais), os conceitos-chave (mudança nas noções de segurança, no significado de soberania e de poder; diminuição do escopo da anarquia internacional) e as relações entre os Estados e demais atores (reordenamento de hierarquias no que diz respeito aos poderes militar e econômico; redefinição das relações econômicas internacionais; criação ou resolução de problemas internacionais; criação de novos recursos, novas coalizões, novas ferramentas para a cooperação internacional e novas áreas para a própria cooperação e para competição; influência de processos cooperativos profissionais e comunicativos entre cientistas baseados em países diferentes).

4. Informação, ideias e percepções: comunicações de massa, por exemplo, mudaram percepções sobre relações de poder, identidades, interesses... Especialmente em países desenvolvidos, a mídia foi capaz de estimular o desejo popular por processos de modernização, o que obrigou governos a perceberem a informação como assunto de interesse nacional. Consequentemente, os Estados se valem de um contexto complexo apresentado pela chamada Sociedade da Informação, bem como de seus novos recursos, para enriquecer o instrumental disponível para a construção de política externa, a fim de expandir suas possibilidades de êxito no sistema internacional.

Novamente, há uma ampla influência de cada um desses aspectos sobre o fenômeno representado pelas mídias sociais, mas em especial o de “processos operacionais”, de “essência” e de “informação, ideias e percepções”. Isto porque, primeiramente, há uma dinâmica completamente nova no que diz respeito a *policy making*, a partir do momento em que as mídias sociais passam a servir como um instrumento que serve a esses interesses. A velocidade com que as coisas ocorrem, e a amplificação de determinados eventos, ambas propiciadas pelas plataformas sociais, exigem exatamente uma postura de (re)ação rápida, não somente de diplomatas, como dito por Weiss, mas de chefes de estado em geral. Já a mudança na “essência” manifesta a adequação e modificação das agendas internacionais às mudanças no mundo, tendo a emergência de novas *issue*

areas como uma de suas particularidades; inclusive, a guerra contra o terrorismo, citada por Weiss, é um dos exemplos que surgem nesse contexto, e que será discutida mais adiante, quando abordarmos aspectos de política externa do governo do presidente norte-americano Donald Trump.

Finalmente, quando se fala de “informação, ideias e percepções”, podemos ter uma clara perspectiva de como comunicações em massa (aqui, atentando para as redes sociais) vêm moldando os entendimentos que temos sobre diversos processos; os Estados se percebem diante desse cenário e então enxergam o aparato oferecido pelas novas ferramentas tecnológicas como um recurso que pode auxiliar na consecução de seus objetivos.

Na seara apresentada pela *Cyberpolitik*, área central para o nosso estudo, há dois grandes marcos comunicacionais, segundo Valente (2007). A partir desse ponto do trabalho, surgirá um aspecto tecnológico específico: a mídia. Primeiramente, a emergência da televisão a nível global, por conta da tecnologia de transmissão via satélite, propiciou às emissoras de TV a possibilidade de serem transmitidas para vários outros países, a exemplo da CNN — os Estados Unidos, inclusive, foram os primeiros a desfrutar dos benefícios trazidos por essa expansão. Já o segundo marco se deu a partir do desenvolvimento da própria Internet, seguido de tecnologias de transmissão instantânea de dados e imagens. E, mesmo que de maneira assimétrica, as transformações trazidas pela Era da Informação alcançaram todos os Estados; todavia, pode-se afirmar que

[...] as modificações mais acentuadas ocorreram nos Estados com regimes democráticos, principalmente nos mais desenvolvidos, por serem estes os que desenvolveram sociedades mais abertas às novas tecnologias e os que possuem populações cada vez mais informadas pelos meios de comunicação. (VALENTE, 2007, p. 26).

Não obstante, Valente (2007) afirma que nem mesmo os regimes ditatoriais conseguiram escapar das novidades da Era da Informação. A partir disso, é oportuno destacar a relação entre democracia (ou a falta dela), tecnologia e mídia; nessa conjuntura, cabe como exemplo a Primavera Árabe, que eclodiu em 2011. Essa onda de revoluções que atingiu a região norte da África e o Oriente Médio foi capaz de fomentar uma

ação global, composta por agentes não-estatais. Uma observação a se fazer sobre esses agentes é que os mesmos utilizaram as mídias sociais como plataforma de difusão de suas campanhas, o que os permitiu driblarem o esquema de censura que havia sido estabelecido em seus países. A observação feita acima torna-se imperativa, já que, de agora em diante, nosso trabalho trará para seu foco a ferramenta representada pelas mídias sociais nas relações internacionais.

Assim, eventos como a Primavera Árabe podem ser caracterizados a partir dos aspectos da *ciberdemocracia* e do *ciberativismo*. Nessa perspectiva, devemos atentar para o fato de que a tecnologia não é tão somente caracterizada como uma nova fonte de poder nas relações internacionais, como dito antes: a tecnologia, através da mídia e da informação, se configura também como um “ pilar fluido de poder” (VALENTE, 2007, p. 33). Ou seja, não se trata de um dos pilares clássicos do poder (econômico, militar e político), mas não deve ser tratado como aspecto periférico nas relações de poderio. Toda essa fluidez fez com que o Estado, mesmo em se tratando de uma ditadura, nesse caso, sucumbisse diante do uso das mídias sociais feito pelos seus próprios cidadãos. E, apesar da incerteza sobre futuros efeitos de tamanha conectividade, um dos efeitos de natureza política, causados pela informação livre feita por múltiplos canais, já está bem claro: “os estados perderam grande parte de seu controle das informações sobre suas próprias sociedades.” (NYE, 2009, p. 286).

Com base no que foi dito, o exemplo da Primavera Árabe faz com que percebamos a necessidade de redimensionamento das ações do Estado no cenário internacional (e também nacional), a partir do momento em que a tecnologia se encontra ao alcance de todos os agentes (mesmo que de maneira assimétrica).

2 Mídias Sociais e Política Externa

A partir do exposto anteriormente, um dos conceitos emergentes é o de *digital diplomacy*, que possui variadas definições, mas que pode ser compreendido, principalmente, como referente ao aumento do uso de plataformas de redes sociais feito por um determinado país, a fim de que seus objetivos de política externa sejam alcançados, com o intuito de administrar sua imagem e reputação de maneira proativa (MANOR; SEGEV,

2015 apud ADESINA, 2017, p. 3). Dessa forma, podemos inferir que o uso de redes sociais por líderes mundiais, em especial o Twitter, vislumbra o ato de falar diretamente com o público que querem influenciar. Hoje em dia, admite-se o potencial que essa rede social tem, mas é interessante notar que, de acordo com Gainous e Wagner (2013), seu uso para fins políticos só teve início durante as eleições de 2010, e ainda assim era um uso limitado, no qual as publicações se davam em forma de links que redirecionavam para páginas que continham comunicados de imprensa ou resumos de atividades e deveres de um legislador do Congresso norte-americano.

Algo de extrema importância para este estudo é trazido por Hanson (2012 apud ADESINA, 2017, p. 3), ao afirmar que existem oito objetivos políticos para a era da diplomacia digital.

1. Administração de conhecimento, para que este fator seja bem aproveitado no intuito de que seja retido, compartilhado, e tenha um uso otimizado na busca de interesses nacionais no mundo todo.

2. Diplomacia pública, para que seja mantido um contato com o público à medida em que ele migra para plataformas online, e para se beneficiar de novas ferramentas comunicacionais a fim de que se tenha ciência das demandas desse público.

3. Administração de informação, para ajudar em um melhor uso do fluxo de informações, a fim de que isso sirva como auxílio no processo de *policy making* e ajude a antever e responder a movimentos políticos e sociais emergentes.

4. Comunicação e resposta consular, para criar canais diretos e pessoais com os cidadãos que estejam viajando ao exterior, mantendo comunicações manejáveis em situações de crise.

5. Resposta a desastres, a fim de que seja aproveitado o poder das tecnologias conectivas nessas circunstâncias.

6. Liberdade de Internet, a partir da criação de tecnologias que mantenham a rede livre e aberta.

7. Recursos externos, valendo-se da criação de mecanismos que possam aproveitar determinada expertise externa para que sejam alcançados objetivos nacionais.

8. Planejamento político, que permita uma supervisão efetiva, com coordenação e planejamento de políticas internacionais entre os governos, em resposta à internacionalização da burocracia.

Alguns desses tópicos possuem relação direta com o nosso trabalho, e por isso devem ser pontuados. A “administração do conhecimento” relaciona-se com a nossa investigação no sentido de que é necessário que se tenha cautela sobre o que pode/deve ser ou não publicizado por determinado líder mundial em suas respectivas redes sociais, a fim de que haja uma utilização aprimorada dessas plataformas, que possa auxiliar na consecução de interesses no ambiente externo, de maneira semelhante ao que é trazido pelo terceiro ponto, que trata de “administração de informação”. Outro aspecto que merece bastante atenção é o da “diplomacia pública”, por ser exatamente a temática proposta à discussão em nosso trabalho.

Contudo, um objetivo de política externa feita através das mídias sociais que não é pontuado por Hanson, mas que não deixa de ser importante, é o de liderança: se um(a) líder for verdadeiramente seletivo(a) sobre o que posta, ele ou ela acaba se tornando uma referência online, além de uma confiável fonte de informação (HWANG 2015 apud NARBONA 2016, p. 7). É diante dessa conclusão que o tópico seguinte é desenvolvido, auxiliado por gráficos e números que demonstram como se dá a presença dos mais importantes líderes mundiais (e quais são eles) no Twitter.

Percebendo a importância do estudo dessa conjuntura, o site Twiplomacy organiza, desde o ano de 2012, um relatório anual sobre o uso do Twitter por líderes mundiais. E foi a partir do Twiplomacy Study 2015⁸ que Narbona (2016) concluiu que existem variáveis que podem mensurar a liderança exercida por determinado dirigente internacional nas redes sociais, listadas a seguir:

1. Número de seguidores: quanto maior, mais impacto a mensagem terá.
2. Grau de influência: é mensurado pelo número médio de retweets ou pelo número de usuários que geraram réplicas à mensagem postada.
3. Nível conversacional: o Twitter configura uma ferramenta que auxilia os líderes a manter contato com seus respectivos seguidores, e cada tweet pode criar uma conversa com outros usuários.

Por outro lado, quando se fala sobre os efeitos de todo esse cenário sobre a política externa, Grant (2004) concluiu que

⁸ Twiplomacy Study 2015. Disponível em: <https://twiplomacy.com/blog/twiplomacy-study-2015/>. Acesso em: 19 ago. 2018.

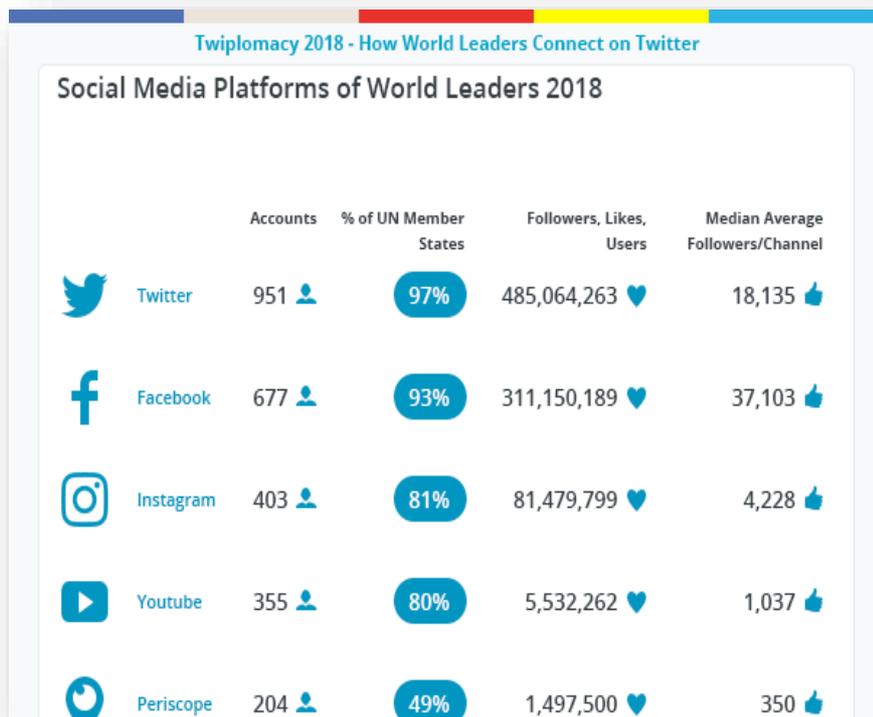
A internet tem seus efeitos em política externa como tem em qualquer outra área da política de governo. A tecnologia agora controla a maneira pela qual a informação flui ao redor do mundo. Isso permitiu que as notícias, as quais são a base material para política externa e para o modo que os governos interagem entre si, tornassem-se mais rápidas, mais prontamente disponíveis, e capazes de alcançar quase todas as partes do mundo. As interações dos governos, que são o propósito da diplomacia, estão sendo afetadas por esses desenvolvimentos de maneira significativa. O prospecto de mudanças ainda mais rápidas, e potencialmente de maior alcance, irá requerer que os ministros de relações exteriores sejam ágeis e informados em suas respostas. (GRANT, 2004, p. 8, tradução nossa).

Ou seja, diante de um contexto desafiador e de um mundo em que a interconectividade se faz cada vez maior, é de suma importância que líderes políticos saibam usufruir das novas oportunidades trazidas pela tecnologia para compartilhar mensagens, e, sobretudo, estabelecer suas respectivas agendas políticas.

O Twiplomacy Study de 2018⁹, lançado em julho, confirma essa percepção: é por isso que 97% dos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) possuem perfil oficial no Twitter. Apenas países como Laos, Mauritânia, Nicarágua, Coreia do Norte, Suazilândia, e Turcomenistão ainda não aderiram à plataforma social. O reconhecimento de que o Twitter é um canal de comunicação de tamanha importância se dá na quantidade de contas que o estudo supracitado conseguiu encontrar. Foram identificadas 951 contas pertencentes a chefes de estado e/ou de governo e ministros de relações exteriores de 187 países, sendo 372 contas pessoais e 579 contas institucionais. Com esses dados, o Twitter se configura como a rede social mais usada, em termos comparativos, por líderes mundiais.

⁹ Twiplomacy Study 2018. Disponível em: <https://twiplomacy.com/blog/twiplomacy-study-2018/>. Acesso em: 19 ago. 2018.

Figura 30 – Ranking das plataformas sociais mais usadas por líderes mundiais em 2018



Fonte: Twiplomacy Study 2018.¹⁰

O gráfico acima aponta também que, em média, as páginas de Facebook são mais populares que os perfis existentes no Twitter (37.103 likes por página, enquanto a média de seguidores pra cada conta do Twitter é de 18.135). Contudo, comprova-se, mais uma vez, que a rede social mais procurada por agentes políticos continua sendo o Twitter. Sendo a plataforma de tweets uma ferramenta que pode agregar muita influência, o relatório do Twiplomacy também traz em seu conteúdo a lista dos líderes mundiais mais seguidos.

¹⁰ Disponível em: https://twiplomacy.com/wp-content/uploads/2018/07/social_media_platforms_of_world_leaders_2018.png. Acesso em 20 ago. 2018.

Figura 31 — Líderes mundiais mais seguidos em 2018



Fonte: Twiplomacy Study 2018.^{11 12}

Indiscutivelmente, o perfil que tem causado o maior impacto no Twitter é o de Donald Trump, que conta com mais de 53 milhões de seguidores¹³. O uso que Trump faz dessa rede social será abordado mais profundamente no próximo capítulo. Entretanto, ainda em relação ao grá-

¹¹ Disponível em: https://twiplomacy.com/wp-content/uploads/2018/07/most_followed_world_leaders_2018.png. Acesso em: 20 ago. 2018.

¹² Os números referentes ao Papa Francisco compreendem a soma dos seguidores dos seus 9 perfis (em diferentes idiomas: árabe, inglês, francês, alemão, italiano, latim, polonês, português e espanhol) no Twitter.

¹³ Dado de agosto de 2018, período que sucedeu a divulgação do relatório Twiplomacy Study 2018.

fico acima, é interessante notar que a lista conta com o perfil presidencial oficial norte-americano (@POTUS), e logo abaixo o perfil da Casa Branca (@WhiteHouse); ou seja, apesar de existirem outras duas contas de governo oficiais, que poderiam servir como meio de comunicação dos Estados Unidos, o canal mais utilizado e de maior influência é a conta pessoal do presidente, ativa desde maio de 2009.

Considerado como vanguardista nesse campo, o Departamento de Estado dos EUA lançou em 2002, após o 11 de setembro a *Taskforce on eDiplomacy*, que no ano seguinte seria renomeada para *Office of eDiplomacy*. Segundo o site oficial do governo norte-americano, a missão desse escritório seria a de promover a diplomacia, fornecendo iniciativas eficazes de compartilhamento de conhecimento, orientações sobre como fazer convergir tecnologia e diplomacia, e consultoria de T.I. de primeira classe.¹⁴

As iniciativas e ferramentas do *Office of eDiplomacy* se dividem em oito: *Communities @ State* (encoraja o staff do Departamento a formar comunidades online com a finalidade de publicar informações, conectar-se com outras pessoas, e estimular discussões); *Corridor* (rede equivalente ao Facebook, porém usada somente por quem trabalha no Departamento); *The Current* (disponível na intranet não secreta do Departamento, permite que indivíduos obtenham uma gama de informações cujas fontes podem vir de dentro ou de fora do próprio Departamento, e funciona como um jornal online); *Diploopia* (assemelha-se ao Wikipedia, serve para criar uma ferramenta que possa servir de referência para o compartilhamento de conhecimento sobre o Departamento, bem como sobre seus programas, escritórios, e demais assuntos que interessem às relações internacionais); *Innovation Fund* (criado em 2011, apoia projetos transicionais que auxiliem no avanço de sistemas e práticas de T.I. dentro do Departamento); *SearchState* (permite que os funcionários do Departamento encontrem a informação necessária através de itens presentes em vários sites e bases de dados); *Virtual Student Foreign Service* (permite que universitários possam se comunicar com os escritórios nacionais do Departamento e com os postos diplomáticos dos Estados Unidos distribuídos ao redor do mundo, participando de um programa de estágio virtual com duração de nove meses); e *Virtual Fellows Program* (possibilita que o Departamento

¹⁴ IRM's Office of eDiplomacy. Disponível em: <https://www.state.gov/m/irm/ediplomacy/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

se beneficie da expertise de cidadãos norte-americanos, profissionais, que podem servir como consultantes, conselheiros, e pesquisadores).

Ainda no campo da relação existente entre a política norte-americana e mídias sociais, é interessante e importante saber que Barack Obama foi considerado como o “primeiro presidente das redes sociais”¹⁵. O ano em que Obama assumiu o cargo de presidente, em 2009, foi também o ano em que a Casa Branca entrou em várias plataformas digitais, como no Facebook, Twitter, Flickr, Vimeo, iTunes, e MySpace.

Inclusive, o ex presidente dos Estados Unidos realizou por diversas vezes fóruns públicos nos quais ele respondia a questões que haviam sido feitas por qualquer pessoa.

Figura 32 — Tweet da Casa Branca comunica sobre o town hall



Fonte: The White House: President Barack Obama.¹⁶

Um desses fóruns, nomeado “*Twitter Presents Townhall @ the White House*” foi realizado em julho de 2011 e considerado inovador; qualquer um poderia tweetar qualquer pergunta, desde que relacionada aos temas de emprego e economia, usando a *hashtag* “#AskObama” e, posteriormente, Obama as responderia através de uma transmissão online, diretamente da Casa Branca.^{17 18 19}

¹⁵ The Seattle Times. **Obama makes his mark as first ‘social media’ president.** Disponível em: <https://www.seattletimes.com/nation-world/nation-politics/obama-makes-his-mark-as-first-social-media-president/>. Acesso em: 21 ago. 2018.

¹⁶ Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/wh-twitter-townhall-tweet.png>. Acesso em: 30 ago. 2018.

¹⁷ The White House: President Barack Obama. **#AskObama at the First Ever Twitter @Townhall at the White House.** Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2011/06/30/askobama-first-ever-twitter-townhall-white-house>. Acesso em: 30 ago. 2018.

¹⁸ Twitter Presents Townhall @ The White House. Disponível em: <https://askobama.twitter.com/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

¹⁹ The White House: President Barack Obama. **President Obama @ Twitter Town Hall:**

Como podemos perceber, ações como essas indicam a preocupação dos Estados Unidos em se tornarem, também, uma potência no campo da diplomacia digital; não à toa, Barack Obama foi um líder com altos índices de popularidade nas redes sociais e, adicionalmente, os EUA puderam configurar-se como pioneiros na adoção e criação de ferramentas que fossem capazes de otimizar suas respectivas políticas, face à Era da Informação.

3 Análise teórica baseada nos estudos da Escola de Copenhague

Primeiramente, é importante que se reconheça que o termo “segurança”, quando tratado em caráter internacional, é distinto e tem um significado mais extremo, estando muito ligado às tradições da política de poder, diferentemente da segurança social, por exemplo. No campo da segurança internacional, uma *issue* se justifica a partir de um entendimento tradicional, nesse caso, relacionado a aspectos militares e políticos.

Para Buzan, Waever, e de Wilde (1998, p. 21, tradução nossa), “[...] a segurança é sobre sobrevivência. É quando uma *issue* é apresentada como impondo uma ameaça existencial a um determinado objeto referente.” No intuito de “especificar” o estudo, os autores declaram que não existe um padrão universal que defina o que se caracterize como uma ameaça à vida humana; portanto, as propriedades das ameaças existenciais irão variar.

Para tanto, essas peculiaridades são explicadas (1998, p. 22). No setor militar, o objeto referente é, em geral, o próprio Estado, podendo também ser outras entidades políticas. No setor político, as ameaças existenciais costumam ser definidas em termos de princípios constituintes do Estado (como soberania e ideologia). No setor econômico, os autores julgam os objetos referentes e as ameaças existenciais como sendo mais difíceis de serem definidos, já que as percepções sobre esses aspectos se diferenciam de acordo com a perspectiva (as empresas, por exemplo, se veem mais ameaçadas pela possibilidade de falência e por mudanças em

Economy, Jobs, Deficit, and Space Exploration. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2011/07/07/president-obama-twitter-town-hall-economy-jobs-deficit-and-space-exploration>. Acesso em: 30 ago. 2018.

leis que podem as tornar ilegais ou inviáveis, enquanto o mercado econômico raramente tenta securitizar a sua própria sobrevivência). No setor societal, o objeto referente encontra-se nas identidades coletivas, como nações e religiões. Assim como no setor econômico, há uma dificuldade em estabelecer exatamente quais são as ameaças. Contudo, o que se pode afirmar é que essas identidades coletivas sofrem evoluções e mudanças naturais, e tais transformações podem ser tidas como invasivas ou heréticas, com suas respectivas fontes sendo caracterizadas como ameaças existenciais (mas nem sempre é assim, já que alterações podem também ser aceitas como sendo parte do desenvolvimento de uma determinada identidade). No último setor, o ambiental, encontramos uma gama enorme de possíveis objetos referentes, mas que podem ser compreendidas e detectadas a partir de uma percepção de preocupações sobre a relação entre a espécie humana e o restante da biosfera, e se essa relação pode ser sustentada sem criar riscos às civilizações ou rupturas no legado biológico do planeta.

Teoricamente, há um “espectro da securitização”, na qual qualquer assunto público pode ser posto, variando entre os estágios de não politizado, politizado e securitizado (1998, p. 23). O caso de não politizado implica no entendimento de que o Estado não lida com o assunto e que não existe um debate público sobre isso. Quando o assunto é politizado, é porque faz parte da política pública e demanda decisões governamentais, além de alocação de recursos. No entanto, se o assunto é securitizado, a “ferramenta da securitização” ganha espaço a partir da seguinte noção: quando uma *issue* é securitizada, ela é retratada como uma ameaça existencial, necessitando de medidas emergenciais e podendo justificar ações que estão fora dos limites usuais dos procedimentos políticos; ou seja, essa *issue* pode ser considerada como um tipo especial de política ou até mesmo como estando acima das políticas.

Contudo, é importante que se saiba que a segurança, em si, é uma prática auto-referencial, o que tem como consequência o fato de que a exata definição e os critérios da securitização se dão de forma intersubjetiva e são socialmente construídos (1998, p. 24). Ou seja, algo pode ser visto como uma legítima securitização dentro de uma determinada comunidade política, enquanto que, em outra comunidade, essa não seja a mesma percepção. Mesmo assim, há como identificar uma securitização exitosa a partir de três componentes: ameaças existenciais, ações de

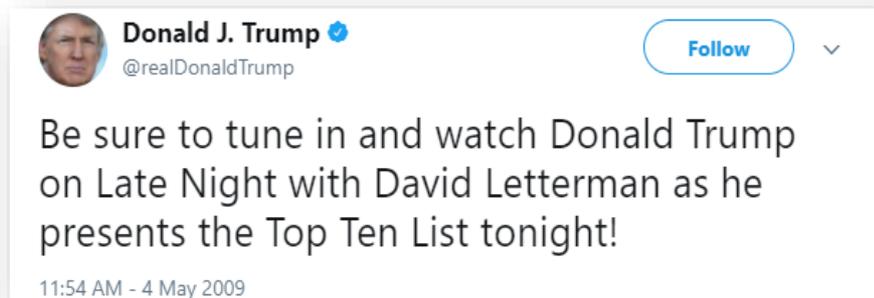
emergência e efeitos nas relações interunidades através da quebra de regras (1998, p. 26).

Devemos ressaltar que o discurso se caracteriza como um *securitizing move*, mas não como a securitização de uma *issue* em si. Não obstante, quem garante o sucesso do processo de securitização não é o *securitizer*, ao tentar impor a suposta importância da *issue*, mas sim a audiência dada ao ato de fala representado pelo discurso, ao aceitar a necessidade da securitização, o que constata mais uma vez a natureza intersubjetiva desse fenômeno. É por essa razão que o processo securitizador é visto como um *speech act*. Esse é o motivo para que o presente trabalho explore o discurso de Donald Trump, através de seus tweets (principal, mas não unicamente), com o intuito de verificar e perceber as tendências existentes na agenda de segurança norte-americana sob o seu comando, bem como suas respectivas consequências na arena da política internacional.

4 Donald Trump e o uso político do Twitter

Em 2009, Peter Constanzo, então chefe de marketing de Donald Trump, sugeriu que as mídias sociais poderiam ser usadas para chamar a atenção para o livro que Trump havia lançado, *Think Like a Champion*. Em maio do mesmo ano, Trump enviou seu primeiro tweet, promovendo sua aparição no programa Late Show with David Letterman.

Figura 33 – Primeiro tweet de Donald Trump



Fonte: Twitter.²⁰

²⁰ Disponível em: <https://twitter.com/realdonaldtrump/status/1698308935?lang=en>. Acesso em 22 dez. 2017.

Desde então, percebeu-se um aumento significativo na frequência com que Trump tweetava. De acordo com uma pesquisa da BBC²¹, até maio de 2011 ele se pronunciou na rede social pouco mais de 275 vezes, enquanto que em 2016 tuitou, em média, 375 vezes por mês. Nesse sentido, nota-se que suas postagens tiveram um papel importante no período que compreendeu a campanha presidencial.

Com o objetivo de ilustrarmos o uso político do Twitter por Donald Trump a partir de argumentos teóricos, abordaremos a seguir duas temáticas: migração e religião e a questão da construção do muro na fronteira entre México e EUA.

Em relação à questão migratória e religiosa, sete dias depois de sua posse, Trump assinou um decreto presidencial que impôs um bloqueio de 90 dias à entrada de viajantes de sete países (Irã, Líbia, Somália, Sudão, Síria e Iêmen), todos de maioria muçulmana, e um outro bloqueio, este de 120 dias, à entrada de todos os refugiados.²² Aqui, percebe-se que uma questão que foi muito debatida por Trump durante a campanha se tornou uma ação executiva, de fato. Porém, mais do que isso, essa ação sinalizou o que foi apresentado anteriormente como o processo de *securitização*. O próprio título da ordem executiva já acusa esse caráter, de ameaça existencial a um objeto referente: *Protecting the Nation from Foreign Terrorist Entry into the United States*. Todavia, o decreto foi bloqueado rapidamente em tribunal, e suas atualizações apresentadas em março (retirando o Iraque da lista anterior)²³ e em setembro (acrescentando cidadãos norte-coreanos, venezuelanos e chadianos)²⁴ foram frustradas, em algum nível, pelas autoridades judiciais. À época do bloqueio

²¹ BBC. **Trump on Twitter: A history of the man and his medium**. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-us-canada-38245530>. Acesso em: 22 dez. 2017.

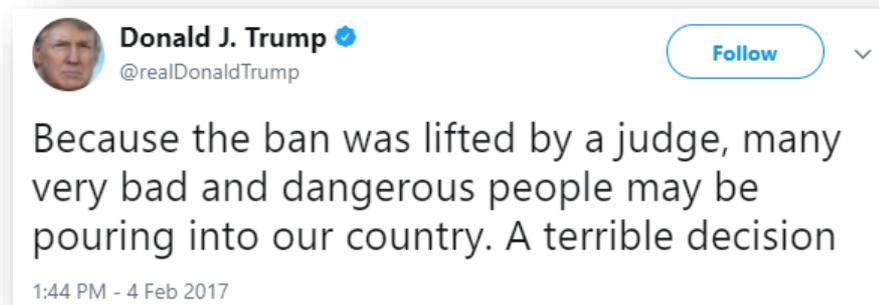
²² Federal Register. **Protecting the Nation From Foreign Terrorist Entry Into the United States**. Disponível em: <https://www.federalregister.gov/documents/2017/02/01/2017-02281/protecting-the-nation-from-foreign-terrorist-entry-into-the-united-states>. Acesso em: 26 dez. 2017.

²³ Federal Register. **Protecting the Nation From Foreign Terrorist Entry Into the United States**. Disponível em: <https://www.federalregister.gov/documents/2017/03/09/2017-04837/protecting-the-nation-from-foreign-terrorist-entry-into-the-united-states>. Acesso em 26 dez. 2017.

²⁴ White House. **Presidential Proclamation Enhancing Vetting Capabilities and Processes for Detecting Attempted Entry Into the United States by Terrorists or Other Public-Safety Threats**. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/presidential-proclamation-enhancing-vetting-capabilities-processes-detecting-attempted-entry-united-states-terrorists-public-safety-threats/>. Acesso em: 26 dez. 2017.

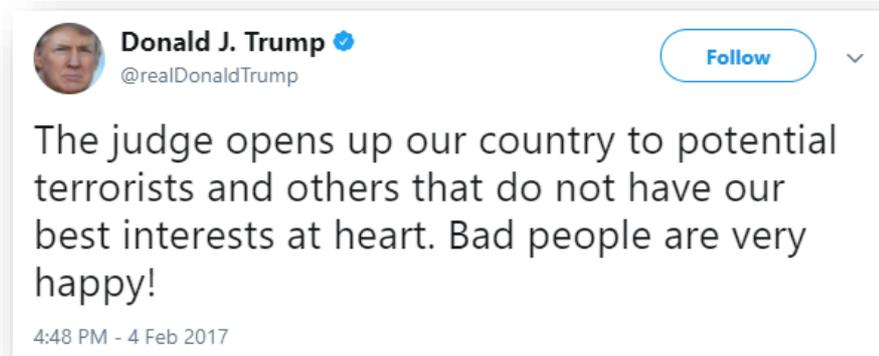
do primeiro decreto, Trump demonstrou sua insatisfação, novamente, no Twitter.

Figura 34 – Trump manifesta sua insatisfação diante do bloqueio de seu decreto presidencial



Fonte: Twitter ²⁵

Figura 35 – Trump manifesta sua insatisfação diante do bloqueio de seu decreto presidencial (Parte 2)



Fonte: Twitter ²⁶

Outro evento que ganhou grande repercussão e que demonstra esse sentimento anti-muçulmano ocorreu em novembro de 2017, quando Trump retweetou três vídeos que haviam sido postados no perfil de

²⁵ Disponível em: <https://twitter.com/realDonaldTrump/status/827996357252243456>. Acesso em: 26 dez. 2017

²⁶ Disponível em: <https://twitter.com/realDonaldTrump/status/828042506851934209>. Acesso em: 26 dez. 2017.

Jayda Fransen, líder de um grupo britânico de extrema direita, chamado *Britain First*. No primeiro vídeo, um suposto imigrante muçulmano ataca um jovem holandês que estava de muletas; o segundo vídeo mostra um homem quebrando uma imagem de Nossa Senhora, e teria sido filmado na Síria; o último vídeo mostrava o que seria um grupo de militantes islâmicos matando um homem. Os tweets foram marcados como contendo “material sensível” e não estão mais disponíveis.

Sobre essa temática, pode-se perceber que a linha de distinção entre religião e segurança é muito tênue na política de Trump. Ou seja, o ponto chave de análise está no fato de que o presidente dos Estados Unidos vê a comunidade muçulmana tanto como um ameaça de natureza religiosa quanto de natureza de segurança, algo que já podia ser percebido antes mesmo de tornar-se chefe da nação norte-americana.

Com relação à construção do muro na fronteira com o México, o presidente já se manifestou diversas vezes na rede social, inclusive quando era candidato ao cargo. Durante sua campanha, no último dia de agosto de 2016, Trump fez uma viagem inesperada ao México, para conhecer o presidente Enrique Peña Nieto. Entretanto, o norte-americano afirmou que ele e Peña Nieto não chegaram a discutir sobre quem pagaria pelo muro.²⁷ Mesmo assim, no dia seguinte, Trump tweetou que o México pagaria, sim, pelo tal muro, e logo foi refutado pelo presidente mexicano, que também se pronunciou através do Twitter.

Figura 36 — Trump afirma que o México pagará pelo muro

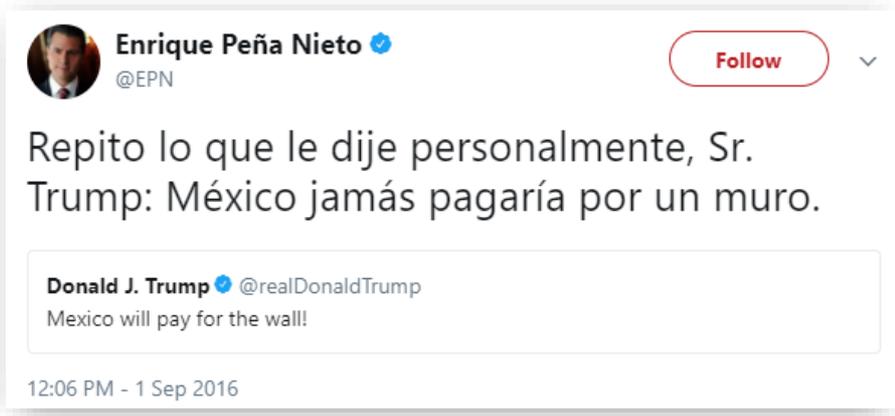


Fonte: Twitter.²⁸

²⁷ ABC News. Trump Says He 'Didn't Discuss' Border Wall Payment With Mexican President. Disponível em: <http://abcnews.go.com/Politics/donald-trump-holds-joint-press-conference-mexican-president/story?id=41770165>. Acesso em: 29 dez. 2017

²⁸ Disponível em: <https://twitter.com/realDonaldTrump/status/771294347501461504>. Acesso em: 29 dez. 2017.

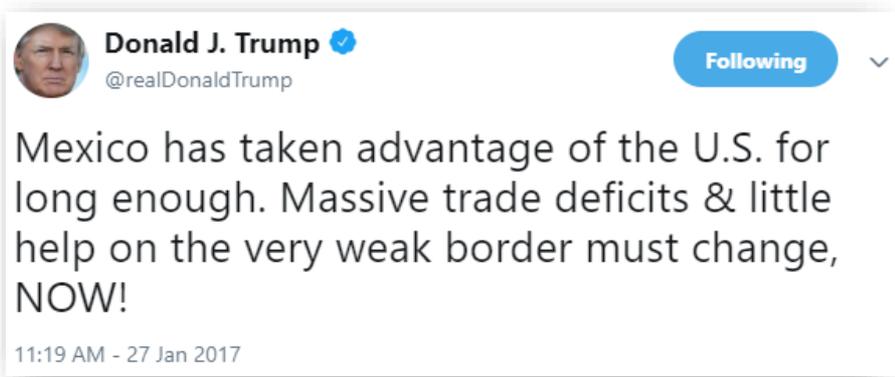
Figura 37 — Peña Nieto nega o pagamento do muro



Fonte: Twitter.²⁹

Em 25 de janeiro de 2017, apenas cinco dias após a posse, Trump, assinou uma ordem executiva que dava início ao fortalecimento do muro e bloqueava subsídios federais dados às cidades-santuário (lugares que oferecem “porto seguro” para imigrantes indocumentados)³⁰.

Figura 38 — Trump critica histórico das relações entre EUA e México



Fonte: Twitter.³¹

²⁹ Disponível em: <https://twitter.com/EPN/status/771423919978913792>. Acesso em: 29 dez. 2017.

³⁰ White House. Executive Order: Border Security and Immigration Enforcement Improvements. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/executive-order-border-security-immigration-enforcement-improvements/>. Acesso em: 30 dez. 2017.

³¹ Disponível em: <https://twitter.com/realDonaldTrump/status/824970003153842176>.

Especificamente sobre esse tema, ainda não foi possível reportar o acontecimento de algum fato que leve à constatação da existência de uma securitização. O que se pode afirmar é que essa é uma das pautas mais importantes em aspectos de segurança internacional e nacional para Trump, podendo, por ora, ser classificada como politizada, o que significa dizer que essa questão faz parte da política pública, requerendo decisão governamental e alocação de recursos ou, em casos mais raros, alguma outra forma de governança comum (BUZAN; DE WILDE; WAEVER; 1998). Todavia, isso não indica que esse assunto não possa futuramente ser securitizado, tendo em vista as recentes crises que separaram famílias com membros imigrantes que haviam cruzado a fronteira e estavam nos EUA ilegalmente. Essas diretrizes foram adotadas em abril e, após a repercussão negativa que causaram, foram suspensas no dia 20 de junho, por período indeterminado.³² Além disso, faz-se importante observar o desenrolar das futuras relações entre Estados Unidos e México, por conta da troca de presidentes no país latino americano; quem assume no lugar de Enrique Peña Nieto, em 1º de dezembro, é o líder social Andrés Manuel López Obrador.

Considerações Finais

Donald Trump está à frente da — ainda — maior potência mundial. Sendo assim, cada ação que toma e cada opinião que emite é capaz de influenciar toda a política internacional. O diferencial de sua gestão está na maneira em que se pronuncia e que se comunica: Trump faz um amplo uso de mídias sociais, sendo o Twitter a principal delas. Através disso, este trabalho procurou observar e analisar alguns temas que ocupam, para Trump, um lugar prioritário em sua agenda quando o assunto é segurança.

Para tanto, construímos e apresentamos uma discussão traçada desde o início do processo de incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação à área de estudos das Relações Internacionais, mesmo antes do surgimento das mídias sociais, que são um elemento chave em

Acesso em: 29 dez. 2017.

³² The New York Times. **Trump Retreats on Separating Families, but Thousands May Remain Apart.** Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/06/20/us/politics/trump-immigration-children-executive-order.html>. Acesso em: 15 jul. 2018.

nosso trabalho. Mostramos também o quão importantes são essas mídias, que se tornaram um poderoso instrumento de política externa, sendo adotadas por praticamente todos os líderes mundiais. Ao final do nosso trabalho, comprovamos que o aporte teórico da Escola de Copenhague é uma valiosa e interessante ferramenta de análise quando se quer estudar a agenda de segurança norte-americana, mesmo se a fonte do discurso se der em forma de tweets, algo até então inusitado.

De toda forma, é necessário lembrar que o mandato do empresário norte-americano ainda não acabou, o que significa que os temas trazidos aqui são todos muito atuais e que ainda podem gerar vários desdobramentos, sem falar que novas questões podem ser adicionadas à agenda securitária dos Estados Unidos. Desta forma, podemos afirmar que o tempo se faz um elemento primordial para que possamos observar os possíveis e os atuais processos de securitização. Em outras palavras, temas que por ora são considerados apenas politizados podem vir a ocupar, por exemplo, a posição mais extrema da politização: a securitização; e o percurso contrário também pode acontecer. Finalmente, podemos concluir que a tecnologia trazida pela Internet e pelas próprias redes sociais, como foi possível ver no decorrer deste trabalho, é e continuará sendo de suma importância para o delinear e o acompanhamento dos rumos da política internacional durante o governo de Donald Trump.

Referências

ADESINA, Olubukola. **Foreign Policy in an Era of Digital Diplomacy**. *Cogent Social Sciences*, vol. 3, issue 1, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/23311886.2017.1297175>. Acesso em: 19 mar. 2018.

DER DERIAN, James. **The Question of Information in International Relations**. *Millenium: Journal of International Studies*, vol. 32, issue 3, 2003, p. 441-456.

GAINOUS, Jason; WAGNER, Kevin M. **Tweeting to Power: the social media revolution in American politics**. New York, Oxford University Press. 2014.

GILBOA, Eytan. **Global Communication and Foreign Policy**. *Journal of Communication*, vol. 52, issue 4, 2002, p. 731-748. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1460-2466.2002>.

tb02571.x. Acesso em: 10 jun. 2018.

GRANT, Richard. **The democratisation of diplomacy: negotiating with the Internet**. Oxford Internet Institute, research report n. 4, 2004. Disponível em: <https://www.oii.ox.ac.uk/archive/downloads/publications/RR5.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2018.

NARBONA, Juan. **Digital leadership, Twitter and Pope Francis**. Church, Communication and Culture, vol. 1, 2016, p. 90-109. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311356243_Digital_leadership_Twitter_and_Pope_Francis. Acesso em: 20 ago. 2018.

NYE, Joseph. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo, Editora Gente. 2009.

ROTHKOPF, David. **Cyberpolitik: The Changing Nature of Power in the Information Age**. Journal of International Affairs, vol. 51, n. 2. 1998, p. 325-359. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/24357498?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 25 maio 2018.

VALENTE, Leonardo. **Política Externa na Era da Informação**. Rio de Janeiro, Revan. 2007.

WAEVER, Ole; BUZAN, Barry; WILDE, Jaap de. **Security: a New Framework for Analysis**. Londres, Lynne Rienner Publishers. 1998.

WEISS, Charles. **Science, technology and international relations**. Technology in Society, vol. 27, 2005, p. 295-313. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/251513060_Science_Technology_and_International_Relations. Acesso em: 25 abr. 2018.

“SOMOS A NOVA MPA”: A AUTOAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE PERIFÉRICA DO RAP AMAPAENSE COMO GÊNERO MUSICAL

Wesley Vaz Oliveira¹

Gláucia Maria Tinoco Barbosa²

OS GRIOTS DO TERCEIRO MILÊNIO: fusões culturais em novas conexões

Como passo inicial, ressalta-se que ainda não é possível traçar com exatidão o surgimento da cultura Hip Hop somente por uma única versão, visto que, conforme afirma Souza (2011, p.58), “autores como Gilhoy (2001), Hall (2003) e Canclini (2005), concordam com a ideia de que não existe apenas uma única história do hip hop”. Entretanto, uma das correntes mais expressivas assinala o bairro do Bronx como o *locus* do seu surgimento, visto que o movimento consolida-se como cultura e obtém reconhecimento social e político nos anos de 1980.

Entre o período de 1930 até 1960, numa dinâmica social fincada em reformas urbanas, como fruto das mudanças na sociedade pós-industrial, a reestruturação urbana no bairro do Bronx gerou uma acentuada segregação social a qual várias famílias, principalmente os despossuídos no distrito nova-iorquino - jovens negros, hispânicos e imigrantes de origem italiana e irlandesa, foram atingidas pelo descaso social e negligenciadas no universo do “desgosto humano”³. Com efeito, inúmeros problemas sociais, como, por exemplo, a desigualdade social, o racismo, o tráfico, a pobreza etc., ditavam o cotidiano em que esses jovens estavam imersos.

¹ Graduado em Sociologia pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: wesleyvzoliviera@gmail.com

² Orientadora. Professora do curso de Ciências Sociais na Universidade federal do Amapá. E-mail: glauciatinoco@gmail.com

³ Naquele período, essa era a denominação que a população nacional designava para o bairro do Bronx.

No final de 1960, as mazelas sociais se intensificam juntamente com os confrontos no âmbito das questões inter-raciais.

O Hip Hop é um movimento originário de uma época em que proliferaram grandes discussões sobre os direitos humanos e, na ordem dos fatos, os marginalizados nos guetos norte americanos se articulavam para fazer valer o espírito da luta social que se estabelece naquele contexto; a luta pelo reconhecimento. (ALVES, 2011, p. 117).

Assim, as questões de ordem humanitária, bem como a luta social pela cidadania, ganharam cores acentuadas nos discursos e pautas de enfrentamento dos movimentos sociais, sobretudo, com o surgimento de lideranças expressivas do movimento negro, tais como: Martin Luther King, Malcom X, Angela Davis, Rose Parks, e grupos como os Black Panthers⁴. Logo, indissociavelmente, a consciência política gestada pela luta dos movimentos sociais na luta civil exerceu forte influência na formação sócio-política nos primeiros integrantes do movimento Hip Hop.

Neste sentido, em face das problemáticas sociais, os jovens negros e imigrantes buscaram ressignificar as práticas sociais que ditavam negativamente o seu cotidiano. Para além do lazer e o entretenimento, os mesmos começaram a ocupar as ruas do Bronx, promovendo festas e, por intermédio da música, a pintura e a dança, buscaram contestar e denunciar as repressões sociais a qual estavam submetidos.

Tendo como proposta conter a violência praticada no e contra o gueto, o hip hop toma como meios de expressão a própria linguagem daquilo que combate, como forma de contestação. [...] É a cultura organizando-se em movimento político e se estabelecendo como instrumento de mudança social. É a pontuação de um processo de motivação, autoafirmação de sua existência, como forma de enfrentamento às dificuldades que os desafiam no cotidiano do gueto. (ALVES, 2011, p. 121).

O acesso ao universo cultural do Hip Hop, para os jovens pobres dos

⁴ Conhecido como o Partido dos Panteras Negras, tratavam, em suas pautas, sobre a necessidade da organização grupal e da necessidade dos estudos para combater o preconceito e o racismo.

guetos nova-iorquinos, criou possibilidades para um novo sentido existencial. Por exemplo, nesse tempo e espaço, existiam constantes confrontos por território, o que impulsionava os indivíduos a se organizarem em gangues, o que, por sua vez, fomentava a violência e o medo social. Dessa forma, o que antes eram combatidos com violência, agora, na órbita do Hip Hop, era canalizado em disputas de dança, poesia e música, conforme afirma Andrade (1999, p. 26), “O Hip Hop foi criado e continua com o propósito de canalizar as energias que poderiam estar voltadas a criminalidade centralizando-se nas produções artísticas”.

As primeiras rotas aproximativas da cultura Hip Hop no município de Macapá manifesta-se na década de 1980, período a qual o território da juventude transitava tanto nas praças centrais, tais como nas Praça Izaac Zagury⁵ e a Bandeira⁶, bem como nas sedes e clubes da cidade, tal como a Star Night Club, o Círculo Militar, o Trem Desportivo, Macapá Esporte Club etc. As tertúlias, denominação atribuída aos encontros estabelecidos nesses lugares sobreditos, eram espaços atrativos para os grupos de jovens que buscavam curtir as experiências que a época possibilitava, como a dança.

No período supracitado, os jovens tinham como principais influências para dançar, o vídeo clip do Michael Jackson “Thriller”⁷, o filme “Breakdance” e os embalos da novela “Dancin Days”.

Meu primeiro contato: eu assistir um filme chamado “Breakdance” no natal de 89 pra 90. Mesmo já vendo “Os Cobras Verdes”, assistir ao filme despertou muito mais. Quando a gente iniciou o movimento do hip hop em Macapá, foi por acaso, pois o que a gente queria mesmo era dançar, ninguém tinha uma consciência política que o movimento tem hoje, pelo menos eu dançava break porque não tinha menudo preto. O movimento não tinha divisão como: rap, grafite, dj, era só moda e a vontade de dançar. (Informação Verbal⁷).

Nota-se, que o entretenimento, a diversão e os laços de sociabilidade proporcionados nos encontros para dançar, eram praticados sem a cons-

⁵ Atual Praça do Côco, localizada no bairro central da cidade de Macapá.

⁶ Praça localizada no bairro central da cidade de Macapá.

⁷ Entrevista realizada pelo autor com o Entrevistado 01, integrante do movimento hip hop desde o final da década de 80, no dia 06/02/2019, em Macapá-Ap.

ciência social, política e cultural de ser um dos elementos da cultura. Assim, tampouco existia a divisão dos quatro elementos, pois de acordo com Quaresma (2016, p. 12), “o elemento break foi a primeira expressão artística do hip hop a surgir no município de Macapá, porém, os próprios praticantes do break não sabiam que ele fazia parte desta cultura de rua, era apenas uma questão de dança mesmo”.

Em meados da década de 80, surge o primeiro grupo de dança de rua em Macapá denominado “Os Cobras Verdes”. Composto basicamente por jovens negros do bairro Lagunho, eles foram os pioneiros no estilo, passando a fazer apresentações em várias festas da cidade, sendo a praça da Bandeira o ponto de encontro principal do grupo (JACKSON, 2014). Em seguida, surgiram outros grupos de *break*, a título de exemplo, os “Demônios do Break”.

O primeiro grupo de rap surge no final da década de 90, o Clã Revolucionário Guerrilha Verbal – CRGV, que influenciou o aparecimento de outros grupos no estado tal como criou características próprias para o Rap produzido no Amapá.

O que me inspirou mesmo foi ouvir “Pororoca Sonora”, a partir do momento que eu vi o C.R.G.V cantando foi outra fita, porque eles contavam do nosso jeito, e pra gente que absorvia muita coisa de fora como o Racionais e tudo mais e que também influenciou, era tudo muito original. Tu via, pow, os caras tão fazendo um rap regional mesmo, com as nossas gírias, falando da cultura local e tudo mais, por isso o C.R.G.V foi um divisor de águas. Os caras fizeram revolução tanto na música como nas atividades sociais que eles proporcionavam nos encontros da época, essa galera que mobilizava, seja em Santana, seja aqui. Tinha muita troca de ideia. Aí pensei comigo, pow, no dia que eu fizer um som vai ser meio nessa ideia, entendeu, da gente falar do nosso jeito e que cause impacto. (Informação Verbal⁸).

A “Pororoca Sonora” mencionada no título dessa seção, refere-se a uma das primeiras músicas do grupo e no estado do Amapá. O termo “Pororoca” é empregado em alusão a um dos fenômenos naturais mais conhecidos que acontecia estado, a Pororoca, produzido pelo encontro

⁸ Entrevista realizada pelo autor com o Entrevistado 02, um dos cofundadores do grupo Máfia Nortista, no dia 17/04/2019, em Macapá-Ap.

das águas do rio Araguari com a do Oceano Atlântico, ocasionando estrondosas ondas que chamavam atenção do mundo, especialmente, dos surfistas.

No universo de significados da música, a “Pororoca” configura-se em uma outra semântica, evidenciando diversos elementos que ditavam a tônica do cotidiano e da interpretação de mundo dos *MCs*:

É isso aí é a Pororoca, é o som que apavora
é a cultura nortista, que vem chegando agora
pra mostrar, pra falar a real desse lugar
Que faz a estrutura do sistema abalar
[...]
Destruindo o preconceito trazendo o respeito
Que faz morrer a dor, que faz nascer o amor
É a voz do oprimido mostrando o seu valor
É a ira do povo contra o povo opressor
[...]
Poroca sonora é o som que apavora
é o clamor do ribeirinho que não está sozinho
é a guerreira vó Venina entoando o seu ladrão
tem Sacaca tradição[...]⁹

Como é possível notar, na lógica da canção, a “Pororoca” é canalizada nas contundências dos protestos e denúncias sociais, protagonizado por jovens periféricos, que resistem às mazelas sociais na qual estão imersos e utilizam o rap como veículo de inconformismo social e, ao mesmo tempo, se autoafirmando e valorizando o seu lugar de fala: a cultura nortista e a periferia. Torna-se imperioso atentar para o impacto almejado pelo grupo ao dizer que sua música “faz a estrutura abalar”, pois expressa, a potencialidade artística e transformadora que a mesma pode alcançar no cenário social.

Na letra acima, também se observa o regionalismo incorporado na estrutura da música, ao citar, por exemplo, a “Vó Venina entoando o seu ladrão”. Nesse trecho, a referência central é a cultura do Marabaixo¹⁰,

⁹ Música intitulada “Pororoca Sonora” do grupo de Rap amapaense C.R.G.V (Clã Revolucionário Guerrilha Verbal), no final da década de 90. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LSNITrTyPKY>. Acesso em Mar. 2019.

¹⁰ No dia 08/11/18, o Marabaixo foi registrado como Patrimônio Cultural do Amapá pelo

interpretado e incorporado como um majestoso elemento de resistência contra a escravidão; possuindo uma dança, um ritmo e uma sonoridade singular, é a mais autêntica manifestação negra do Amapá, que se realiza a partir do domingo de Páscoa. Vó Venina foi uma das grandes expoentes da cultura, reverenciada até hoje, ao passo que o “ladrão” diz respeito ao Ladrão do Marabaixo, visto que, de acordo com Jackson (2014, p.86), “é o canto improvisado e rimado pelo contador, que aborda um tema geralmente relacionado ao seu cotidiano”.

Além de mencionar elementos da cultura local, nota-se na narrativa do rap, também, uma dimensão central constituinte da matéria prima para a criação de sua música, o lugar.

A fonte que alimenta a criação cultural e artística dos integrantes do movimento é o lugar em que moram, são as “comunidades” que frequentam e onde estão seus amigos, é a cidade desigual e contraditória em que vivem. O manancial artístico e cultural é alimentado pelas experiências do cotidiano: o lugar de moradia, a vizinhança, o encontro com os amigos, o futebol no fim de semana. (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 101).

Dessa maneira, a linguagem do lugar evidencia uma íntima relação do processo artístico, cultural e político onde o rap se desenvolve. Se nos Estados Unidos esse lugar eram os guetos munidos de problemáticas sociais; no Brasil, são as periferias, os conjuntos habitacionais e as favelas. O localismo, portanto, demarca uma característica crucial de inspiração para a elaboração do questionamento político, como é possível notar, a saber:

Eu não acho que o rap amapaense tenha uma característica única, ele é um rap diversificado, por exemplo, eu não sei como é que tá agora o rap dos Cóngós, mas na minha época, o rap do congos ela era um rap do Congós. Um rap amapaense dos Congós, eles tinham esse apelo muito grande nas rimas, “é os loucos da ponte é nós mesmos, é os loucos das pontes chegando de peso, demoro é nós das pontes dos Congós”. (Informação verbal¹¹).

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

¹¹ Entrevista realizada pelo autor com o Entrevistado 03, Mc e integrante do movimento hip hop na cidade de Macapá, no dia 13/03/2019, em Macapá-Ap.

O bairro do Congós fica localizado na região sul de Macapá, dado que as músicas produzidas nesse local denotam suas características peculiares, ou seja, os discursos contidos nas letras expressam o que é observado e experienciado naquele espaço social, em razão disso pode-se encontrar narrativas tanto semelhantes quanto destoantes. De todo modo, este fato elucida o caráter plural das produções musicais e culturais no rap amapaense.

O CENÁRIO MUSICAL E CULTURAL AMAPAENSE: o rap e a música popular amapaense

No cenário amapaense, tanto do ponto de vista musical quanto cultural, as duas grandes expressões incorporadas como a Música Popular local são o Marabaixo e alguns músicos popularmente conhecidos como os representantes da MPA (Música Popular Amapaense). O primeiro, como já foi citado na seção anterior, é uma autêntica manifestação cultural afro-amapaense, sendo símbolo de resistência, identidade e tradição da cultura negra.

A MPA, por sua vez, é caracterizada por apresentar, na sua narrativas e sons, os modos de vida do povo amapaense, sendo reconhecida como uma música de qualidade, representando, de maneira poética, as especificidades da cultura local.

A mensagem é: somos assim, vivemos dessa forma e temos essa postura diante da vida, e daí? Mostrando o lugar do Amapá no Brasil e as especificidades locais, chamando atenção para as características indígenas e africanas, a música feita aqui parece que responde objetivamente a pergunta: o que significa ser amapaense?. (PINTO, 2016, p.104).

Essa interpretação da música popular amapaense é a predominante e a que prevalece no pensamento local, tendo como os seus representantes o Zé Miguel, Nivito Guedes, Amadeu Calvalcante, Osmar Júnior, Val Milhomen etc., também tem os denominados como a “nova geração” da MPA, como é o caso do João Amorim, que lançou o clip da música “Passa Tchonga”, repercutindo no âmbito local e internacional. Esses artistas mantêm um certo prestígio pela sociedade amapaense e são aceitos como os representantes da cultura local, o que corrobora para uma

maior abertura para a participação nos grandes eventos artísticos na cidade.

A enquête organizada pelo G1 Amapá para o aniversário de 258 anos de Macapá¹² consubstancia essa identificação com os artistas sobreditos. Na referida reportagem, concorreram cinco canções que retratam a cidade de Macapá, a saber: “Meu Endereço”, na voz de Zé Miguel; “Minha Cidade” na voz de Banca Placa; “Coração Tropical” na voz de Amadeu Cavalcante; “Vem conhecer Macapá” na voz de Finéias Nelluty; e “Tô em Macapá” de Nivito Guedes. Aqui, é possível constatar a ausência da música do gênero rap, o que nos impulsiona para uma indagação inquietante e pertinente: para quais públicos essas músicas são destinadas e por que o rap não foi incluso como uma possibilidade de representação de Macapá?

A música “Tô em Macapá” foi eleita como a representante do povo amapaense, obtendo 32% dos votos.

Quer saber
Onde eu tô?
Tô no norte do Brasil
Eu tô em Macapá

Dançando marabaixo
Tomando gengibirra
Coisas da nossa origem
Tô falando do curiaú
Tô no trapiche fortaleza e no quebra mar
Saboreando um sorvete de cupuaçu
Eu tô no meio do mundo
Do norte para o sul
Indo pra fazendinha comer camarão no bafo
Na volta rampa santa inês ou praça Zagury
Comer um charque com farinha e açaí

É um paraíso na terra
E nada igual aqui
Tenho um amor do lado

¹² Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/02/em-macapá-e-eleita-musica-que-representa-capital-amapaense.html>. Acesso em Mar. 2019.

Tô apaixonado por ti
Arrepiado quando vejo este lugar
Alucinado com as ondas desse rio-mar [...] ¹³

Na letra acima, entende-se um olhar sobre a cidade que valoriza os pontos turísticos (conhecidos por cartões-postais), como o Trapiche Fortaleza, a Fazendinha, o meio do mundo (Monumento Marco Zero – Linha do Equador), o Rio Amazonas, bem como as expressões culturais locais. A vida se desenvolve sob a ótica contemplativa, representada pelo sujeito que se orgulha de estar na região norte, participando das expressões culturais e desfrutando da alimentação típica da região, ao passo que os aspectos da natureza ganham cores reluzentes quando se misturam com os pontos turísticos, o que torna a vida mais “leve” e tonifica o amor pelo lugar, transformando a cidade de Macapá em “um paraíso na terra”.

Alguns aspectos constituintes da dinâmica social e política do povo amapaense não são elencados na canção, tais como a pobreza, a criminalidade e a realidade da população que mora em bairros periféricos. De acordo com essa lógica interpretativa, a “Macapá” representada pela MPA confere valores as “coisas boas”, do “bom gosto”, usufruindo de lugares encantadores, interpretando a realidade pelo viés romântico e brando. E essa foi a narrativa que mais definiu o povo amapaense, conforme a pesquisa da fonte citada.

A partir de agora deter-nos-emos na análise da narrativa defendida pelo Rap, ou seja, qual é a “Macapá” retratada pelos Mcs em suas composições e porquê eles se afirmam como a “Somos a Nova MPA”. A priori, se partimos do pressuposto de que a “música popular” é aquela feita pelo povo seria um posicionamento diletante não considerar o rap como representante dessa vertente musical, pois os integrantes do gênero fazem parte da população. Entretanto, o nosso enfoque é a identificação do povo com a música, o que sobressai uma abordagem unicamente conceitual.

Um dos grupos que vem se destacando no cenário musical amapaense, principalmente na chamada cena independente, é o grupo Máfia Nortista, composto por cinco Mc’s - Pretogonista (Mc), Chicão (Mc), Mano cito (Mc), Nata VL (Mc), Branco Rima Nortista (Mc) e RJ

¹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mpdqwe47ps8>. Acesso em Mar. 2019.

(Mc/Produtor). O grupo tem a *Nóis Pur Nóis Record's* como gravadora e em suas músicas, em geral, tratam de assuntos como o anti-racismo, lazer, amor, anticonsumismo, amizade, autoestima, valorização regional, independência. As suas produções tendem a mesclar o Rap com o Soul, Funk, Marabaixo, Reggae, Bolero e o Reggaeton.

O vídeo clip da música “Macapá Quebrada” não só projetou como popularizou o grupo no cenário musical local e regional. Divulgado em 2016, o trabalho audiovisual ficou conhecido pela forma que foi produzida, de maneira independente, com a filmagem do aparelho celular Samsung galaxy J7 e pelo direcionamento temático e representativo que propôs em sua narrativa e produção musical - o inverso dos cartões-postais de Macapá¹⁴. No mesmo ano, o videoclipe ganhou o Prêmio Gengibirra de Audiovisual da Mostra Fôlego promovido pelo FIM¹⁵ (Festival Imagem-Movimento).

Em 2017, o grupo foi citado na matéria no site G1 intitulada “Rio Amazonas, Pontos Turísticos e Periferia de Macapá inspiram Músicas”¹⁶, que buscou evidenciar músicas já consagradas no âmbito local e apresentar, também, as novas produções. Torna-se fecundo, para se compreender o que os integrantes da cultura expõem como Música Periférica Amapaense, analisar a letra da música da música em questão.

É Macapá Quebrada vem conhecer o meio do mundo
Foco principal pra mudar de assunto
Do que acontece, as notícias, os jornais
Um filme de terror baseado em fatos reais [...]

Governo resume a cidade em cartão postal
Vai vendo os moleques tão na vida criminal
Pipoca, paulada, facada, assalto rola por aqui
Macapá Quebrada infelizmente é assim

Ponte, baixada, Macapá Quebrada
Bregoso na alta, Macapá Quebrada

¹⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FwcskDMybZA>. Acesso em Mar. 2019.

¹⁵ Festival independente de audiovisual realizado anualmente desde 2004 em Macapá-AP.

¹⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2017/02/rio-amazonas-pontos-turisticos-e-periferia-de-macapá-inspiram-musicas.html>. Acesso em Mar. 2019.

Igreja e bocada, Macapá, Macapá Quebrada
O que o RAP relata, Macapá Quebrada
Sofrida, mas viva, Macapá Quebrada
Josés e Marias, Macapá Quebrada
Esperança na lida, Macapá Quebrada
O que o RAP assina, Macapá Quebrada[...]¹⁷

A música inicia harmonicamente com elementos do batuque (tambor) em sua base musical, sendo seguida pela voz que entoia, enfaticamente, “Macapá Quebrada”, antecedendo o primeiro verso. Se na música de Nivito Guedes Macapá é apresentada e incorporada como um “paraíso”, no rap ela é vista como “Quebrada”, é a periferia na sua particularidade intrínseca, munida de mazelas sociais. Na primeira estrofe o Mc convida o ouvinte para conhecer a lógica social que paira a “Quebrada”; o seu lugar, a periferia. Em contrapartida aos modos de vida contemplativo da MPA, na linguagem da música a população está imersa na pobreza, violência e criminalidade, na qual o objetivo de quem mora nesse lugar transita entre resistir e sobreviver.

Na letra ecoa uma premissa que descontrói um recorte absorvido, isolado e místico, mostrado para o público ouvinte da MPA: os cartões postais de maneira branda. O panorama relatado é o clamor de uma população desamparada pelos órgãos estatais e mesmo assim sobrevive, tendo o rap como instrumento que assume essa responsabilidade social: denunciar as injustiças para com os seus e demonstrar a história e o cotidiano de uma parcela da população que, na ótica do governo e da MPA, é escamoteada.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como passo inicial, realizou-se o levantamento das produções científicas referentes a história do Hip Hop e o Rap, bem como a pesquisa documental com a apreensão de informações de matérias de jornais, sites e redes sociais. Como enfoque metodológico fundamental, utilizou-se a pesquisa qualitativa, na qual a interação do pesquisador com os sujeitos sociais estudados é crucial.

¹⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2017/02/rio-amazonas-pontos-turisticos-e-periferia-de-macapá-inspiram-musicas.html>. Acesso em Mar. 2019.

Neste sentido, esse foi o caminho que estipulamos, principalmente, quando enfatizamos a relação harmoniosa da abordagem dos Estudos Culturais com a pesquisa qualitativa, dado que o viés qualitativo se dedica a trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (SILVERA; CÓRDOVA; apud MINAYO, 2009).

Optou-se, como instrumento de coleta de dados a entrevista com perguntas abertas, em função da possibilidade de o entrevistado falar sobre o tema sem ser prender à indagação formulada. De acordo com o Minayo (2016), a entrevista tem como a matéria-prima a fala de alguns interlocutores, que é realizada por iniciativa do entrevistador e sempre dentro de uma finalidade, objetivando construir informações pertinentes para o objeto de pesquisa.

“DISCUTIR COM IGNORANTE É CONCORDAR COM O QUE ELE FALA”: estigmatização no Rap amapaense

Em nível nacional é sabido que uma parcela do rap – principalmente a denominada “Nova Escola” - já tenha ingressado na indústria da música e do entretenimento, obtendo prêmios musicais e adquirindo destaque em grandes emissoras de TV. Nesse contexto, podemos citar o Emicida e Criolo como grandes MCs em destaque no mundo da música. Este fato possibilitou, junto com a apropriação da internet, a popularização do gênero musical para outras classes sociais e seu consumo por quem não é da periferia, porém, julgamentos pejorativos que historicamente permeiam o Rap e a cultura Hip Hop em geral ainda persistem e influem para uma percepção distorcida do mesmo.

Na cidade de Macapá não é diferente. O grupo Máfia Nortista e o Mc Pretogonista estão em destaque no cenário musical amapaense, produzindo discos, videoclipes, ganhando prêmios regionais na cena independentemente e com forte atuação na internet. Apesar disso, ainda há entendimentos equivocados sobre o Rap amapaense. Para um dos Mcs do grupo Máfia Nortista, apesar do empenho dos rappers e grupos em produzir músicas de alta qualidade, o estereótipo ainda opera nas relações profissionais, o que torna um empecilho para a participação do gênero

em grandes eventos na cidade.

A gente já chega como os intrusos do bagulho, por exemplo, na primeira vez que a gente foi se inscrever, eu falei o nome do grupo no evento, a moça tomou um susto: “Poxa, Máfia Nortista...Máfia Nortista, por que?” Ela deu um pulo, eu disse: “sim, é Máfia Nortista o nome do meu grupo”. Eu falei olha se tu for ver o nome de umas bandas aí, são nomes bem sugestivos e acho que você não teria a mesma reação, por exemplo, a banda de brega AR-15 é o nome de uma metralhadora, você teria a mesma reação? Ela disse “Ah, não, Máfia é pesado”, eu disse e tu não acha pesado Ar-15? “ah, não, não sei o que”. Daí tu já vê o quanto seria dificultoso a gente participar desse bagulho. (ENTREVISTADO04).

Segundo o Mc, quando o evento ocorre na periferia, a aceitação e a recepção pelo público é acolhedora, todavia, quando trata-se de grandes programações culturais na cidade, a tônica não é a mesma. Conforme o exposto, nota-se a indignação do Mc em função do nome de seu grupo ser estranhado pela organização do evento, que interpretou de forma pejorativa o “Máfia”. Em contrapartida, o Mc hesitou indagando o fato da Banda Ar-15 do ritmo musical Tecnomelody (também conhecido por Melody Batidão) - que expressa o nome de uma metralhadora, não ser contestado e, além disso, ser tratado com normalidade, atitude esta que, para ele, também deveria servir para o Rap.

A resistência da organização do evento em não aceitar a identidade do Rap desencadeou numa avaliação depreciativa do mesmo, e é nesse sentido que apresenta o estigma. Distante de ser um fenômeno social manifesto unicamente na contemporaneidade, desde a Grécia Antiga os gregos já o utilizava como uma forma de demarcar e evidenciar, através de aspectos corporais, uma característica do status moral da pessoa. Deste modo, historicamente a sociedade buscou maneiras de estabelecer atributos e categorizações com intuito de confirmar a normalidade para um determinado grupo, ao passo que ao diferente, confinou-se o estigma.

Assim, ao esperar determinados atributos de alguém em certos lugares; essa expectativa perante o outro é denominada por Goffman (1981), como a identidade social virtual, à medida que, os atributos reais do indivíduo, é chamada de identidade social real. Quando ocorre uma disso-

nância entre essas duas identidades, o sujeito passa a ser desacreditado, como foi o caso do grupo Máfia Nortista.

Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1981, p.6).

Diante do exposto, compreende-se que a identidade social virtual estabelecida pelos organizadores do evento foi para os gêneros predominantes ou os mais aceitos pelo público no estado, como é o caso da Tecnomelody. Isto é, o nome “AR-15” não foi interpelado, pois já era uma participação musical esperada pela programação. O descrédito com o Rap, por sua vez, justifica-se em razão de sua identidade real não compatibilizar com as atrações que se esperavam para o evento (identidade social virtual).

É importante ressaltar uma circunstância fundamental para constituição do estigma: as relações sociais da qual se apresenta. Por exemplo, a identidade periférica do Rap não é desprestigiada quando o evento é na periferia, isto é justificado pelo fato de ambos possuírem atributos em comum. Portanto, os atributos em tese, não pressupõem juízos depreciativos em si, dado que estes podem designar a normalidade de outrem.

Para outro integrante do grupo, o seu modo de ser e vestir (atributos), quando manifestas fora de seu convívio habitual, também são interpretados por uma conotação negativa pela sociedade.

A sociedade em si é a que mais crítica, tem gente que vê o cara vestido com a roupa e o traje que ele gosta, uma camisa e calça larga, se não chamarem de bandido vão dizer que é maconheiro, e tem gente que gosta de usar isso pra afetar as pessoas, mas como o Ramon diz: “Discutir com ignorante é concordar com o que ele fala”. (ENTREVISTADO04).

Constata-se, que além da indumentária, aspectos morais foram direcionado ao Mc, no sentido de associarem os integrantes da cultura como

criminosos ou percepções correlatas. A existência do estigma e suas consequências, como foi supracitado, não é visto como uma barreira inquebrantável; pelo contrário, é um atributo histórico presente na cultura que, em certa medida, alimenta o senso de justiça e estimula Mcs a ensinarem o seu espaço na cena musical amapaense.

Eu nunca baixei a cabeça, eu vou lá até eles abrirem a porta, porque no rap sempre foi isso, de tu enfrentar, não é só tu pedir se não tu tá ralado, os caras não vão abrir nada, entente! A partir do momento que eles veem tu exigindo o direito de participar, os caras já ficam: “pow o cara é conhecedor do direito dele”. Por mais que não aceite, dane-se, vocês estão ali pra fazer um bagulho cultural de diversidade, e vocês não praticam a diversidade? Vocês estão sendo mentirosos. [...] Ou tu baixa a cabeça ou tu enfrenta, sistema nenhum vai te dar nada, não vão apoiar, principalmente quando tu fala em abrir a mente da galera. (ENTREVISTADO03)

A forte atuação desse gênero musical – não só o amapaense, mas em escala nacional -tem a plataforma da internet como a grande aliada, tornando-se a principal ferramenta para a propagação e demarcação do lugar do Rap. Cabe ressaltar que, de acordo com Teperman (2015, p.96), “o mundo virtual não é independente do mundo real, que shows e festas de rap seguem acontecendo e movimentando multidões – mas tampouco esse mundo ‘real’ pode existir sem o apoio da rede”.

É nestes trilhos férteis que a Máfia Nortista e o Mc Pretogonista estão se dominando “Somos a Nova MPA”, seja pela internet, seja nos eventos, dado que, atuação no mundo virtual é predominante, haja vista que as festas não acontecem com frequência. É notório que o posicionamento traga no seu bojo um marketing para chamar atenção para a gênero musical. Podemos citar, a título de exemplo, que para o sujeito não adepto da cultura, a hesitação seria a seguinte: Se já existe a consagrada MPA, quem e como é essa “nova MPA”? Esta inquietação, de alguma maneira iria direcionar o ouvinte para a produção artística do Rap, ao menos por um momento.

Não obstante, segundo os Mcs essa posição é sobretudo política, no sentido de se contrapor a tradição musical consolidada na cidade; retratando outra realidade (a da periferia), “cutucando” dessa forma o estatuto da música hegemônica – a MPA.

A gente criou uma perspectiva nossa, o nosso olhar do que seria a MPA pra gente, apesar da gente respeitar a galera que já faz a MPA há um tempo, a gente também faz a nossa MPA, do nosso jeito, do nosso modo e a galera faz um trampo de qualidade [...]. A gente é MPA, independente de quem goste ou não, a galera tem que ser respeitada. Também é no sentido de provocar, mas não é provocar briga, é provocar uma discussão realmente. Poxa, e os cara do rap? Uma galera que tá na periferia e apesar de muitos não considerarem como música, eles estão desenvolvendo cultura mas muitas vezes não tem espaço para mostrar o seu trabalho, seu trampo. (ENTREVISTADO03).

Diante do exposto, percebe-se a contundência do contra discurso do rapper, demonstrando que a sua MPA se refere ao sistema de códigos significantes fincados na identidade periférica, construindo, assim, a Música Periférica Amapaense – MPA. Outro quesito importante citar e contido na fala do Mc, é o respeito e o entendimento do espaço do outro, pois não se pretende anular ou menosprezar os artistas e a produção cultural da Música Popular Amapaense¹⁸ ou de outros gêneros musicais.

Essa estratégia elaborada pelo Rap não é atípica no contexto de processos culturais plasmados pela hibridação. Para alcançar determinado lugar social no tempo-espaço em que atua, a cultura cria e se recria, elaborando novas formas de agir, pensar e sentir, o que nos distancia do apego em tratar as identidades culturais, étnicas e de gênero de forma essencialistas. Pelo contrário, no contexto de processos híbridos, as identidades se interseccionam e são atravessadas por variados códigos identitários, e os polos conflitivos que marcaram ferrenhas oposições conceituais, tais como tradição-modernidade, local-global etc., agora são rearticulados e interpretados como alianças ricas em termos de elementos culturais.

Visto isso, diante da necessidade de se inserir em novas condições de produção e mercado, busca-se reconverter determinado patrimônio ou saberes. Esta reconversão tem um sentido cultural, conforme afirma Canclini (2008, p.22), “este termo é utilizado para explicar as estratégias mediante as quais um pintor se converte em designer [...]”.

¹⁸ Este argumento será desenvolvido especificamente no terceiro capítulo.

Lugar onde se joga e se ensaia. Frente à “eficiência” produtivista, reivindica o lúdico, frente à obsessão do lucro, a liberdade de retratar as heranças sem réditos que permanecem na memória, as expectativas não capitalizáveis que podem livrar-nos da monotonia e da inercia. (CANCLINI, 2008, p.113).

Observa-se, desse modo, que são métodos utilizados para alcançar determinados interesses entre quem produz e consome determinados bens, assim como a reestruturação de si perante a demanda do mercado. Nesse contexto, para ser reconhecido e se inserir no cenário musical amapaense, os Mcs estão, estrategicamente, utilizando um símbolo/sigla conhecido e consolidado no estado (MPA) para afirmar a sua produção musical, a periférica, que tem as mesmas letras iniciais da Música Popular Amapaense. Não obstante, o trocadilho com as siglas é válido, mas insuficiente para expressar os propósitos do Rap.

É importante esclarecer que a opção em trabalhar pela ótica da hibridação não condiz em demonstrar a fusão de atributos culturais sem contradição. Pois, conforme salienta Canclini (2008), este conceito propõe ajudar a dar conta de formas particulares de conflitos gerados na interculturalidade recente em meio a decadência de projetos nacionais de modernização na América Latina. E função disso, ao adotar a categoria dos processos híbridos não é convincente limitar em descrever apenas misturas interculturais, mas sim, situá-los em relações estruturais de causalidade ao mesmo tempo elencando sua capacidade hermenêutica para interpretar os sentidos que se reconstróem nas misturas.

É nessa estratégia com o intuito de vislumbrar o reconhecimento de suas produções artísticas, que o rap está atribuindo novos atributos para a sua identidade, a qualidade da música – o “trampo de qualidade”, como nos disse o Mc. Percebe-se a existência de uma incongruência referente entre os Mcs (Máfia Nortista, Pretogonista) e o receptor (sociedade amapaense), pois os rappers hoje se reconhecem como artistas e músicos, e não somente como ativistas do movimento Hip Hop.

Hoje a gente se considera da música não é que a gente não se considerava antes, é que hoje a gente já consegue ter mais elementos para defender o nosso gênero. (ENTREVISTADO03).

A qualidade da música produzida pelos rappers atua como um res-

paldo para justificar que hoje eles são artistas. O reconhecimento, desse modo, apresenta-se como o critério não somente para a expansão do gênero, mas também, como um catalisador para abrir novas avenidas artísticas, seja em eventos, editais ou auxílios estatais.

Quando o Rap toma a internet como o veículo fecundo para a sua articulação enquanto gênero musical e ativismos social, bem como o enfrentamento para a valorização de sua identidade, o território atrelado historicamente a cultura não é mais o terreno exclusivamente ocupado pelo gênero, no caso, a periferia. Esta movimentação denomina-se desterritorialização, pois agora a cultura não necessariamente precisa estar em um determinado lugar para existir e atuar (CANCLINI, 2008). Embora possa transparecer em algum sentido, esse deslocamento não expressa a fragilização do gênero, pois a internet e a comunicação cria possibilidades para a expansão do mesmo, assim como abre vias para diálogos e intercâmbios com outros gêneros e culturas.

“SOMOS A NOVA MPA”: a música periférica amapaense

Nesta seção, iremos expor e analisar a indagação pertencente ao roteiro de perguntas “O que você entende por Somos a Nova MPA?”. Tal pergunta, como é perceptível, trata de forma específica sobre o porquê da “Somos a Nova MPA”, encabeçada pelo estúdio *Noís pur Noís Record’s*, o grupo Máfia Nortista e o Mc Pretogonista. Começaremos pela fala a seguir.

Hoje em dia a galera adotou a MPA que é a Música Periférica Amapaense, fazendo uma alusão à música popular amapaense, a MPA. A gente criou isso justamente pra gente ver o quanto foi importante a nossa aceitação de militante social, mas também não deixar de lado a nossa atuação como artista, a gente faz as duas coisas, nossos somos artistas e ativistas, uma coisa puxa a outra. Quando tu é do movimento hip hop, tu faz o trampo social, tu ensina o molequinho a rimar também, faz questão de ajudar de alguma forma. (ENTREVISTADO03).

Percebe-se duas vertentes acima; a primeira, referente a uma questão interna dos rappers, o fato deles incorporarem historicamente a postura,

acima de tudo, de militantes sociais e não de artísticas. É válido considerar, conforme o que foi visto até agora, a ideia de que atualmente a lógica não é a mesma, pois eles se aceitam como músicos, bem como os artistas da MPA, porém, com a identidade e propósitos diferentes. A segunda perspectiva relaciona-se a identidade dos músicos, fincada com o compromisso de preservar valores e o espírito do Hip Hop, fato este que, segundo o rapper, não é modificado pelo fato deles de reconhecerem hoje como artistas.

O que me trouxe pra música foi o rap, hoje eu me considero da música, hoje em diz se tu me perguntar: 'Tu faz rap?'" Também, eu faço música, hoje eu tento não me rotular [...]. Todo mundo que faz rap aqui em Macapá que eu conheço, faz um trampo de qualidade, apesar disso, não tem o merecido reconhecimento da galera, entende. Por que essa galera não é valorizada? A galera tá fazendo trampo, estudando e pesquisando, e tá desenvolvendo coisas que não tinha sido visto na cidade, entende? É desde a letra e a batida, por trás disso tem um trabalho musical, essa é a nova MPA. (ENTREVISTADO03).

Ainda de acordo com o ponto de vista do Mc supracitado, nota-se que os trabalhos desenvolvidos pelos rappers são merecedores de reconhecimento de um público o mais amplo, por isso a palavra "galera". Ele aponta a música como algo inédito tanto para o gênero musical quanto para o cenário musical amapaense, que, mesmo diante disso, o prestígio social é diminuto. Encetar a "nova MPA", neste sentido, tem como motivação evidenciar para a sociedade amapaense e reivindicar para o Rap, a valorização como um estilo musical como qualquer outro, digno de reconhecimento.

Não é transformar o rap em MPA. Assim como a gente criou o selo *Nóis pur Nóis*, a gente quer criar a música periférica amapaense pra Máfia. Quando me pergunto por que MPA? Eu falo: tu já escutou MPB? Música Popular Brasileira? Pois é, não é por isso, é porque a nossa MPA, dizem que a gente da Máfia é maloqueiro como diz o Cito, mas não, nós somos um ritmo de música diferente, não agressivo para os seus ouvidos, é uma mistura de ritmos, que tem a parte dançante também, se tu vê tem algumas músicas nossas, que tem trecho de bolero. (ENTREVISTADO04).

Acima, constata-se o aspecto da representação musical, uma vez que em relação análoga a sigla amplamente conhecida por MPB (Música Popular Brasileira), o Rap amapaense adotou a MPA, no sentido de conceber uma categoria musical e cultural para a sua música. Fica notório também que a categoria inclui um vasto repertório de ritmos musicais e de conteúdo; assim como tem a vertente crítica e reflexiva, também existe o lado do entretenimento e de lazer. A proposta da MPA, nesta perspectiva, parte de um processo de reformulação e inovação das rappers amapaenses, objetivando um termo que exprima a sua roupagem, que simbolize a sua identidade e produza a adesão do público, para além da comunidade periférica.

Buscamos o reconhecimento da nossa cultura, nos autoafirmando, com autoestima, mostrando que nós também merecemos respeito. Gostam de falar que nós somos os meninos do rap, mas não, assim como eles, também trabalhamos, temos filhos e fazemos o nosso corre, fazemos batidas, gravamos em estúdio e tudo igual a eles. (Informação Verbal¹⁹).

Fazer música e ser reconhecido como músico implica profissionalismo com o que se faz, esse é o eixo analítico que podemos extrair da fala exposta. Dessa forma, evidencia-se que no pensamento social amapaense (tanto de outros gêneros musicais como da sociedade em sentido lato), o Rap é, de acordo com o interlocutor, visto por um viés pejorativo. Isto é, a designação “menino”, nesse contexto, é interpretado como um predicado de inferioridade e, em certa medida, de desresponsabilização no ato do fazer artístico, premissa na qual é descortinada veementemente pelo rapper. A palavra elencada autoafirmação é merecedora de atenção também, pois para o gênero musical, é uma forma de valorizar sua cultura, história e experiências.

Isso é uma ideia da cabeça do Rj e eu nunca pedi pra ele me explicar. Mas vejo que a Nova MPA subverte o símbolo mainstream dentro do Amapá, por que a música popular amapaense é feita por artistas amapaenses que atingiram o que seria até hoje o auge do

¹⁹ Entrevista realizada pelo autor com o Entrevistado 05, rapper e integrante do Movimento Hip Hop, no dia 26/07/2018, em Macapá-Ap.

que se pode atingir de público e funcionamento da estrutura musical. Resumindo bem e depois tu coloca nas tuas palavras, a música popular amapaense é música de playboy, o governo investe e as vezes ainda empurra pela nossa goela, enfim, se tem uma coisa que o rap amapaense é, é música periférica realmente. (ENTREVISTADO02).

O Rj é Mc do grupo Máfia Nortista desde a sua formação inicial, sendo também, o produtor musical do grupo - o responsável pelo estúdio *Nóis pur Nóis rec.* Além disso, ele também tem carreira solo e produz beat e músicas para outros estados. Com páginas nas redes sociais, tais como o Facebook e Instagram, bem como na plataforma do youtube, a proposta da “Somos a Nova MPA”, segundo o depoente acima, foi capitaneada pelo rapper, que encontrou na esfera da internet um meio de comunicação fértil para atuar enquanto integrante da cultura Hip Hop, promovendo estratégias para se inserir no cenário musical amapaense.

É relevante nos determos no entendimento concernente a MPA, pois na fala acima, apresenta-se de forma expressiva e evidencia a carga valorativa e representativa da sigla, no entendimento do Mc. Estes artísticas são vistos como músicos que alcançaram a sofisticação musical no estado do Amapá e, por consequência, foram e são aceitos pelo público em larga escala. O prestígio em massa é reconhecido pelo governo, pois o mesmo auxilia financeiramente. É intrigante quando o Mc cita que “as vezes ainda empurra pela nossa goela”, expressando a ideia de que existe uma “força”, que tende fazer a sociedade local consumir massivamente a Música Popular Amapaense.

Dado isso, de acordo com o levantamento realizado e análise dos dados fundamentados no nosso referencial teórico, podemos inferir as seguintes considerações. Pertinente ao período fincado nas hibridações culturais e as implicações da globalização - cenário histórico e social a qual surgem novas identidades, a identidade do Rap na contemporaneidade é atravessada por múltiplos atributos, expressando características desde a sua gênese tal como novos traços identitários, que juntos reinventam o gênero musical, em termos estéticos e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir, a princípio, que o Rap enquanto objeto de estudo

promove ricas discussões e contribuições substanciais para o universo científico. Abordagens referentes aos processos de letramentos, artísticos, educacionais, ativistas, políticos, culturais, juvenis, a cultura em face das novas tecnologias, bem como perspectivas musicológicas e da etnomusicologia, são apenas alguns dos inúmeros recortes temáticos possíveis de realizar.

Ao aportar em solos amapaenses, o Rap, enquanto cultura imersa no contexto da globalização e no hibridismo cultural, se reinventa e agrega novos traços em sua identidade, como os códigos culturais da cultura amapaense, tais como o Marabaixo e o Batuque. Ademais, o cotidiano da periferia e seu sistema de valores, são a matéria prima do qual o estilo musical se alimenta e se reconhece como música.

Identificamos que a avaliação depreciativa do gênero musical opera na sua identidade, ofuscando o seu reconhecimento e valorização social, resultando em pouca abertura nos meios midiáticos. Mas, cabe assinalar o seu gradativo progresso alcançado no cenário local, conquistando prêmios regionais e locais na cena independente de Macapá, assim como entrevistas e citações em matérias jornalísticas.

O meio de comunicação da internet apresentou-se como um grande companheiro dos rappers, dado que por intermédio dela passaram a divulgar suas músicas, seus shows tal como mobilizações concernentes ao seu lado artístico e de ativistas. As produções musicais ocorrem de forma independente e, de 2015 a 2019, evidenciou-se a evolução estética do gênero, propondo arranjos técnicos de suas bases musicais e a produção de videocliques, ambos expressando um novo estágio de sua música.

Concluimos que esse novo momento do Rap foi motivado por dois fatores. O primeiro vinculado a questão interna do gênero musical, isto é, o fato do mesmo pertencer a um movimento maior, o Hip Hop, o que inclinou os rappers para uma postura mais de militante social, secundarizando a vertente musical. Todavia, atualmente eles se aceitam como os dois, músicos e ativistas, mas reivindicam sobretudo sua postura artística.

Outro fator apreendido, consiste no entendimento presente na sociedade amapaense que o compreende por qualitativos inferiorizantes, tais como “os meninos do hip hop” e “os meninos do rap”, e não os reconhecem como músicos. Diante disso, o estúdio *Nóis pur Nóis Rec*, nas divulgações de suas músicas e eventos locais, principalmente, do grupo Máfia Nortista e do Mc Pretagonista, começaram a se autointitular

“Somos a Nova MPA”. Neste sentido, elaboramos seguinte a problemática de pesquisa: Qual é o lugar que o Rap amapaense pretende ocupar no cenário musical e cultural amapaense?

Para alcançar tal resposta, reformulamos o problema transformando-o no objetivo geral do trabalho, a saber: averiguar qual é lugar que o Rap amapaense pretende ocupar no cenário musical e cultural amapaense. Deste modo, depreendemos que mediante as estratégias que a cultura promove para obter e ocupar determinados espaços na contemporaneidade - processo este que culmina na criação e recriação da sua identidade, o gênero musical se apropriou da carga valorativa que a MPA mantém no cenário local, para demonstrar e reivindicar a sua identidade periférica como gênero musical.

Destarte, o lugar cobiçado pelo Rap é o seu reconhecimento como gênero musical e ativismo social, propondo, através da “Nova MPA”, uma nova categoria musical e cultural para o universo do Rap: a Música Periférica Amapaense; aplicado como um meio de expressar sua musicalidade, seu inconformismo social e o embate para se inserir no cenário musical local. Ora, tal posicionamento não pretende menosprezar a Música Popular Amapaense e nem outros estilos musicais, no entanto, não seria pretencioso afirmarmos o seu impacto tão quanto a “Pororoca Sonora”.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Elaine Nunes de. **Rap e educação, rap é educação**. São Paulo: Summus, 1999.
- ALVES, Adjair. **Treinando a observação participante: juventude, linguagem e cotidiano**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. São Paulo: Edusp, 2008.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora LCT, 1981.
- JACKSON, A. **A Cultura Negra no Amapá: História, Tradição e Políticas Públicas**. Macapá, 2014.
- MINAYO, Maria C. S (org.); DESLANDES, Maria F.; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.
- PINTO, M. de J. de S. **Conhecendo o Amapá**. Belém: Cultural Brasil,

2016.

QUARESMA, Jomar. **HIP HOP TUCUJU**: Um breve estudo do movimento cultural urbano como instrumento de prevenção e resgate de jovens em vulnerabilidade social no município de Macapá. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016. Disponível em: <https://docs.com/jomar-quaresma/4993/hip-hop-tucuju>. Acesso em: 8 de mar. 2018.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de Reexistência – poesia, grafite, música, dança**: hip-hop. São Paulo: Parábola, 2011.

SOUZA, M; RODRIGUES, G. **Planejamento urbano e Ativismos sociais**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

